

O Fenômeno

O DIÁRIO MS

DEZ anos de um sonho que está
dando cada vez mais certo

Luís Carlos Luciano

2003

LUÍS CARLOS LUCIANO

O FENÔMENO DIÁRIO MS

**10 ANOS DE UM SONHO QUE ESTÁ DANDO CADA VEZ
MAIS CERTO**

**1ª edição
Dourados-MS 2003**

Revisão:
Rosana Cristina Zanelatto Santos

Editor:
Luís Carlos Luciano

Diagramação:
Marcelo Piai

Idéia da capa:
Francisco Chamorro

Foto da capa:
Aparecido Frota

Acabamento da capa e contra-capas:
Severiano Ramão Ramos

Dourados-MS - 2003

Contato com o autor - Fone (67) 425-1260

79.817 **Luciano, Luís Carlos**
L937f **O fenômeno Diário MS : dez anos de**
um sonho que está dando cada vez mais
certo / Luís Carlos Luciano.Dourados,
MS : L.C.Luciano, 2003.

143p.

1. Jornal Diário MS-Dourados,
MS-História.
I.Título.

**Dedico este livro a todos os diretores e os funcionários do
Diário MS, de ontem e de hoje.**

Agradeço ao Vitoriano Carbonera Cales e ao Alfredo Barbara Neto, pela oportunidade e pela confiança; à professora Rosana Cristina Zanelatto Santos, por ter me guiado, firme e voluntariamente, por um mar de dúvidas, e pela acurada revisão; ao professor Gerson Martins, pelas valiosas contribuições; ao professor Eron Brum, pela forma prestativa dispensada todas as vezes que eu o procurei; ao professor Paulo Nolasco, pelo apoio e incentivo; à professora Noemi Siqueira Ferrigolo, pela maneira carinhosa e pelas dicas importantes e ao artista plástico Francisco Chamorro (Kinho) por também acreditar nos “pratas da casa”.

Sumário

APRESENTAÇÃO	9 e 10
Capítulo	
I O DIÁRIO MS NO CONTEXTO REGIONAL E DA MÍDIA	11
1.1 O trabalho da formiguinha	11
1.2 Quebra de uma hegemonia	14
1.3 Como ele é	17
1.4 Relações comerciais, Redação e paralelos	21
1.5 Referências	32 e 33
II O PERÍODO DE AFIRMAÇÃO	34
2.1 Os três semanários	34
2.2 Panfleto	43
2.3 O Zangão	47
2.4 Jornal do Vale	51
2.5 Referências	51
III SURGE O DIÁRIO DO POVO	52
3.1 A intuição e o positivismo	52
3.2 1993 De setembro a dezembro	56
3.3 1994 O Plano Real e as eleições	63
3.4 1995 Terremoto no Japão, a Aids, a falta de gás e o suicídio dos Guaranis	70
3.5 1996 Juros altos e o assassinato de PC Farias e a sucessão municipal	76
3.6 1997 O colorido, a criação do moto-táxi, a agência de pistolagem e a visita do Papa ao Brasil	82
3.7 1998 A reeleição de FHC, a vitória de José Orcírio e a Miss Brasil	89
3.8 1999 A mudança do nome do Estado, os 500 anos do Brasil, a Cidade Universitária e o assassinato de Dorcelina Folador	95
3.9 2000 A sucessão municipal, o narcotráfico, os genéricos e o desfile dos excluídos	104
3.10 Referências	113
IV O DIÁRIO MS	114
4.1 A obrigação de surpreender o leitor	118
4.2 O rei da maconha, mercado da carne, racionamento de energia e o ataque terrorista aos EUA	121
4.3 A esquerda chega ao Poder, Madre Paulina é canonizada e o pentacampeonato	128
4.4 Referências	141
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	142, 143 e 144

Prefácio

O tempo passa...

Alfredo Barbara Neto

Passava das 7 horas da noite de julho de 2003. A mesa cheia de papéis, o fechamento da edição se aproximando e o culto rolando solto na igreja vizinha ao prédio do jornal. A reza é tão alta que parece estar acontecendo no saguão do Diário MS.

Calmo como sempre, o Vitor entra na sala. Conversamos um pouco sobre os acontecimentos do dia. Até que o assunto se volta para o livro que está sendo escrito pelo Luís Carlos Luciano. Trocamos algumas idéias e passo para ele a minha visão do estágio do livro naquele dia.

O Vitor começa a relembrar fatos marcantes da história do jornal, que se confunde com a história de sua vida. Me conta situações engraçadas, situações difíceis, dramas e alegrias que permeiam as pessoas que estão fazendo essa história.

De repente, tive a nítida impressão que um filminho estava passando à sua frente. Ele desanda a falar, tranqüilamente. Relembrando, relembrando. No final, ao se levantar, diz:

“-É, Alfredo, o tempo passa. O tempo passa...”.

Para o Diário MS, o tempo voou. Parece até que foi ontem que tudo começou. A história comprova uma evolução técnica e profissional que só fez por dar credibilidade ao jornal. Preocupado apenas com sua empresa, o Vitor vem colhendo o resultado de um trabalho árduo, sempre correto, voltado às questões de uma cidade, de uma região, de Mato Grosso do Sul.

O crescimento rápido provoca até hoje comentários maldosos, infundados, que partem daqueles que só querem ser do contra. Talvez por essas e outras é que o crescimento do Diário MS venha sendo marcado pela felicidade.

O Vitor está sempre a dizer: o importante é procurar fazer sempre o melhor, sem preocupar-se com a concorrência.

O leitor e o mercado irão, mais cedo ou mais tarde, dar o merecido valor.

Valor este que o Diário MS começa a alcançar justamente como resultado da determinação de um homem que começou no ramo como linotipista. Até hoje, se preciso for, ele suja as mãos de graxa. A porta da sua sala está sempre aberta. Por ela passa todo tipo de gente, de amigos a políticos de expressão, de agropecuaristas e artistas.

Mas, é para os funcionários que ele está sempre pronto a ouvir. E a ajudar. Viria daí a causa do sucesso? É bem provável que sim. O Diário MS é resultado da união de pessoas, gente dos níveis e conhecimentos mais variados. Gente trabalhadora e voltada para o bem.

A idéia deste livro partiu do chefe de Redação, Hélio de Freitas. Foi uma feliz idéia. A concretização deste projeto traduz a determinação do grupo todo, pois mais uma vez, o Diário MS mostra seu lado inovador, preocupado apenas com o leitor, assinante e cliente.

Tenho a impressão que Deus está a abençoar Vitor, sua família (a pessoal e a do jornal) e o Diário MS.

Que bom.

Nós, aqui na terra, continuaremos a fazer a nossa parte.

* Editor e colunista do Diário MS

Apresentação

Em um início de noite, no fechamento de um dos cadernos, o editor Alfredo Barbara Neto me chamou para uma conversa em sua sala. Foi curto e grosso: “Você topa escrever um livro sobre os dez anos do Diário MS?”. Surpreso com a proposta, ponderei se ele imaginava o tamanho de uma empreita desse nível. Respondeu que sim.

Argumentou que a intenção era marcar o aniversário em grande estilo e além das festas, das reportagens especiais, desejava um livro inédito sobre a história do jornal, para ser distribuído entre os assinantes.

Hesitei por alguns segundos, era uma responsabilidade muito grande, havia pouco tempo hábil para a pesquisa e, além disso, não poderia me dedicar exclusivamente a esse trabalho porque ele quis que eu continuasse escrevendo o editorial e editando a página de Opinião. Ficaria desobrigado apenas com o Caderno Esporte.

No entanto, seria uma experiência nova, um desafio. Topei a tarefa, no final de abril de 2003.

A idéia inicial era fazer um livro com as principais capas, e eu não participei dessa primeira conversa. Barbara e a direção acharam por bem investir algo mais profundo, e a história do jornal sempre foi contada de forma fragmentada, sem muita preocupação científica.

Com a experiência obtida durante a Especialização em Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa, feita na UFMS, iniciei novas leituras sobre ética no jornalismo, os estudos feitos nessa área, a deontologia, o livro narrando a transformação da Folha de S. Paulo e entrevistas, para em maio de 2003 esboçar o projeto e definir os primeiros roteiros. Os horizontes foram, lentamente, se abrindo.

Foram três longos meses de aflição, surpresas, descobertas, indecisões, temores, consultas, reflexão e raciocínio e devo muito a meus professores, mestres e amigos. É uma pesquisa inédita em nível regional e concluída em curto espaço de tempo. Há mais de uma maneira de se contar uma história e eu tive que escolher o meu próprio caminho.

Não é um trabalho conclusivo, pois, a partir dele, há vários outros aspectos a serem pesquisados e discutidos. Mas o primeiro passo está dado.

O livro é dividido em quatro capítulos. No primeiro, há uma reflexão sobre a participação do Diário MS dentro da mídia regional, comparando-o a outros jornais. A história começa no segundo capítulo, contando o período dos três semanários embriões; o terceiro, narra o surgimento do Diário do Povo, e seu conteúdo foi subdividido nos principais fatos de cada ano, contando como esses fatos nacionais e internacionais foram abordados pelo jornal.

O quarto relata o nascimento do Diário MS e como tem sido o seu desempenho jornalístico e comercial dentro da indústria cultural. O livro não se limita às veredas douradenses, mas traz muitas informações sobre o exercício do jornalismo local e regional.

A primeira edição contém apenas dez exemplares em comemoração aos dez anos do jornal. Mas a segunda já está sendo organizada com maior número.

Boa leitura!

Luís Carlos Luciano

*“Então o **Diário MS** foi, foi e foi, né?”.*

**José de Azevedo, prefeito de
Glória de Dourados**

“Mas o jornal atraía, tinha um desempenho de linguagem, um grande atrevimento, uma crítica corajosa às cousas governamentais, que, não se sabendo justa, era acerba e parecia severa. Este gostou, aquele apreciou, e dentro de oito dias ele tinha criado na multidão focos de contágio para o prestígio de sua folha”.

**Lima Barreto, em Recordações do
Escrivão Isaías Caminha.**

CAPÍTULO I

O **DIÁRIO MS** NO CONTEXTO REGIONAL E DA MÍDIA

O trabalho da formiguinha



juiz aposentado e escritor José Couto Vieira

Pontes re-gistra em seu livro **História da Literatura Sul-Mato-Grossense**: o primeiro jornal editado no Sul de Mato Grosso foi “O Iniciado”, em 1877, sob a direção de Silvestre Antunes da Silva, em Corumbá (cf. 1981, p. 25).

Daquele período até meados de 1950, os jornais, no Sul de Mato Grosso, temporários ou não, influenciados ou não por políticos, sucumbiram.

Entre os que surgiram a partir de 1950, o quarto mais antigo em circulação e de influência regional é o **Diário MS**, com apenas dez anos. Os outros três são: *O Progresso* (1951), *Correio do Estado* (1954) e *Jornal da Praça* (1978). Mas o processo histórico que resultou no **Diário MS** começou em 1985.

A idade do **Diário MS** começa a ser contada a partir de 15 de setembro de 1993, primeiro como **Diário do Povo**. Sua sede está localizada na Rua Joaquim Teixeira Alves, 2446, CEP 79.801-016, Dourados (MS), centro de convergência de 38 cidades do Sul do Estado, distante 210 km de Campo Grande (MS), a Capital. www.diarioms.com.br é o site.

É uma empresa de porte médio, equipada nas técnicas industriais modernas, de propriedade da Editora Jornalística Fátima Ltda, do empresário de comunicação Vitoriano Carbonera Cales, 49 anos, natural de Alfredo Marcondes (SP).

A afinidade de Vítor Cales com jornais remonta aos seus 17 anos, no *O Imparcial*, de Presidente Prudente (SP), primeiro como cobrador de assinaturas, depois como linotipista, paginador, clichêrta e impressor de máquina rotoplana.

O nome da empresa é uma homenagem à esposa, Maria de Fátima de Oliveira Cales, e à cidade de Fátima do Sul, onde circulou um dos embriões do jornal: *O Zangão*.

Dourados é um município com 164.949 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2000. O Produto Interno Bruto (PIB) do município, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 1996, é de US\$ 851.383.401, cujo valor per capita é de US\$ 5 mil, dados fornecidos em maio de 2003 pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Dourados conta com uma Comarca de Entrância Especial.

A trajetória do **Diário MS**, tema da pesquisa que deu origem a este livro, não é, aqui, tratada de maneira unilateral e isolada, mas sim sob um ângulo de influências histórica, cultural, ideológica, política e midiática.

O jornal, como não poderia ser diferente, procura exercer um jornalismo teórico e prático, com agilidade, correção e ética, por mais que esteja sujeito a falhas e ao vício

da ambigüidade. Busca se fortalecer como mídia independente e ter cada vez mais uma influência regional.

Essas preocupações estão presentes no cotidiano e amadurecem o trabalho desempenhado, aumentando a interferência mútua produto/leitor como uma tarefa diariamente renovada e remodelada.

As comunicações em nível local e regional nunca viveram um período tão próspero. Este momento estimula as discussões e a curiosidade sobre o papel de cada meio, seus valores, sua utilidade, seus acertos, seus erros e suas conseqüências. Nunca se reproduziu tanto, bem ou mal, com ingerências ou não, a realidade local e regional.

O comportamento da mídia em Mato Grosso do Sul diante dos novos paradigmas, dos conflitos da sociedade pós-moderna, informatizada, globalizada, a natureza centralizadora e dominadora do homem, a essência do jornalismo contemporâneo: são contradições que interagem nesta pesquisa.

Estudar a história do **Diário MS** é se entrelaçar em um remoinho de notícias, clichês, fotos, comentários, enfim, em pensamentos, imagens, palavras e, de repente, se ver diante de um horizonte verbal, de um enorme “espelho” no qual a sociedade dominante, em determinados períodos, expõe suas idéias. Observar essa história dentro de um tecido menor, o regional, facilita a compreensão e a comparação, contribuindo para o estudo do jornalismo de Dourados e do Sul de Mato Grosso do Sul. Um grito, ainda recente, de um Guarani. Inquietações vividas em apenas uma década. O ontem explicando o presente e permitindo a reflexão para o futuro.

O **Diário MS** é fruto de uma luta eclética, com avanços em período pequeno para um jornal, mas extremamente trabalhoso, ao ponto de ter chegado ao porte de um dos principais jornais do Estado. Perseverança, teimosia e insistência têm sido regras básicas para superar a esclerose administrativa, de intelecto e a entropia. A “batalha” entre o imaginário e o real. É o trabalho da formiguinha, vencendo obstáculos e dificuldades com obstinação.

A luta nesses nove anos tem sido uma constante. Muitas pessoas são responsáveis nesse processo de crescimento. Para não ser injusto com ninguém, preferimos não nominá-las. Para nós, desde o mais humilde funcionário, até os melhores anunciantes, tiveram participação decisiva neste processo e vão continuar tendo. De origem humilde, sempre tive na vida disposição para o trabalho. Isso me ajudou muito, mas a compreensão da família, a ajuda da equipe de trabalho e a confiança de amigos e fornecedores, fizeram o sucesso do Diário. Deus também tem sido generoso, pois sempre nos deu saúde, coragem e disposição para enfrentar as adversidades. A luta continua e a colaboração de todos continua sendo imprescindível, porque ainda temos muito por fazer e muitas metas para atingir. Que Deus continue sendo nosso aliado, para que possamos continuar crescendo, dando empregos e ajudando a melhorar a vida do nosso próximo¹.

Quebra de uma hegemonia

Há vários aspectos a serem considerados e sem a pretensão de comparar esta pesquisa ao *Projeto Folha*, que transformou a *Folha de S. Paulo*, a partir da década de 1980, no maior jornal do Brasil, trabalho resultante em uma tese de livre-docência do jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), apresentada na USP, e no livro **Mil Dias – Os Bastidores da Revolução em um Grande Jornal**, as modificações pelas quais vêm passando o *Diário MS* têm provocado reações no setor midiático local e regional.

Vencendo o preconceito, a incredulidade de terceiros, a falta de lastro financeiro, uma das contribuições nestes dez anos sugere uma natural interpretação: o rompimento da hegemonia do jornal *O Progresso*.

Os leitores de Dourados e os da região saíram ganhando quando surgiu um novo porta-voz

no papel de cães de guarda que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de

contrapoderes que atuam do a quem doer, no papel de heróis do sistema democrático².

O debate acirrou-se, aumentou o fluxo de informações, a elite intelectual ganhou maior espaço para expor suas idéias, os empreendedores tiveram uma nova opção para divulgar seus produtos, estimulou-se a concorrência jornalística e publicitária. A democracia ampliou seus horizontes.

Dourados e a região têm sido prósperos em virtude de vários fatores, e o **Diário MS** é um elo nesse processo, garantindo parte da indústria cultural, influenciando o pensamento desta porção Guarani do País.

Na verdade, nós estávamos tentando fazer um órgão de imprensa, nunca pensamos em fazer concorrência com O Progresso. Eu falava que a dona Adiles estava sendo injusta porque nós estávamos sendo benéficos para O Progresso porque Dourados é uma cidade que está crescendo e se não nós que somos daqui não montássemos um jornal, iria vir uma empresa de fora. Nós estávamos engatinhando, enquanto ela tinha rotativa automática e o diabo a quatro, nós estávamos encartando jornal. Então nós nunca enxergamos O Progresso e a dona Adiles como concorrentes, nós sempre entendemos que havia espaço para os dois jornais. E o tempo confirmou isso, o tempo confirmou também que se nós não entrássemos, entraria outro³.

É preciso ser comedido, ter prudência na imposição de valores e não se embriagar pela parcialidade, mesmo porque a criação humana é susceptível às imperfeições.

Não há estudos, nada com fôlego, ou pesquisas acadêmicas paralelas para se sublinhar o comportamento e o poder da mídia tendo como referência Dourados e o Sul do Estado. Este ensaio vislumbra um clarão nessa área. Há sim, a partir de 1950, uma discussão mundial sobre a mídia em todos os seus aspectos.

Objetiva-se, aqui, entre outras discussões, chegar o mais próximo da realidade e esticar a linha histórica traçada pelo *Diário MS*, inserindo naturalmente o mito da hegemonia na corda bamba. Mas esta pesquisa não pretender ter a intervenção de nenhuma Dejanira.

Eu acho que existe espaço para todos aqueles que queiram trabalhar em diversas atividades e é claro, mas vão sobressair aqueles que tiverem maior talento, capacidade, assim é com a imprensa também, então eu acho que existe espaço até para mais jornais porque o potencial da região é livre (...) eu acho até que é salutar que exista a competição porque a competição salutar é importante, estimula os valores, isso em tudo. Vejo isso com bons olhos (...) pode-se ver o número de órgãos de imprensa em Mato Grosso do Sul e você pode ver, são poucos que se sobressaem⁴.

O professor Gerson Martins, da Faculdade Estácio de Sá, em Campo Grande, coordenador da pesquisa “História e Identidade da Imprensa em Mato Grosso do Sul”, afirma em entrevista feita por e-mail (2003):

em primeiro lugar a influência do jornal se dá pela aceitação pelo público, pelas referências que o jornal implanta nas instituições escolares e no poder político. Se acontece essa quebra de hegemonia é porque, por certo, o jornal obteve as aceitações referenciadas acima. Isso acontece com um produto sério, que tenha princípios baseados no profissionalismo e ética jornalística. Sempre compromissado com a verdade e com a responsabilidade social do jornalismo. A repercussão é decorrente, ou seja, se tal veículo tem credibilidade e goza de respeito do ponto de vista da responsabilidade social, a mídia de forma geral vai se referendar por esse veículo. Apesar de todas as manipulações e diversos interesses que circundam na mídia, sempre há a busca pela credibilidade e responsabilidade social⁵.

Trata-se de uma reflexão, de transmitir conhecimentos compartilhados e acumulados ao longo de duas décadas. Dourados ainda não possui curso de Jornalismo. Este ensaio mescla conceito empírico, midiático e experiência com a história do **Diário MS**, objetivando mostrar a influência atual do jornal junto à sociedade.

Está presente a troca de idéias, perfis e informações, a abordagem daquilo que os olhos enxergam e a consciência absorve; narrar a história de um nome, de uma marca em constante crescimento. Um ideal que vem sendo vencido. Dificuldades vistas pelo lado inverso: chances para superação e renovação. O devaneio fica por conta da imaginação do próprio leitor, a *diferença* do jornal em relação aos concorrentes.

Quase todos os jornais deste país já mereceram mais do que uma monografia que estudou aspectos diferentes de sua história ou estrutura. O observador de jornais, o estudioso de jornalismo, o público que consome informações podem, com esses trabalhos, conhecer melhor os veículos de comunicação e compreender com mais clareza sua lógica, suas metas, suas motivações, suas justificativas, sua importância, sua influência sobre a sociedade, sua racionalidade interna⁶.

Como ele é

O **Diário MS** circula de segunda à sexta-feira em 54 cidades e distritos da Grande Dourados, Vale do Ivinhema, Região do Bolsão, Campo Grande, além de Porto Murtinho, no extremo Sudoeste fronteiro entre Brasil e Paraguai, a 415 km da Capital. Lidera a circulação na Grande Dourados e no Vale do Ivinhema.

O gerente Alfredo Barbara Neto, 43 anos, formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP (SP), com Especialização em Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero (SP), revela que dos quase sete mil exemplares impressos diariamente (maio de 2003), 2.500

ficam em Dourados, mas a impressora tem capacidade para produzir 20 mil por hora.

A distribuição, em Dourados, afirma, é pulverizada, circulando mais nos bairros, e vem conquistando mais leitores da área central e entre os setores formadores de opinião. O seu maior direcionamento, no entanto, continua sendo para a região.

Eu não tenho dúvida nenhuma que é o **Diário MS** o jornal de maior circulação, mantendo inclusive a filosofia que é desde o começo. Eu costumo dizer para as pessoas que é só ir cedo na rodoviária e ver o tanto de jornal que vai para fora, o tanto de assinantes que tem nas cidades pequenas. É um jornal que ainda prima pela circulação como ponto principal da sua ação e ampliou demais o espaço territorial. Para você ter uma idéia, eu estive em Bandeirante e a presidenta da Câmara de lá pediu para eu dar um jeito de mandar um jornal para lá. Porque o jornal vai a Campo Grande, ela lê e quer que o **Diário MS** vá para lá também⁷.

O Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Grande Dourados, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDES Grande Dourados, considera 13 municípios como parte dessa região: Dourados, Maracaju, Rio Brillhante, Itaporã, Douradina, Fátima do Sul, Jateí, Caarapó, Vicentina, Nova Alvorada do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis e Juti.

A extensão territorial dessa região é de 26.642,40km², o equivalente a 6,92% da área do Estado, com 321.133 habitantes, conforme consta no mesmo estudo, edição de novembro de 2001.

As edições do **Diário MS** são levadas em um carro do jornal até Três Lagoas, Região do Bolsão, ao Leste do Estado, a 310 km de Campo Grande.

Percorrendo a linha por Fátima do Sul, o motorista vai deixando o jornal pela madrugada afora pelas localidades até chegar a Bataguassu, na divisa com o Estado de São Paulo,

onde um segundo motorista da empresa, procedente de Três Lagoas, se encarrega de continuar a viagem. Para Porto Murtinho, a rota mais distante, os exemplares são enviados em ônibus, assim como para Campo Grande, onde o jornal ainda chega na madrugada.

Murtinho é repleta de edificações históricas, boa parte abandonadas. Está trabalhando para alavancar o ecoturismo, no lugar do ecologicamente incorreto turismo de pesca. É a única cidade do Estado com energia elétrica gerada por motores a diesel⁹.

Na maioria das cidades onde o **Diário MS** circula, não há jornais diários, incluindo Três Lagoas que

é o principal pólo de desenvolvimento do leste de Mato Grosso do Sul e pratica uma das políticas municipais mais agressivas para atrair novas indústrias. Quando estiver operando com carga total de 340 MW, em 2003, a termelétrica de Três Lagoas poderá gerar energia suficiente para abastecer uma cidade com 2,448 milhão de habitantes, aproximadamente trezentas mil a mais do que a população total de Mato Grosso do Sul⁹.

O jornal possui sucursais em Três Lagoas, Nova Andradina, Navirai, Amambai, Bela Vista, Ponta Porã, Maracaju e Aquidauana.

Circula com três cadernos, com capas e contracapas coloridas: o Primeiro (Opinião, Política e Cidade), o 2 (Cultura, Variedades, Coluna Social e Saúde) e Região. Possui dois cadernos fixos de oito páginas (Primeiro e Região), intercalados por dois de quatro páginas (Caderno 2 e de Esporte/Polícia). Classificados varia conforme o fluxo de anúncios e editais: quatro, seis ou oito páginas.

Possui dois cadernos semanais coloridos, tamanho tablóide: o **Diário do Campo**, circulando às quintas-feiras, com oito páginas, e o **boavida**, com oito páginas, às sextas-feiras.

O **Diário MS** exerce influência sobre um raio estimado de 700 mil habitantes. Há uma convenção empírica, confirmada em algumas pesquisas de agências dos grandes centros, segundo a qual um exemplar é lido por três ou quatro pessoas. Nessa matemática simples, seis mil jornais “multiplicam-se” em 18 ou 24 mil.

O professor Eron Brum, da Uniderp, em Campo Grande, prêmio Esso de Jornalismo em 1973 com a série de reportagens “BR 111, Estrada do Sol”, publicada na Tribuna de Santos (SP), autor e organizador de alguns livros, sendo o mais recente **A Mídia do Pantanal** (organizado juntamente com a professora Regina Frias), confirma essa “multiplicação”, mas ele reconhece a proporção de três por um.

O raciocínio é lógico: quem adquire o jornal diariamente divide-o com familiares e amigos. Nas residências, empresas, repartições públicas, bares e restaurantes, várias pessoas lêem o mesmo exemplar.

A direção do **Diário MS** considera atualmente inviável circular aos sábados na região porque as repartições públicas estão fechadas. Aproveita então as sextas-feiras para prestar serviços a terceiros, na formatação e impressão de outros jornais. Mas no início rodou aos sábados e foi o primeiro, no Sul de Mato Grosso do Sul, a sair às segundas-feiras.

Eron Brum considera pequena a tiragem de sete mil exemplares/dia, entendendo que esse número deveria ser maior.

Acredita que a quantidade poderia ser multiplicada, mas essa opinião não encontra respaldo financeiro no caso do **Diário MS**. O mercado regional e as cidades isoladas, onde a internet é menos acessada por falta de computadores, tem sido o filão. A lei do jornalismo é a proximidade.

Eu acho que hoje o jornal tem o seu espaço, o seu mercado de trabalho, basta manter um jornalismo de qualidade. Pode notar que a grande arma dele (o **Diário MS**), o grande capital dele, é fazer um jornalismo eficiente, sadio e não faccioso e com o decorrer dos anos ele se sedimentou (...) Eu não quero dizer que o **Diário MS** é o grande jornal de Mato Grosso do Sul, apenas o **Diário MS** está

sendo um pouquinho mais inteligente em fazer o jornal. Deixou de ser um jornal de Dourados para ser um jornal de Mato Grosso do Sul. Tem tido o cuidado de fazer o jornalismo e não se meter em querelas paroquianas (...)¹º.

Ponta Porã, na fronteira ao Sul, se identifica com o Paraguai; Cassilândia, ao Leste, outra cidade isolada, agrega os costumes do povo de Goiás e de São Paulo, tendo inclusive dois horários. O **Diário MS** é o único jornal do Estado a ter um caderno com oito páginas com notícias regionais e o único a enviar exemplares de carro até Três Lagoas. As particularidades culturais desses extremos geográficos do Estado são mostradas espontaneamente nas reportagens.

Gerson Martins afirma que a mídia impressa nunca perderá seu lugar.

Nesse sentido podemos contar, pelo menos, mais de 3 décadas. O número de computadores ainda é muito pequeno e o acesso à internet é reservado a uma elite, o jornal impresso é e continuará sendo o principal meio de informação da população. O jornalismo na internet, também chamado de webjornalismo, é muito importante e tem crescido muito nos últimos anos, mas está longe de atingir a maioria da população¹¹.

Relações comerciais, Redação e paralelos

A proximidade com o Poder Público, principalmente nos municípios pequenos, onde o jornal presta serviços na forma de publicação de editais, anúncios e informações institucionais, é cautelosa e transparente. Como observa o diretor Vítor Cales: “nenhuma empresa quer perder um cliente”. Isto, porém, está longe de ser interpretado como uma concessão editorial.

O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva relata que o jornal moderno é uma empresa de negócios, mas isso não pode ser confundido com o erro de reduzir o jornalismo às condições de um negócio “que lide com bens cujo conteúdo material seja mais importante que seu conteúdo ideológico (...)”¹².

Ao mesmo tempo, não se pode cometer o erro “de ignorar ou desprezar a importância do caráter empresarial da atividade jornalística exercida numa sociedade industrial capitalista e moderna”¹³.

O Poder Público se beneficia do meio jornal, mas quanto mais forte economicamente é uma cidade, maior independência tem a mídia. Isso é uma regra geral, não é uma particularidade de Dourados.

O **Diário MS** adota uma postura de respeito e profissionalismo, mantendo a equidistância nessas relações, prevalecendo a política de não achincalhar ou promover campanha difamatória contra ninguém.

Diferenças econômicas e jornalísticas, cuja convivência deve ser pautada pela seriedade, responsabilidade e profissionalismo, se chocam diariamente na empresa, como meteoritos na escuridão do Universo. Mas nem por isso cada área tem seu grau de importância diminuído ou maximizado.

A postura adotada pelo **Diário MS** e a circulação simultânea em várias cidades têm permitido avanços positivos nessas relações.

É verdade que a atividade jornalística se converteu num mercado, mas, atenção, esse mercado é consequência e não o fundamento da razão de ser da imprensa. Do direito fundamental a que corresponde a imprensa, o direito à informação, resulta a ética que deveria reger os jornalistas e as empresas de comunicação – e deveria reger também os vínculos que ambos estabelecem com suas fontes (as pessoas que fornecem as informações aos jornalistas), com o público e, sobretudo, com o poder (econômico, político ou estatal). Quando o poder age no sentido de subtrair ao cidadão a informação que

lhe é devida, está corroendo as bases do exercício do jornalismo ético, que é o bom jornalismo, e corrompendo a sociedade¹⁴.

A empresa tem se esforçado jornalisticamente e criado estratégias comerciais para se enquadrar dentro desses princípios. A independência entra em conflito com a publicidade quando esta é vista como despesa e não como investimento, numa mentalidade que ainda resiste fragilmente ao momento de competitividade.

O **Diário MS** consegue ocupar em torno de 20% a 25% do seu espaço com publicidade. Os espaços vazios restantes são preenchidos, logicamente, muito bem preenchidos por sinal, pela Redação. 15% da receita são mantidos pela carteira de assinantes; 5% com a venda avulsa em bancas; 6% com serviços gráficos prestados a terceiros (e esses índices vêm crescendo), mas a maior fatia, em torno de 40%, provém de serviços prestados a órgãos públicos, incluindo Governo do Estado, Assembléia Legislativa, Prefeituras e Câmaras. O Caderno de Classificados contribui com 1%.

Ao longo da história, o Poder Público tem procurado exercer controle sobre as empresas de comunicação, principalmente sobre os meios dependentes de concessões, como rádios e tevês. Apesar do jornal estar livre legalmente desse domínio, indiretamente os governos tentam influenciá-lo com a intenção de passar para o público leitor, informações e imagens positivas e evitar espaço para a oposição.

O próprio governo de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, no primeiro mandato (1999-2002), no calor da ascensão das forças progressistas, logo nos meses iniciais, adotou uma espécie de boicote ideológico e financeiro à mídia, vista aos olhos do mesmo governo naquela época como tradicional, a serviço das oligarquias.

Com o corte em propaganda oficial, acreditava-se que jornais quebrariam, subestimando-se a solidez de mercado e a linha editorial de alguns. O **Diário MS** sobreviveu.

Nas teorias de ação política, os mídia noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é,

servem objetivamente a certos interesses políticos: na versão de esquerda, os mídia noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc¹⁵.

Mais tarde, o governo entendeu melhor essas relações e o Estado precisou divulgar suas realizações. As forças progressistas tiveram, naquele período, um impulso de amnésia: quando fora do Poder, buscaram espaço para expor suas idéias, seus protestos e para contrapor os governos de direita, na mesma mídia – no caso do *Diário MS*; os arquivos são uma prova incontestável disso. Hoje, não se pode negar que formam uma nova elite. É a democracia em constante reforma. É a imprensa proporcionando “um novo pensar”.

A credibilidade, creio que é diretamente ligada a seus diretores. Sem falsa modéstia, o Vítor é um cara que tem credibilidade. Na minha época sempre tive posições claras, políticas e sociais. Nós sempre tivemos uma conduta e essa credibilidade nós transferimos para o jornal. Se nós não tivéssemos essa credibilidade, não teríamos chegado a lugar algum¹⁶.

Eron Brum confirma que uma cidade ou região precisa ter força econômica para exigir uma imprensa livre.

O *Diário MS* costuma ser cobrado para que adote postura mais crítica em relação ao Poder Estadual. Mas o jornal, argumenta o diretor, não negligencia os fatos, divulga-os com isenção. A empresa abomina, nas palavras da direção, a política de se acender uma luz para apagar a do vizinho.

O segmento empresarial local e regional oferece pouca publicidade. O Banco do Brasil e a Caixa, dois exemplos clássicos, têm mídia em rede nacional, assim como o Bradesco e a Seara Alimentos. O paradoxo bate às portas do Sebrae, criado para fortalecer e incentivar a micro e a pequena empresas. Suas peças também só são veiculadas, em sua maioria, em rede nacional. No interior, essas grandes empresas não investem quase nada em publicidade. Os comerciantes de porte médio, salvo exceções, seguem o mesmo caminho e, por exclusão, nem é preciso esperar alguma coisa dos pequenos. O Poder Público, por sua vez, é um forte parceiro comercial.

A liberdade de imprensa será mais bem preservada quando o pessoal da imprensa e de todos os outros meios de informação tentar constante e voluntariamente manter um alto sentido de suas responsabilidades¹⁷.

O jornalismo não acontece por acaso, mas é fruto de muitas indagações. Ele sucede os fatos ou, no mínimo, especula-os. O jornalista exerce uma função relativamente nova nas relações em sociedade dentro da indústria cultural. O **Diário MS** sobrevive como negócio, não há ilusões além do limite da caixa registradora. Há sim, um sonho, uma festa de aniversário para marcar uma trajetória brilhante e a esperança na liberdade, no bem servir seus leitores e seus clientes.

Sem dinheiro para tinta, papel, suprimentos, salários e tributos, a notícia se resume às centrais de boataria, mas o jornalismo (e aqui se deve entender também a empresa jornalística) é um fenômeno em discussão. É preciso ter bem clara essa realidade.

“A regra é procurar mostrar a parte positiva de cada setor da sociedade, não fechar espaço para ninguém”, recomenda o diretor, sem, naturalmente, negar autonomia à Redação em denunciar, mostrar erros e absurdos, sejam eles no setor público ou privado, e relatar a tragédia diária. Interferência empresarial, do Poder Público ou política para subtrair uma informação ou manipular uma notícia, é inaceitável.

A Redação do *Diário MS* certamente é a mais livre, a que sofre menos interferência da direção e dos clientes, em relação à dos concorrentes. “No interior de São Paulo os jornais sofrem influência maior dos governos do que em Mato Grosso do Sul”, afirma o diretor, com a experiência de quem já viveu a realidade da imprensa naquele Estado.

Ao todo, o quadro em maio de 2003, era de 130 funcionários, 50% dos quais atuando na base.

Trabalham na Redação: Alfredo Barbara Neto, Ademir Almeida (fotógrafo), Anaurelino Ramos, Anderson Meirelles, Antônio Ibra dos Santos, Carlos Velasquez, Cláudio Xavier, Dênes de Azevedo, Edmir Conceição, Elias Ferreira, Hélio de Freitas, Hosana de Lourdes, João Carlos Torraca, José Luiz Moreira, Luís Carlos Luciano, Marli Lange, Noemir Filipetto, Ricardo Ojeda, Viviane Viaut e Waldemar Gonçalves (o Russo).

Até abril de 2003, o repórter fotográfico Hédio Fazan integrava a equipe. Em junho de 2003, entrou Anderson Sperti para substituí-lo.

O jornal deveria fazer a crítica construtiva de todos os setores da sociedade (...) Nos editoriais, deveria ser o defensor de reformas necessárias e de inovações atendendo o interesse público (...) Deveria oferecer um fórum para a expressão de comentários e de críticas, particularmente quando essas críticas vão contra as posições proclamadas nos editoriais¹⁸.

Possui a página 2 dedicada ao editorial, charge e artigos de opinião. Tem a *Seção do Leitor*. A Redação não reproduz textos difamatórios ou propagandistas.

A direção vem apostando na diversificação da receita, no marketing, no departamento publicitário, no jornalismo sério, no *designer* e na qualidade de seus profissionais, para oferecer um produto de qualidade, inteligente e pluralista, melhor que os da concorrência.

O jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque a comunicação social é lugar de conflito. Onde a etiqueta cala, a ética pergunta. De que adiantam equipes de repórteres de fino trato se o dono da rede de televisão põe a emissora a serviço de seu candidato a presidente da República, distorcendo os fatos? Para que serve tanto cuidado na hora de investigar a privacidade de um senador, se não há o mínimo respeito para com os desempregados que, detidos como suspeitos por um delegado na periferia, são interrogados diante das câmaras como se fossem autores de crimes hediondos?¹⁹.

Há dois anos foi reestruturado o Departamento Comercial e instituída a planilha com a lista de anunciantes, controlando melhor o espaço entre matérias e anúncios no momento da diagramação. Esse setor estava sob a direção (em maio de 2003) de Renata Helena Elias Barbara, formada em Administração de Empresas pela UNIMEP (SP).

A reformulação vem se revertendo em diferença positiva no faturamento e aumentando o número de pessoas no contato publicitário. O **Diário MS** passa por um momento de solidificação e ampliação em seu marketing e em sua influência regional. Uma das metas, a partir dessa segmentação, é conseguir maior participação no mercado publicitário local e investir na ampliação da carteira de assinantes.

O Departamento Financeiro é chefiado pela filha do proprietário, Alecsandra Cales, bacharel em Direito pela Unigran - Dourados (MS).

O *feedback* tem sido surpreendente em nível editorial e publicitário. Agências do Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Mato Grosso do Sul, quase a maioria no caso do Estado, trabalham com o jornal. A Perkal, concessionária da GM, começou anunciando suas atividades apenas no **Diário MS**.

Vítor Cales cobra qualidade e produtividade. Na ponta final do processo, onde jornalista pouco põe o bedelho, seja dia, noite ou madrugada, ele acompanha, quando necessário, os impressores nos ajustes das cores, cuja distorção tenha sido

causada por um papel diferente, uma marca nova de tinta ou a mudança de clima que interfere na qualidade dos itens de produção.

Cales desperdiça fatias de bobinas para acertar a tonalidade. Todo esse capricho para oferecer um produto de qualidade ao leitor. Quando quebra alguma máquina da oficina, o proprietário não se incomoda em pôr a mão na graxa.

Na Redação, Cales sugere pautas principalmente na área política e tem um cuidado especial em relação ao noticiário regional, onde nasceu o jornal, mas sem ingerências ou boicotes. Os jornalistas que já passaram pelo **Diário MS** são testemunhas disso. Vítor tem bom trânsito no meio político, independente de partidarismo, posição que lhe rende informações exclusivas.

O **Diário MS** experimenta um rápido crescimento em termos de circulação e no processo de estruturação, e está vencendo a entropia. A transformação ocorre em quase todos os setores e a qualidade do noticiário solidifica cada vez mais o fator credibilidade.

Na edição de 19 de maio de 2003, *O Progresso*, o concorrente imediato, trouxe 65 matérias, além de três artigos, charge, editorial, notas em colunas e o Classificado com quatro páginas.

Naquele mesmo dia, o **Diário MS** circulou com 83 matérias, quatro artigos, charge, editorial, notas em colunas e o Classificado com seis páginas – nos dois casos, como foi uma segunda-feira, o Caderno Classificados repetiu os anúncios da edição anterior.

Na edição do dia 23 de maio de 2003, o **Diário MS** circulou com 84 matérias, três artigos, charge, editorial, Classificados com seis páginas, **boavida** com oito, além de colunas sociais, colunas políticas e notas.

Nessa mesma data, *O Progresso* circulou com 60 matérias, dois artigos, Classificados com oito páginas e mais o caderno rural, com quatro, além de colunas sociais e notas diversas. *O Progresso*, no entanto, sai aos sábados.

Na média da semana, o **Diário MS** tem oferecido mais notícias para seus leitores, principalmente para as pessoas da região. As edições foram contadas aleatoriamente.

Gerson Martins comenta que o crescimento de um jornal se mede por sua credibilidade

com uma credibilidade sólida, o aumento do número da tiragem, editorias é uma decorrente. Para manter a credibilidade é imprescindível que a administração do jornal preze pela qualidade das notícias, do jornalismo, trabalhar sempre com jornalismo investigativo e investir em profissionais qualificados e equipamentos²⁰.

Em março de 2003, o *Diário MS* era um tributo ao leitor, um patrimônio da sociedade, das pessoas que o viram crescer e de outras que continuarão vendo-o. É uma aldeia, detidamente, regional.

O consultor de empresas Waldez Ludwig, palestrante irreverente, em entrevista para o programa “Sem Censura”, da Rede Brasil, em 1º de maio de 2003, teorizou que as empresas precisam ter iniciativas e não apenas criatividade. Afirmou que as pessoas valem pelos seus sonhos.

O *Diário MS*, parafraseando o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), faz a crítica da crítica da objetividade. Há diferentes maneiras de se ver um fato e o estilo adotado na “cozinha da casa” é dinâmico e o leque mais aberto.

A partir do surgimento do jornal e em apenas uma década, a história local e regional, patrimônio maior de um povo depois da língua, tem ampliado os registros. O corte cotidiano feito por uma edição, um tempo que pode se apagar ou se ofuscar na memória das pessoas, permanece vivo e documentado nas folhas do jornal.

Mais do que isso, o *Diário MS* tem trabalhado com a apresentação e a recuperação do factual, com a apreensão rigorosa dos fatos. O leitor que acompanha as diferenças entre um e outro meio de comunicação há de refletir sobre quem tem a maior limitação.

O povo só governa bem quando ele passa a ter mais conhecimento dos fatos, daí que a liberdade é o maior legado da imprensa, da sociedade e da democracia. O conhecimento

(e a divulgação dos fatos) aumenta a participação popular nas decisões governamentais. O Poder Público é parcial ao explicitar seus conceitos.

O **Diário MS** tem sido meticuloso com a sua organização, prevalecendo um relacionamento empresarial franco, audacioso, hierárquico e com atribuições bem definidas. As cotas de investimentos na Redação vêm aumentando.

A Redação procura surpreender os leitores com assuntos relevantes; não há revisores – cada editor é responsável pela finalização de suas páginas – e há um esforço concentrado para se diminuir os erros lingüísticos.

Além do diferencial das capas para datas especiais (Dia das Mães, do Agricultor, dos Pais, das Crianças, entre outras) e para os cadernos e semanários, pautas interessantes têm gerado boa repercussão, a exemplo da edição do aniversário da cidade, em 20 de dezembro de 2002: o deficiente físico sendo conduzido, em uma cadeira de rodas, pelo repórter e pelo fotógrafo em um passeio pela cidade, para se mostrar as dificuldades que essas pessoas enfrentam e o desprezo urbanístico. O repórter, no caso, foi o gerente da empresa.

A foto superou: Ademir Almeida colocou a cadeira no ponto mais alto do edifício Adelina Rigotti, no centro, clicando o desenho dos ferros, das rodas e ao fundo, aparecem os prédios e as árvores da cidade.

É obrigação oferecer quantidade e qualidade de opções para o caro leitor. Em 2003 foi criado o Caderno 2 e passado Polícia para o Caderno de Esporte, abrindo mais uma página para Cidade no Primeiro Caderno.

O **Diário MS** enviou uma equipe para a Fazenda Itamaraty durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2003. Na região, foi o único a oferecer uma leitura própria dos fatos e fotos exclusivas, enquanto outros veículos se acomodaram em “chupar” *releases* e fotos da Agência Popular de Notícias e da Agência Brasil.

Nas quartas-feiras à noite, quando ocorrem os jogos pela Copa Brasil, Campeonato Brasileiro e Libertadores, normalmente encerrados às 22 horas, o **Diário MS** tem

informado os resultados na edição do dia seguinte, no Caderno de Esportes, sem atrasar a edição.

A partir de uma denúncia publicada com exclusividade no dia 23 de janeiro de 2003, mostrando uma condenação militar imposta ao Tenente Coronel Luís Ubiratan Maia da Cruz, ele foi exonerado do cargo de comandante do Departamento de Operações da Fronteira (DOF) uma semana após ter sido nomeado (ele sequer poderia estar exercendo a função). Esse trabalho de investigação foi feito pelo chefe de Redação, Hélio de Freitas, 30 anos.

Durante a Copa do Mundo, soltou duas edições surpresas. A primeira quando o Brasil se classificou, ao vencer a partida decisiva contra a Inglaterra. O jogo aconteceu às 2 horas e o resultado foi dado na capa da edição da mesma madrugada para os leitores de Dourados.

O jornal acreditou no pentacampeonato. A Redação trabalhou um fim de semana produzindo um especial para o jogo final contra a Alemanha, que aconteceu no domingo, preparado para mostrar tanto um resultado favorável como desfavorável para o Brasil. Pela primeira vez na história de Dourados saiu uma edição vespertina para Dourados, às 12 horas, duas horas depois do jogo, distribuída entre as pessoas que ainda festejavam a vitória nas ruas. No dia seguinte, o mesmo especial foi encartado para Dourados e região.

O *Diário MS*, em resumo, tornou-se um sucesso jornalístico e de mercado publicitário. Uma década é um tempo pequeno quando se trata de uma função cuja trajetória, como uma árvore, demora a fincar raízes e produzir frutos. Mas existem exemplares suficientes para comprovar a sua apreensão dos fatos. Ele tem tido uma ascensão linear. Há, evidentemente, outros fatores que contribuem para isso.

O jornal vive as mudanças da sociedade e acredita que as reformas necessárias passam pelo controle maior do cidadão sobre os rumos da coisa pública e não o contrário, como tem sido ao longo do tempo. Acompanha as discussões e as pesquisas acadêmicas emergentes sobre o comportamento e a influência da mídia na sociedade. Contribui para o amadurecimento e o enfrentamento desse processo.

Trabalha com a receita condicionada, mas com a antena jornalística permanentemente aberta. Estuda estratégias

de crescimento, de investimento. O proprietário diz que o lucro é revertido na própria empresa. Essa obstinação é um dos ingredientes do êxito.

A sociedade civil e principalmente o leitor, devem amadurecer os seus mecanismos de controle (ONGs) e se proteger contra o *Quarto Poder*, e o jornal se submete diariamente a essa vigilância porque as edições formam um livro de páginas abertas. Não está isento dos erros, mas se esforça para não cometê-los e exerce continuamente a autocrítica.

De certa forma, o jornal é uma extensão abstrata da alma, pois ele permite a manifestação das emoções, dos conflitos, da expressão do pensamento social, ajudando o homem a romper a solidão das idéias e os círculos fechados do conhecimento. Ele ilumina a palavra, um dom concedido somente ao homem e dominado apenas pelo próprio homem. Daí a necessidade premente de se discutir e exercitar a ética dentro de uma atividade tão complexa e envolvente como a comunicação social.

A sintonia com os poderes (econômico, político, estatal) e com o público leitor têm sido uma premissa constante. O **Diário MS** aumentou o seu prestígio político-social e sua influência sobre as comunidades onde circula. O **Diário MS** é um sonho que está dando cada vez mais certo.

Em tempo: em abril de 1999, Paulo Falcão, 57 anos, deixou a sociedade, mas não por divergência administrativa. Por opção política.

REFERÊNCIAS

¹ CALES, Vitoriano Carbonera. História do Diário MS – Uma Luta Constante. **Jornal Diário MS**, Dourados (MS), 13 set. 2002. Caderno Especial.

² TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo (RS): Editoria Unisinos, 2001. p. 59.

³ FALCÃO, Paulo. **Entrevista gravada**. Dourados, 7 maio 2003.

⁴ AZEVEDO, José de. **Entrevista gravada**. Glória de Dourados, 16 maio de 2003.

⁵MARTINS, Gerson. **Entrevista concedida, por e-mail, pelo professor da Faculdade Estácio de Sá.** Campo Grande. <http://www.gersonmartins.jor.br> Acesso em: 8 maio 2003.

⁶SILVA, Carlos Lins da. **Mil Dias – Os Bastidores da Revolução em um Grande Jornal.** São Paulo: Trajetória Cultural, 1988. p. 16.

⁷Ibid.

⁸COELHO NETTO, Paulo Renato. **Mato Grosso do Sul.** Campo Grande [s.e]: 2002. p. 101.

⁹Ibid., p. 109.

¹⁰Ibid.

¹¹Ibid.

¹²Ibid., p. 31.

¹³Ibid.

¹⁴BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética na Imprensa.** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2000. p. 33.

¹⁵Ibid., p. 81.

¹⁶Ibid.

¹⁷BERTRAND, Claude Jean. **A dentologia das mídias.** Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru (SP): Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. p. 49.

¹⁸Ibid., p. 130.

¹⁹Ibid., p. 12.

²⁰Ibid.

“Desconhecer a história é
permanecer criança
para sempre”.
Cícero, filósofo romano.

CAPITULO II

O PERÍODO DE AFIRMAÇÃO

Os três semanários

Três jornais semanários deram origem ao *Diário*

do Povo e alguns anos mais tarde ao *Diário MS: Panfleto* (1983), *O Zangão* (reeditado em 1985) e o *Jornal do Vale* (1987).

Panfleto pertenceu ao vereador Paulo Falcão (com mandato em 1982-1987, 1997-2000 e reeleito para 2001/2004).

Em 1987, a partir da sociedade remanescente entre Falcão e Vítor Cales, foi criado o *Jornal do Vale* (pertenceu aos dois), para ajudar a contrabalançar os custos da pequena empresa e ampliar a circulação regional.

Os três semanários, tablóides, foram impressos, até 1989, em linotipos, o “chumbão”, sistema que, no passado, revolucionou a impressão tipográfica e cuja primeira experiência bem sucedida é atribuída a Ottmar Mergenthaler, em 1886, nas oficinas da *Tribune*, de Nova Iorque (cf. TROPICO, [s.d.], p. 680, v. IV). No final de 1989 foi adquirida a primeira *off-set*.

O Zangão surgiu pela primeira vez em dezembro de 1979, sob a direção de dois empresários de pequeno porte: Orlando Alves Martins e Akio Kasawara.

Desativado em 1982 pelos primeiros donos, renasceu em 1995 por influência de Falcão, que incentivou Cales a obter autorização para colocar novamente *O Zangão* em circulação em Fátima do Sul e cidades vizinhas.

O nome, aparentemente estranho para um jornal, é uma homenagem a Fátima do Sul. O jornalista João Carlos Torraca, 44 anos, editor do Caderno Região do ***Diário MS*** desde maio de 1989 na casa, explica o motivo.

Na divisão dos lotes daquele município durante o período da CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada pelo Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943 (TOMPES, 2000, p. 96) -, o desenho do mapa ficou com o formato de uma colméia. É por isso que Fátima tem o sugestivo slogan “Cidade Favo de Mel”.

Entre 1978 e 1980, Cales atuou como linotipista em Dourados e tinha a vantagem de conhecer com detalhes o funcionamento das máquinas, normalmente desgastadas. Trabalhou no *Jornal da Praça* (foi editado por certo período em Dourados, antes de ser transferido para Ponta Porã), no *Panorama*, jornal que circulou em Dourados entre 1979 a 1983, montado por Vanderlei Mariano, Alcides Miranda e Antônio Raimundo Espírito Santo, o “Lig”, mas que em 1981 foi comprado por Roberto Razuk.

Em 1982 Cales tornou-se sócio de Orlando e Akio em duas máquinas: linotipo modelo 5 e impressora Optima.

Durante um ano trabalhei apenas em troca de comida e roupa, para poder pagar a minha parte na sociedade. Neste ano, consegui sair da condição de empregado para ser dono de 33% de uma linotipo e uma impressora, além, é claro, dos tipos, bolandeiras, ramas e chumbo que eram utilizados para a montagem do jornal¹.

Orlando e Akio resolveram montar *O Regional* (iniciado no final de 1982, que sobreviveu apenas seis meses).

Abrir e trocar de jornais naqueles idos pareciam aventuras românticas e não ideológicas, mas na verdade a intenção de alguns era usar a força da palavra e o poder da comunicação para tirar proveito político, econômico e pessoal.

Não é à toa que os políticos procuram “viver em paz” com os empresários do setor e jornalistas, pois é notório que nem todos do ramo têm escrúpulos e ética. Ainda surgem jornais com finalidades dúbias, mas os cursos de Jornalismo vêm formando novas gerações de profissionais mais cautelosos, éticos e compromissados com a verdade, além do próprio mercado ser um excelente regulador nesse aspecto ideológico e ético.

Nenhum dos três tablóides embriões foi usado com finalidade espúria, mas o *Panflete* detém a postura de o mais crítico do período, buscando independência e fazendo o caminho contrário da omissão da palavra, porém, partidário dos grupos mais à esquerda do PMDB.

A pequena sociedade entrou em crise e uma das saídas para superar a dificuldade foi dada por Osmair Scarpari, dono do *Pan Rural* (jornal com vida efêmera na década de 1980, em Dourados). Sugeriu aos três sócios da oficina (Vítor, Orlando e Akio) a divisão da firma com o próprio Osmair e com Leandro Rosa: 20% da oficina em partes iguais, com o compromisso de se editar *O Zangão*, *Jornal do Interior* e *Pan Rural*.

A sociedade começou bem, mas durou pouco. Em 1983 Orlando e Akio resolvem ir embora, vendendo as cotas para Falcão. Este abriu o *Panflete* e endureceu a oposição ao então prefeito de Dourados, Luiz Antônio Gonçalves (1983-1988, do PDS) e fez resistência ao regime militar. A venda da sociedade equivale hoje ao preço de um carro popular. Nesse meio tempo, *O Zangão* deixou de circular.

Com a mudança dos donos, sobrou tempo na oficina para se confeccionar um outro jornal no lugar de *O Zangão*. O deputado Ivo Cersósimo (estadual três vezes, 1966/1970-1971/1974-1982/1986, e federal de 1987 a 1990) alugou a parte de Vítor Cales e passou a organizar um jornal direcionado para Campo Grande.

Pouco tempo depois, o deputado desistiu da idéia, e em seguida Leandro Rosa desligou-se da sociedade para transformar o semanário *Jornal do Interior* no *Diário do Interior*

– aliás, este existe até julho de 2003 em Naviraí, circulando semanalmente, mas não sob a mesma direção.

Cales e Falcão absorveram as cotas e voltaram a prestar serviços gráficos para terceiros. Em 1984, Osmair Scarpari parou o *Pan Rural*, abrindo o *Pan Negócios*, impresso na mesma oficina por vários meses, para se pagar o valor de sua porcentagem na sociedade.

Em 1985, Cales e Falcão eram os únicos sócios da oficina, fazendo o *Panflete* e prestando serviços. Em abril daquele ano, Cales reinicia *O Zangão*.

Sem nenhuma experiência no setor externo, mas com muita vontade de crescer e com convicção de que havia espaço no mercado, com a ajuda do Falcão, consegui me firmar no mercado, fazendo o jornal circular nas cidades de Fátima do Sul e Jateí. No final de 86, eu e o Falcão achamos que era necessária a criação de um terceiro jornal para baratear o custo final dos dois existentes (*Panflete* e *O Zangão*), sendo fundado então o *Jornal do Vale* para atender Glória de Dourados, Deodápolis, Ivinhema e Angélica. Esses três jornais tinham formato tablóide e suas matérias eram distintas, pois cada jornal atendia cidades diferentes².

Em 1987, depois de perder no ano anterior a eleição para deputado estadual (por mil votos), Falcão iniciou o *Jornal do Vale* (juntamente com Cales). Mas antes do lançamento, Falcão foi convidado pelo governador Marcelo Miranda (1987-1990-PMDB) para comandar a Secretaria de Desporto do Estado.

Deixei a bucha na mão do Vítor. Durante três anos e sete meses, ele ficou no sacrifício, estando à frente de uma empresa cujo patrimônio era pequeno, mas o serviço era muito grande. Mas ele deu conta do recado, tanto que eu voltei e os três jornais estavam funcionando bonitinho³.

O sócio viu-se na necessidade de funcionários preparados. Falcão, no início, redigia o *Panfleto* e ajudava o sócio na tarefa com *O Zangão*. O jornalista Miral Pereira dos Santos passou a ajudar na produção dos dois jornais, mas era funcionário de Falcão.

O primeiro *free lancer* a trabalhar com Vítor Gales na confecção de *O Zangão* decepcionou. Depois de alguns dias de “ralo”, deixou um bilhete na mesa do chefe demitindo-se.

A experiência de ter digitado muitos textos nas linotipos e a visão até aquela data do processo, aliada à necessidade do momento, encorajaram Gales a organizar a sua narrativa. Passaram, depois, pela Redação, Clóvis de Oliveira e Cícero Faria, este por um tempo maior. Cícero conta que chegou a editar, em determinado período, os três semanários sozinho.

Em 1989 entra João Carlos Torraca. Vieram em seguida Elias Ferreira, Antônio Viegas, Edilson Carlos, Ademir Machado, Ênio Ribeiro e Ronney Minella. A Redação, a exemplo do que acontece até hoje, é uma escola para muitos talentos da área.

Nesse íterium, Falcão retorna da Secretaria de Desporto.

O *Panfleto* era feito às segundas e terças-feiras e circulava na quarta-feira; o *Jornal do Vale* era produzido às quartas e quintas-feiras e entregue na sexta-feira; *O Zangão* era editado às sextas e sábados e circulava na segunda.

João Carlos Torraca, com experiência, conta que foi um momento de improvisação aquele início, começando pela coleta de informações na região. As anotações apareciam rascunhadas em papéis de pão, de embrulho, pedaços de cartazes. O meio era espontâneo. A reprodução da realidade ganhou aliados nas cidades onde os jornais circulavam. De quermesse à sessão da Câmara, os “olheiros” cobriam de tudo. Do novo ao picante. Os semanários ganharam leitores assim, aproximando a notícia, numa simbiose entre o emissor e o receptor.

Torraca chegou a cobrir *in loco* a região entre 1989 e 1990, para fazer *O Zangão*. O motorista contratado para acompanhá-lo foi Waldemar Gonçalves, o Russo, repórter policial do ***Diário MS***.

Torraca recorda: havia forte empolgação e a receptividade era boa na região. “A gente voltava e comentava as notícias que tinham tido maior repercussão, era gostoso ver o barulho”. Uma nota pitoresca comparou servidores a barnabés, em uma pequena cidade. Achando-se ofendidos, enviaram uma carta à Redação pedindo retratação.

“Quando a gente chegava nas cidades era um Deus nos acuda”, vibra Torraca, relacionando outros episódios curiosos e engraçados.

O jornalista Elias Ferreira, editor do Caderno 2, recorda que o trabalho na região estimulou a criação das assessorias de imprensa. “A gente sonhava demais, o Falcão era empolgado e o Vítor era mais pé no chão, conservador”, sublinhou Elias. Entende que os semanários ajudaram, e o **Diário MS** continua ajudando a elevar a auto-estima de uma região isolada cultural, econômico e educacional. “O jornal deu voz para as comunidades da região, ele ajuntou a fome e a vontade de comer”, comentou. O extrativismo acabou com a região e o algodão chegou a ser chamado de ouro branco, chegando a ocupar 70% da área de plantio.

(...) A CAND foi sem dúvida a iniciativa estatal desencadeada pelo Estado Novo que maior impacto e mais repercussão produziu na trajetória do desenvolvimento de Dourados e de sua região (...) sobretudo na década de 50 verificou-se uma extraordinária expansão de certas safras, como a do algodão, que evoluiu de 171 toneladas em 1950 para 9.764 toneladas em 1960 (...) A análise da propagação das lavouras tecnificadas na microrregião de Dourados nos revela um crescimento deveras acelerado. Em 1970, no início do processo de expansão dessas lavouras, a área ocupada com o cultivo da soja nessa porção sul do Mato Grosso do Sul correspondia apenas a 10.351ha (...) em 1990 as áreas ocupadas com as lavouras de soja já alcançavam a 626.151ha⁴.

A partir de 1990 os semanários revigoraram-se, abrindo caminho para novos investimentos.

A direção adquiriu a primeira *off-set*, em 1989, do engenheiro civil Shizuke Ono e do prefeito Braz Melo (1989-

1992 e 1997-2000). Ambos tinham uma gráfica, cuja impressora estava parada.

Foi o Geraldo Tomas, de Fátima do Sul, que me falou três ou quatro vezes para eu adquirir aquela máquina e aí eu não posso negar a ajuda que eu tive do Ono. Ele foi negociante, mas me vendeu a máquina em parcelas⁵.

Era uma “Kikbuchi”. A segunda impressora foi uma das condições para se criar o ***Diário do Povo***. Um dos receios era justamente a máquina falhar na tiragem de um jornal, interrompendo o compromisso de circular cinco vezes por semana, o que colocaria a textura e o otimismo por água abaixo, além dos contratos para publicação de atos oficiais não serem cumpridos. Outros jornais perderam prestígio por causa disso.

Olha, quando eu me interessei em fazer um jornal semanário, era para ser voz da oposição ao Luiz Antônio (...) O Vítor era um cara que fazia todo o serviço lá dentro, quando quebrava uma máquina, ele mesmo arrumava (...) Uma coisa interessante. A gente saía daqui um dia por semana, ia pegar notícia e entregar jornal. Inicialmente era um fusca velho. Nós parávamos na esquina, o Vítor ia para um lado e eu para outro, entregando o jornal em Fátima, Vicentina, Culturama e Jatei. Aí nós vínhamos pegando notícia, virávamos repórter e quando chegávamos em Dourados virávamos redatores. Fazíamos de tudo, policial, social, política e apostamos desde o começo na máxima que dá certo até hoje: distribuir, fazíamos mesmo, o Zangãozinho era 1500 jornais que jogávamos naquela região, entregávamos de porta em porta (...) nós nunca fizemos imprensa marrom, mas fazíamos um jornal bem crítico, gostoso⁶.

O pequeno empresário Aluizio Mendes Pedraza, da Mecânica Pedraza, em Fátima do Sul, há 13 anos presidente

do Diretório do PDT daquela cidade, lembra-se de *O Zangão*. Ele consertou o fusca velho do Vítor Cales mais de uma vez. “Nós dois começamos juntos”.

“*O Zangão* chegava aqui na segunda-feira e todo mundo queria ver, o jornal era daqui”. Um funcionário “meio aloprado” – como ele próprio definiu – em um baile, deu tiros para o alto e aí o fato virou uma nota com o título: “O Rei do Gatilho...”. Outra vez, o mesmo funcionário fez “cavalinho de pau” no centro. Preso, virou notícia novamente: “Ás do volante...”.

Vítor era a pessoa que mais passava em Fátima do Sul para pegar notícias (...) o crescimento dele como empresário foi fantástico, não dá nem para comparar, veio do zero (...) foi um trabalho muito difícil, eu acompanhei isso⁷.

Um dos operários da oficina do jornal, acompanhando Vítor desde junho de 1986, é Pedro Boita Gomes, 48 anos, linotipista e impressor de rotativa. Chegou a trabalhar com uma linotipo modelo 8 “mais rápida, não empastelava muito porque a matriz caía no lugar certo, não precisava a pessoa se levantar da cadeira para ir atender”, recorda. Essa máquina consumia perto de 80 quilos de chumbo por dia, dependendo da demanda de serviço. Ele entende que a empresa cresceu em razão dos investimentos. “O Vítor sabe trabalhar, sabe bem administrar (...)”.

Hélio Gonçalves Minhos, 34 anos, desde 1989 no parque gráfico, lembra que pelo sistema tipográfico não havia como sobreviver. “Todos estavam passando para *off-set*, só tinha ele (o Vítor) e o Theodorico (Theodorico Luiz Viegas, da *Folha de Dourados*) no chumbão”.

O jornalista Ronney Minella, responsável pela sucursal de Naviraí desde 1987, começou ainda criança como vendedor de *O Progresso* e o *Jornal da Praça*.

Logo tomei conhecimento do tablóide *O Regional* e procurei onde funcionava. Era em frente ao então supermercado Cooagri, onde falei com seo

Orlando. Ali consegui um emprego no setor gráfico como distribuidor de tipos, conhecia um pouco de serviço gráfico porque havia trabalhado com o Jairo de Osti, na Gráfica Seriema. Naquela época ocorreu o meu primeiro contato com o então chefe da oficina do jornal, Vitoriano Cales. Eu varria o chão, limpava as mesas das bolandeiras, passava ar na linotipo e, vez em quando, ficava observando o Vitão digitando as linhas de matérias e, sem que ele pedisse, ia abastecendo a caldeira da sua máquina⁸.

Ronney Minella aprendeu a diagramar e, em dezembro de 1990, no retorno de Porto Velho (RO), passou no local onde funcionava o jornal, em frente ao mercado Cooagri, na Rua Joaquim Teixeira Alves. Encontrou Milton Ramos dos Santos, o “Miltão”, fechando uma pequena porta nos fundos do prédio e perguntou quem era o dono da firma. Respondeu que eram o Vítor Cales e o Falcão.

O diagramador provou seu papel e sugeriu a mudança do tamanho dos três semanários. Apesar da resistência, conseguiu convencer os diretores a rodar *O Zangão* no tamanho standard.

Em uma segunda-feira, recorda, Vítor e “Miltão” saíram para Fátima do Sul levando *O Zangão* em novo formato. Na distribuição do jornal, as pessoas conhecidas brincavam: “Agora sim vocês estão com jornal de verdade...” O diretor voltou empolgado e sugeriu a mesma mudança para o Falcão, mas este resistiu.

Apesar disso, *Panfleto* saiu em tamanho maior e logo depois o *Jornal do Vale* também foi alterado.

Em 1991, apareceu no jornal a máquina Olivetti, para a composição de textos. Em seguida uma “Composer” e logo mais o primeiro computador “286”.

O *designer* passou por mudanças e o diagramador passou a usar “glisês” (matéria com fundo cinza) e títulos vazados (fundo preto com letras em branco).

Cales não sentiu firmeza diante das inovações: “Quero o jornal como era antes, sem estes modernismos que vocês

inventaram (...) Se vocês provarem que existe isso, eu posso até aceitar”, recorda Minella.

Roney Minella e Amarildo Leite mostraram o exemplo da *Folha de S. Paulo*.

Assim, eu poderia ser encontrado dentro do jornal às sete horas da manhã ou de madrugada durante as confecções e impressões dos jornais. Eu respirava jornal, vivia jornal, era o próprio jornal, tudo isso com muita satisfação. Aliás, muitos amigos começaram a reclamar que havia deixado de participar das festas que sempre fazíamos. Achava tudo tão natural porque meu único interesse era fazer o jornal sair mais cedo e bem diagramado⁹.

Panfleto

O número 1 de o *Panfleto* circulou em 27 de agosto de 1983 com a manchete: “Política Industrial – Omissão de Dourados”, uma entrevista com Osmair Scarpari, que fora secretário da Indústria e Comércio do Município, alertando que esse setor não deslanchava em razão dos interesses políticos e econômicos. Naquela época ele já alertava para o sucesso econômico de Santa Catarina, que apoiou os pequenos empresários.

No editorial, o redator afirmava que o *Panfleto* “era receita para recuperar o ânimo e a coragem”, citando ainda que “criticar as mazelas de administrações relapsas, também será nosso propósito”.

No expediente, aparece Miral como diretor responsável e como editor gráfico o nome de Vítor Cales. A Redação era na Rua Joaquim Teixeira Alves, nº 2190, 2º andar, sala 12, e a oficina na mesma rua, nº 2312.

Reproduz “O Último Discurso”, de Charles Chaplin, no filme “O Grande Ditador”, e a única coluna sem o nome do responsável era um pote de pimenta ardida para os padrões da época, cujo título era “Boçais Cogitações de um Beócio”. O primeiro tópico: “Gratifica-se quem achar um Volks, azul,

perdido num buraco da rua Bahia”. A maior parte do espaço criticava a administração municipal.

Reproduzindo o debate na Câmara sobre o projeto que criou a Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (Funced), Falcão esbravejava: “estamos votando uma ditadura municipal”. O vereador Áureo Garcia dizia que o prefeito “não ouve o vozerio da massa”, e o vereador Valdenir Machado alertava: “o prefeito rouba os professores em um salário”. O primeiro número circulou com 12 páginas.

Uma frase inserida em uma propaganda do próprio jornal é uma pérola: “O mecanismo do progresso é lubrificado pelos oleosos processos peculiares à arte da publicidade”.

Havia uma página dedicada ao sindicalismo, e o jornal garimpava poucas publicidades e alguns atos oficiais, incluindo um resumo das atividades dos vereadores.

Na coluna apimentada, da edição número 3: “Calma gente! Só falta (sic) 5 anos para trocar o prefeito”. O jornal ignorava os aspectos positivos da administração. O órgão oficial do município e aliado político era *O Progresso*.

O número 4 do *Panfleto* traz uma matéria sobre a legalização do jogo do bicho: “Por que não? O bicheiro é um trabalhador como outro qualquer. A única diferença é que seu trabalho é taxado de contravenção”. O preço do jornal nas bancas era Cr\$ 100,00.

Em oposição ao regime militar, republicou em 1º de outubro de 1983, o artigo do advogado e especialista em empréstimos externos, Geraldo Forbes, divulgado na revista *Veja* de 7 de setembro daquele ano, pedindo a renúncia do Presidente João Batista Figueiredo. A edição número 8, de 15 de outubro de 1983, traz, pela primeira vez, o slogan do jornal: “A voz dos que não podem ou não sabem falar”.

Os clichês repetem por várias edições as mesmas fotos de Paulo Falcão, Carlos Cristino de Oliveira, Valdir Perusso, Áureo Garcia Ribeiro, Wilson Martins e João Totó Câmara.

A edição número 11, de 5 de novembro de 1983, tem a seguinte manchete: “Quero votar para Presidente da República, em 1985”, aderindo à campanha pelas diretas. A mesma edição denuncia que o presidente da Câmara Municipal na época, Archimedes Lemes Soares, não gostou da

linha editorial do jornal e “deu uma de bom pra cima de um nosso repórter”.

O editorial de 17 de dezembro de 1983, edição de número 17, saiu totalmente em branco, com o seguinte título: “Presente do prefeito Luiz Antônio à população neste 20 de dezembro, aniversário de Dourados”.

A edição seguinte, de 24 de dezembro, trouxe anúncio de capa pedindo eleições diretas para Presidente da República em 1985.

O jornal publicou em 17 de março de 1984, edição de número 27, o ato público “E Dourados Falou”, pelas eleições diretas, realizado em 10 de março daquele ano na Praça Antônio João, reunindo, segundo a matéria, 15 mil pessoas.

Entre os organizadores e participantes, aparecem os nomes de Laerte Tetila, Luiz Carlos Ribeiro, Egon Krakhecke, Sérgio Cruz, Harry Amorim, João Carlos Torraca, Ivo Campos, Walter Hora, Aniz Faker, Ivo Cersósimo, Marcelo Miranda, Ramez Tebet e Damarci Olivi.

Nessa mesma edição, o editorial comentava os motivos da saída de Braz Melo do PDS, sua adesão ao PMDB, acompanhado por mais quatro vereadores e a “implosão” do PDS local. No expediente, aparecia o nome de Miral citando o seu registro profissional na DRT/MS nº 62.

No editorial da edição de número 33, de 12 de maio de 1984, o prefeito Luiz Antônio é comparado a um “bebê jonson” (termo reproduzido na forma original), o que mostra a forma como o jornal tratava a principal autoridade da cidade.

Em 9 de junho de 1994, edição de número 37, a manchete denunciava o vereador José Braga por ter atacado verbalmente o *Panflete* e logo abaixo, a reportagem falava de um mandato de segurança impetrado pelos vereadores do PMDB contra o presidente da Câmara, Archimedes Lemes Soares, porque ele estava pagando regularmente os vereadores do PDS e deixando os do PMDB há cinco meses sem receber.

No dia 8 de junho, edição de número 80, apareceu uma notícia do presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, falando de sua visita a Dourados, programada para 22 de junho.

Uma eleição para o Clube de Imprensa de Dourados (CID), denunciava que o ex-prefeito José Elias Moreira tentara

favorecer o candidato Luiz Rogério de Sá, radialista, como presidente da entidade, gritando contra os assessores e usando de todo o expediente para pressionar os donos das empresas de comunicação. Essa reportagem saiu em 15 de junho de 1985. Venceu a chapa “Sindicalizando Muda”, mas na matéria não aparece o nome da diretoria. O presidente foi o jornalista Clóvis de Oliveira.

A reforma agrária foi o tema da manchete da edição de 10 de agosto de 1985, informando sobre uma reunião realizada em Vila Vargas, no dia 24 de agosto. No dia 17 de agosto, o jornal enfatizava a realização de atos públicos em Vila Vargas e na Praça Antônio João e também dedicava uma página inteira para mostrar como a reforma foi feita nos Estados Unidos.

Em 15 de fevereiro de 1988, o *Panflete* noticiava a maior tragédia no meio sindical já registrada na história douradense: a morte, em acidente na BR-163, de quatro sindicalistas: Antônio Francisco Sobrinho, o “Chiquinho” (dos Bancários), José Mendes de Oliveira (Trabalhadores Rurais), José Josino Salgueiro (Construção Civil) e Edivaldo Francisco da Silva (Carregadores e Ensacadores de Café).

No dia 8 de abril de 1987, o jornal trouxe uma reportagem com o então secretário de Comunicação do Estado, Guilherme Cunha, na qual ele afirmava que só distribuiria verbas entre os jornais que circulavam regularmente, decretando o fim dos “picaretas”.

A partir da edição de 26 de março de 1987, o Expediente trouxe o jornalista Cícero Faria como editor-chefe e Vítor Cales como diretor. No lugar de “Boçais Cogitações de um Beócio”, surgiu “Umás & Outras”, menos raivosa. Nunca o jornal sofreu qualquer processo por difamação e calúnia.

Falcão, ao comentar a influência de o *Panflete* na região, disse que a Câmara de Caarapó chegou a aprovar uma moção dizendo que o jornal era o “deputado de Caarapó”.

As matérias que saiam, o choro da classe política, da classe empresarial, saía no nosso jornal e não saía nos outros porque ninguém fazia o trabalho de buscar com constância as notícias. E assim era com o Jornal do Vale, O Zangão (...)¹º.

O ex-prefeito Luiz Antônio, com 56 anos em junho de 2003, atual reitor da UEMS, recorda que as críticas foram vistas com naturalidade naquela época, mesmo porque a Prefeitura se utilizava de outras formas de comunicação. Disse que encarou aquela voz contrária dentro dos princípios democráticos. “Só olhavam as coisas ruins da administração, era uma voz que destoava, mas nunca comprometeu nosso trabalho”.

Lamentavelmente nos arquivos do *Diário MS*, só existem dois cadernos de o *Panfleto*, um com as 59 primeiras edições e o outro com uma série que vai do número 80 ao 157. As críticas ao prefeito diminuíram a partir de 1987 e já aparecem alguns *releases* da Prefeitura.

O restante se perdeu em virtude das mudanças de instalações e porque não houve a preocupação em guardar os exemplares. Mas o *Panfleto* circulou normalmente até ser criado o *Diário do Povo*, em 10 de setembro de 1993.

O Zangão

O jornal *O Zangão*, ao contrário do que o nome sugere, tinha uma linha editorial moderada, informativa, e circulou com notícias políticas de Fátima do Sul, com 12 e 16 páginas. Esse estilo se observa não apenas nos títulos, mas também na coluna “Circulando”, que não tem o nome da pessoa responsável, mas era escrita pelo próprio Vítor Cales. No expediente aparece Cales como diretor responsável e o nome da empresa Editora Jornalística Fátima Ltda. A reedição seguiu a seqüência da numeração original.

A preocupação com questões ideológicas se nota na reportagem “Frustrado acampamento em Jateí”, informando que os sem-terra montaram acampamento de surpresa e o secretário de Segurança Pública da época, Rui de Oliveira Luiz, compareceu ao local, juntamente com 85 policiais, para conversar com os trabalhadores e convencê-los a desmontar os barracos. Conseguiu isso mediante o compromisso de

cadastrar o pessoal e marcar uma audiência com o então governador Wilson Martins (1983-1986 e 1995-1998).

O jornal contém mais publicidade do que o *Panfleto*, de Fátima do Sul e de Jateí. O radialista Wilson Gonçalves assinava uma coluna esportiva com o nome de “Zangabola”. A primeira apareceu em 16 de junho de 1986.

Na edição de 23 de junho de 1986, Cícero Faria aparecia como editor do jornal e havia uma reportagem com o título “Fátima do Sul se reafirma como pólo político de MS”, citando Londres Machado, André Puccinelli, Claudinei da Silva e Samir Chafic Garib como expoentes daquele momento.

As notícias policiais de Fátima eram regularmente publicadas, além de notas sociais de aniversários, promoções e datas especiais.

Em 30 de junho de 1986, o jornal divulgava que Jateí, na época distrito de Vila Juti, começava a receber sinais de televisão, permitindo aos moradores assistir à final da Copa do Mundo daquele ano.

Na coluna “Circulando” de 9 de julho de 1986, o redator agradecia o apoio dos empresários pelos anúncios.

Naquela mesma edição, reapareceu o assunto reforma agrária, informando que os acampados continuavam em Nova Esperança, a 12 km de Jateí, alertando que era o último permitido pelo Terrasul. Na mesma edição, foi publicada uma curiosa nota de esclarecimento do Grão Mestre Geral José Assis Ribeiro, com o título “A Verdadeira Maçonaria”, criticando os “maçons degenerados ou falsos”.

Apareceu a notícia sobre o projeto do deputado Ivo Cersósimo (PMDB) para a criação do município de Vicentina, desmembrando-se de Fátima do Sul. Na edição seguinte, do dia 21, a manchete: “Agora é Culturama que quer sua emancipação”. Até agosto de 2003, Culturama continua distrito de Fátima do Sul.

O prefeito de Fátima do Sul, Hermindo de David, anunciava em 26 de julho o asfaltamento de 23 mil m² de ruas na cidade, começando pelo centro, e que o serviço seria realizado por administração direta, mais econômico, em torno de 30%, do que se fosse contratada uma empreiteira.

A edição de 18 de agosto de 1986 trouxe a primeira foto de capa em três colunas, mostrando um sorteio

filantrópico de um veículo Monza. As fotos anteriores eram em uma coluna e normalmente de personalidades políticas. A do sorteio mostrava a cena da entrega, um detalhe que enriqueceu o aspecto jornalístico. As fotos eram produzidas em clichérias. Vítor Cales conta que o clichê em questão foi feito em Campo Grande e demorava até duas horas para ser confeccionado.

No dia 1º de setembro de 1986, saiu uma nota do Clube de Imprensa de Dourados repudiando o então deputado Roberto Djalma Barros (1982-1986-PFL), por ter contratado capangas para ameaçar o proprietário da *Gazeta Popular*, Dorival Quintana, durante comício em Itaporã.

Nesse período começaram a aparecer as propagandas dos candidatos a deputado estadual: Londres Machado (PFL), Claudinei da Silva (PTB), André Puccinelli (PMDB), Samir Chafic Garib (PTB), Paulo Falcão (PMDB) e Luiz Gomes (PT).

A notícia do “Caso Futigami” deve ter caído como uma bomba em Fátima do Sul. O deputado Massal Futigami foi denunciado formalmente como suspeito de fazer parte da quadrilha do golpe do “três por um”, pegando dinheiro com a promessa de devolver o triplo do valor. A reportagem foi publicada em 22 de setembro de 1986.

O período da campanha política ficou tenso. Leiamos esta nota na coluna “Circulando” de 6 de outubro de 1986:

O nosso endereço (redação e oficinas) é rua Joaquim Teixeira Alves, 2312, em frente ao Supermercado Cotrijui, em Dourados. Estou dando este endereço para um cabo eleitoral em Fátima do Sul que ameaçou-nos na semana passada de botar fogo na redação deste semanário. Omitimos o seu nome porque não demos crédito as suas ameaças. Mas se as mesmas continuarem, faremos um relato de sua vida em nossa cidade e também daremos queixa na polícia, não por medo, mas sim para que não abra sua ‘lavageira’ ameaçando a todos que encontra e não compartilham de suas idéias, até certo ponto, conturbadas¹.

“Jateí terá telefone em 87”, foi uma das chamadas da capa de 3 de novembro de 1986. A edição de 19 de novembro do mesmo ano trouxe manchete segundo a qual Fátima do Sul mantinha a representatividade política e Londres Machado e André Puccinelli estavam com suas eleições garantidas – naquela época não se contavam tão rapidamente os votos porque não existiam as urnas eletrônicas.

Marcelo Miranda deu uma “lavada” de votos em cima de Lúdio Coelho para o Governo do Estado e o PMDB passou a ser o partido mais forte de Fátima. Uma segunda matéria comentava como ficava o quadro, mencionando que os grupos liderados por Samir Chafic Garib e Londres Machado estavam inclinados a conversar, para derrubar a supremacia do PMDB e de André.

Pedro Pedrossian perdeu a eleição para o Senado e ganharam Wilson Martins e Rachid Saldanha Derzi. Notícia também do dia 19 de novembro. No dia 1º de dezembro há uma reportagem informando que André estava surpreso com a votação recebida: 19.115 votos, o mais votado do Estado. Há também uma mensagem de Londres Machado, agradecendo a quinta legislatura com mais de 19 mil votos – mas não informava a votação exata.

Londres começou como vereador em Fátima do Sul em 1966 e em 1969 foi eleito deputado pelo então Mato Grosso. Ele exerce, em julho de 2003, o nono mandato seguido como parlamentar estadual e até hoje não perdeu uma eleição, acumulando uma das carreiras políticas mais brilhantes da história de Mato Grosso do Sul.

No caso do golpe do “três por um”, sete pessoas foram condenadas e o envolvimento do deputado Futigami foi remetido à Procuradoria Geral do Estado, em razão da sua imunidade parlamentar. Essa notícia é de 8 de dezembro de 1986. Nessa mesma edição, a coluna social era assinada por Cláudia Capilé.

No dia 2 de fevereiro de 1987 apareceu uma reportagem sobre o trabalho para se aumentar a produtividade do algodão na Grande Dourados.

No dia 9 de fevereiro, a manchete: “Pelo povo, Vicentina é Município”, mostrava o resultado do quinto plebiscito. Nessa mesma edição, o PCB de Fátima do Sul

publicou uma nota defendendo o plebiscito, mas chamando a atenção para a necessidade da reforma tributária diante do estado de falência dos municípios.

Só existe um caderno com edições antigas de *O Zangão* nos arquivos do Diário MS, de 19 de maio de 1986, edição número 282, a 11 de maio de 1987, a de número 326, ano VI.

Jornal do Vale

Infelizmente não há qualquer exemplar do jornal do Vale nos arquivos do Diário MS.

REFERÊNCIAS

¹ CALES, Vitoriano Carbonera. História do Diário MS – Uma Luta Constante. **Jornal Diário MS**, Dourados (MS), 13 set. 2002. Caderno Especial.

² Ibid.

³ FALCÃO, Paulo. **Entrevista gravada**. Dourados, 7 maio 2003.

⁴ SILVA, Mário César Tompes da. **Os Novos Rumos da Política Habitacional e o Processo de Urbanização de Dourados – MS**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Planejamento Humano. Área de Concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo. p. 97 e p. 132.

⁵ CALES, Vitoriano Carbonera. **Entrevista gravada**. Dourados (MS), 5 jun. 2003.

⁶ Ibid.

⁷ PEDRAZA, Aluizio Mendes. **Entrevista concedida pelo empresário de Fátima do Sul**. Fátima do Sul, 25 maio 2003.

⁸ MINELLA, Ronney Edson. **Entrevista concedida pelo jornalista de Naviraí (MS)**. Dourados (MS), 14 maio 2003.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid.

¹¹ **Jornal O Zangão**, Fátima do Sul (MS), 6 out. 1986. p.6.


“O advento da palavra manifesta a soberania do homem. O homem interpõe entre o mundo e ele próprio a rede das palavras e torna-se, por via disso, o senhor do mundo”.

Georges Gusdorf

CAPÍTULO III

SURGE O DIÁRIO DO POVO

A intuição e o Positivismo

 *Diário do Povo* nasceu sob um ambiente de

expectativas, intuição e empirismo, inspirado no Positivismo de Augusto Comte (1787- 1857). A primeira edição, de 15 de setembro de 1993, chama o leitor para o editorial, com título pretensioso: “Nasce uma nova era”. Ao lado, uma foto aérea de Dourados com a saudação: “Bom dia Dourados e região!”.

Não houve planejamento ou organograma específicos, mas a idéia vinha sendo amadurecida há algum tempo e havia motivação por parte da equipe, principalmente da Redação, e a visão de que o mercado absorveria bem um novo jornal diário de influência regional. O lançamento do *Diário do Povo* foi uma “verdadeira comoção na região, principalmente para quem viu o nosso trabalho (...) nós fizemos muitos amigos”, palavras de Paulo Falcão.

Antes de se colocar a marca própria nas bancas, uma proposta tentadora, um quase milagre que a direção, por conveniência, não revela o santo. Um empresário da cidade se ofereceu para comprar uma impressora nova, um equipamento com maior investimento.

Queria ser o dono da metade e sofremos muito para tomar a decisão. Mas creio que tomamos a decisão certa porque se nós tivéssemos aceito nós teríamos que aceitar a linha editorial certamente diferente e então nós ficamos na nossa, agüentamos mais dois anos mas fizemos nós o jornal¹.

Colocar o diário para circular não foi complicado, porque já existia um certo “pique” na edição e na distribuição dos semanários. Eram duas edições a mais, exigindo adequação da estrutura e dedicação, aproveitando o entusiasmo da turma que cresceu junto.

A direção comprou, em parcelas, uma impressora “Planeta”, mais moderna, do jornal *Tribuna*, de Mundo Novo, cujos donos, Jairo de Lima Alves e seu filho, Jairo Castro Alves, logo em seguida ofereceram uma fotomecânica permutável em serviços prestados.

O jornal contratou cinco jornalistas para somar aos três daquele período. A fase foi de nova afirmação do produto.

As coisas aconteceram, embora sem muito planejamento, com os pés no chão, nunca tiramos os pés do chão. A gente sabia do potencial que a região oferecia, dos anunciantes que a gente conseguiria tanto na parte empresarial, como política, venda de assinaturas, a gente tinha mais ou menos alguma visão disso e a humildade da empresa mesmo, nunca fomos arrogantes, nunca aparentamos o que não somos².

Vítor Cales, em seus depoimentos, relata estar acostumado ao batente, definindo-se como uma pessoa prática e autêntica, arredia em mostrar o que não é, o que deixa de ser. Não freqüentava e ainda quase não freqüenta, os melhores

restaurantes, as melhores festas; costuma se manter discreto, distante da “badalação”. O envolvimento integral, afirma, sempre foi com o trabalho, ainda mais durante a fase de crescimento.

Me inspirei no trabalho, no meu pai que criou os cinco filhos, uma profissão até certo ponto humilde, ou seja, barbeiro. Ontem chegou um amigo e falou que eu fico muito exposto, não tenho medo, sempre tratei bem a questão do crédito, de cumprir os compromissos assumidos, isso me deu em certas horas muita segurança por causa das pessoas que eu lido (...) só faço aquilo que posso, não saio por aí me endividando. Não faço aventura³.

Havia um negócio em jogo e as despesas aumentaram.

A questão política nunca foi uma preocupação veemente, embora Cales admita suas preferências. Não importava quem estava ou não no Poder, o jornal seria colocado nas ruas independente disso. Aquele era um novo momento de provação, além da chance para um trabalho sério. Os “devezenquandários”, jornais de oportunidade que circulavam no interior, estavam desprestigiados, enfraquecidos, desacreditados. Essa modalidade de jornalismo, muito criticada pelo mercado e pela academia, está sumariamente extinta.

Eram os famosos “picaretas”, no jargão jornalístico. Dourados, por conseguinte, tinha espaço de sobra para uma segunda folha diária.

A gente notou que havia um vácuo nesse meio de um trabalho sério, de um trabalho voltado em vender e entregar o produto. Uma prefeitura tem compromisso perante o Tribunal de Contas e outros órgãos em divulgar os atos oficiais e como havia lacuna nessa área, nós, com trabalho sério, conseguimos firmar clientes em potencial na questão pública, que são as prefeituras que têm necessidade por lei de publicar os atos oficiais⁴.

A segunda impressora garantia a produção e a entrega do produto, pois, se uma apresentasse defeito, existia a outra para substituí-la. A intuição nascia sob o desafio de realizar mais uma etapa do sonho, além da idéia de prosperidade ser, por si só, estimulante. Hoje ainda são tomadas algumas decisões por intuição, por vivência, por técnica, aproveitando a experiência, no caso de Vítor Cales, de ter passado por grandes, médias e pequenas empresas do ramo, mas ele reconhece: é preciso trabalhar contra a entropia.

O pensamento positivista se revela:

O diário nasceu com outra mentalidade, com outro objetivo, o objetivo é fazer a divulgação do que existe de bom, o que existe de melhor, da integração regional, trazendo informação do Cone-Sul para que Dourados saiba o que está acontecendo lá, e o pessoal de lá saiba o que está acontecendo aqui. O objetivo maior é divulgar o bem, é ajudar as pessoas a se integrarem, para copiarem exemplos bons que saem de uma região para outra, não há preocupação de destruir as pessoas⁵.

Falcão relata que “evidentemente alguns setores tiveram algum descontentamento a esses setores que nos apoiaram muito”. Conta que a forma de trabalhar deles dois, caseira e muito pessoal, conversando diretamente com os clientes e tratando os funcionários como pessoas da família, agradava.

Antes a pessoa vinha comigo ou com o Vítor, então era um negócio mais pessoal, mas é uma situação que não dá para ser sustentada na medida que a empresa foi crescendo (...) o diário não é um sonho meu e do Vítor, é um sonho da equipe inteira⁶.

Recorda que o entusiasmo levou até mesmo os jornalistas da cidade a torcerem pelo novo jornal, não simplesmente porque se abriram mais vagas para a categoria, mas para contrabalançar a hegemonia de *O Progresso*.

Havia uma comunhão de forças que trabalhava nesse sentido (...) esse espírito de união foi fundamental (...) quando nós chegamos, provocamos uma reação nos concorrentes (...) esse é um sonho que se transformou pelo trabalho⁷.

1993 – De setembro a dezembro

A edição número um do *Diário do Povo* trouxe na capa a chamada sobre a prévia rachando o PMDB de Dourados: foto do ex-prefeito Braz Melo e do ex-deputado Valdenir Machado (1987-1990/1991-1994/1995-1998), os dois abraçados e um rasgo no meio.

O editorial comentava o esforço para se chegar ao diário, o compromisso com a informação e a esperança em relação ao futuro. Escrito em terceira pessoa, reconhece: “temos consciência de que a partir de hoje os desafios serão maiores ainda”.

O expediente trazia o nome dos jornalistas e a tiragem era de 5.200 exemplares.

Várias mensagens enaltecendo o lançamento foram publicadas: da Socigran (hoje Unigran), Câmaras de Glória de Dourados e de Jateí, Clube dos Diretores Lojistas, Dourados Futebol Clube, Farinheira Graciosa (de Deodápolis), Câmara de Dourados, Comercial Yamamoto (de Glória), Vereador Junão, Auto Posto Unidos (de Deodápolis), Ideal Supermercados (Deodápolis e Nova Andradina), Construtora Calçada (Deodápolis), Econômica Calçados (Dourados, Fátima do Sul e Glória), Francisco Duarte Sobrinho (Glória), A Versátil Escritório Lex (Glória), Construtora Matogrossense (Dourados e Glória), Lojas Arurá (Fátima do Sul, Glória, Ivinhema e Nova Andradina), NW Engenharia (Fátima do Sul),

Comercial Pinheiro (Vicentina), Cascalheira Jomame (Deodápolis), Câmara de Deodápolis, Vereador José Márcio Andrade (Nova Andradina), Prefeitura e Câmara de Novo Horizonte do Sul e Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Região da Grande Dourados (Sinjorgran).

Cícero Faria publicou o “Informe C”, e o jornalista Fábio Dorta inaugurou a coluna esportiva “De Antena Ligada”. A edição circulou com 20 páginas. A diagramação era inferior aos padrões atuais e as manchetes tanto saíram em uma linha como em duas, mas houve a preocupação de se abrir o material da página sempre acompanhado pela foto. O primeiro caderno era dividido entre Política, Cidade, Colunas Sociais, Esporte e Polícia. O Caderno 2 voltava-se para o material regional e o 3, à publicação de atos oficiais. O tamanho era standard.

O enfoque político se evidencia na segunda edição, com a notícia segundo a qual o PMDB local tinha dois presidentes e sobre a visita de Lula a Dourados. A foto principal ilustrava a chamada sobre o reajuste da tarifa do transporte coletivo; havia a coluna “Brasil”, na capa, cujas notas eram colhidas da Voz do Brasil. O jornalista Willams Araújo fazia o “rádio-escuta”.

Não houve editorial no segundo número, mas na página 2, uma extensa matéria ouvia personalidades de Dourados e da região sobre o lançamento do ***Diário do Povo***.

Como o **Diário do Povo** está chegando forte, fica aqui uma frase de Mark Twain, escritor americano que morreu em 1910, para reflexão: Políticos que se queixam da imprensa são como comandante de navio que se queixa do mar⁸.

Uma pérola, para os dias atuais, na mesma coluna: “Na falta de uma opção mais à esquerda, o vereador Geraldo Resende (PSDB) exhibe no pára-brisa traseiro do seu Santana um adesivo de Lúdio Coelho”. Geraldo é, em junho de 2003, deputado federal pelo PPS, depois de ter sido vereador e deputado estadual.

Na edição de número 3, a manchete com Lula dizendo que estava preparado para governar o País e a notícia sobre o apoio de Londres Machado ao virtual candidato ao governo, João Leite Schimidt, na sucessão de Pedro Pedrossian (político com vasta biografia pública, começa no velho Mato Grosso).

Outra notícia foi sobre as deficiências na iluminação pública, comprovando que esse problema é antigo em Dourados. Saiu na capa uma chamada policial mostrando a foto de um cidadão que se enforcou em Fátima do Sul.

“PMDB poderá pedir a expulsão de Valdenir”. O jornal abordava também uma discussão, na Câmara, entre os vereadores Laerte Tetila (PT) e Eduardo Laier (PFL).

Mil pessoas se concentraram na Praça Antônio João para ver Lula, com foto de Ramão Carlos.

João Carlos Torraca escrevia a coluna “JC Torraca” na edição de número 4, seguido por Willams Araújo com “Conjuntura” (publicada aos sábados).

O embate entre Tetila e Laier continuava tendo repercussão. Na edição de número 5, saiu matéria informando que Tetila visitou a Redação para dar a sua versão dos fatos e sua assessoria parlamentar entregou uma nota oficial. Como suíte do material, a Redação informou que a matéria anterior do vereador Laier não tinha sido paga, assim como a de Tetila, publicada naquele dia.

Na edição de número 6, Edmir Conceição estreava a coluna política, com notas da Capital, intitulada “Plenário”. Uma matéria de página inteira, nessa mesma edição, reclama: “Cachoeirinha pede o fim do esgoto a céu aberto”. O editorial reaparece na edição de número 8, cobrando os vereadores para o trabalho. A coluna “JC Torraca” não aparece nas edições seguintes.

No dia 28 de setembro de 1993, uma reportagem sobre o primeiro fusca da série “Itamar” vendido em Dourados, adquirido por um comerciante de Caarapó. Preço: US\$ 7.100.

Em 29 de setembro saiu a reportagem da Fundação Cultural e de Esportes (Funced) sobre a garrafa desenterrada com o documento original da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, aparecendo a foto do prefeito Humberto Teixeira, da diretora da fundação, Noemi Siqueira Mendes Ferrigolo, e da pioneira Ignez Borba assinando

documento doando a área para a instalação, no distrito de São Pedro, do Monumento da CAND. Esse ato foi uma das atividades marcando os 50 anos da criação da colônia. A foto é de Aparecido Frota.

Nesse dia foi noticiada a disputa entre Braz Melo e André Puccinelli para ver quem seria o vice de Wilson Martins. Ronney Minella publica, desde a primeira edição, a coluna social “Estampa”. Elias Ferreira produz “Evidência”.

A coluna “JC Torraca” reaparece ocupando metade da página 2 da edição de 2 de outubro de 1993, com uma caricatura de Torraca assinada por Amarildo Leite.

Curioso e hilário é o slogan que estão arranjando para a campanha de Lula rumo ao Plenário do Planalto. Como bom metalúrgico que foi um dia, dizem que o líder nas pesquisas vai atacar de AÇO: Abitação, Çaude e Onestidade. Parei, até a próxima⁹.

Anaurelino Ramos, de Nova Andradina, inaugura a coluna social/política “Registro”.

O ***Diário do Povo*** publica, ainda na edição de 2 de outubro, o primeiro Caderno de Classificados, circulando inicialmente às quartas-feiras e as sextas.

No 5 de outubro de 1993 há uma reportagem de quase uma página, de Waldemar Gonçalves, o Russo, sobre a briga de galos em Dourados, mostrando os locais onde as aves eram mantidas no Grande Itália.

João Leite Schimidt visita o ***Diário do Povo*** e no dia 6 noticia-se: uma vez governador, compraria terra para assentar duas mil famílias.

Nessa mesma edição, na “Estampa”, uma foto, em Dourados, de: Antônio Coca, Lula, Albino Mendes e Waldemar Gonçalves, com um detalhe: todos sorridentes, com exceção de Lula. Isso não teria nenhuma curiosidade se não fosse o fato de que Coca e Waldemar eram ardorosos críticos do PT. A foto foi tirada por José de Araújo, o popular “Zezinho”, que trabalhou no jornal.

Na edição do dia 7 de outubro de 1993 lideranças de Itaporã e de Maracaju cobravam o asfalto entre as duas cidades. Uma parte do trecho, em agosto de 2003, ainda não foi asfaltada.

No dia 14 de outubro o prefeito Humberto Teixeira (1992-1995) e o deputado federal Waldir Guerra (1991-1994) anunciavam a construção do CAIC e a Prefeitura entregava lotes do Canaã 1, uma promessa de campanha.

Cícero Faria cita na sua coluna desse mesmo dia: “O **Diário do Povo** entra amanhã no seu segundo mês de circulação. E dando o que falar”. O jornal estava completando um mês. Uma das notícias do dia: “Santa Casa deverá estar concluída até julho de 94”.

No dia 16 de outubro de 1993, o jornalista e poeta Nicanor Coelho publica uma página literária com o título “Ensaio”. Nesse mesmo dia, há uma reportagem informando que a construção do prédio da Câmara, aquele “esqueleto abandonado” até junho de 2003 nos fundos do Terminal Rodoviário de Dourados, seria reiniciada em fevereiro do ano seguinte. O anúncio era do ex-presidente da Câmara, Dorgival Ferreira (1992-1995).

O caso do “Escândalo do Orçamento” da União foi explorado em 19 de outubro. O deputado federal Flávio Derzi e o pai dele, o senador Rachid Saldanha Derzi (ambos com rica biografia política), são citados como envolvidos.

O PT discutia candidaturas e queria Zeca para governador em 1994. Ao lado, um texto comentando que Wilson Martins poderia ter o apoio do PT na campanha.

Em reportagem da edição seguinte, Flávio e Rachid queriam apuração das denúncias. O filho considerou a denúncia “leviana e inconseqüente”, e o pai afirmou: “depois de 50 anos de mandato não preciso me defender de nada”.

O **Diário do Povo** registrou em 21 de outubro de 1993 a morte do filho do então prefeito de Ponta Porã, Oscar Goldoni. Pedro Afonso Goldoni, 7 anos, caiu do 20º andar do Edifício St. Morrits, em Campo Grande. O garoto, relatava-se, era sonâmbulo. No mesmo dia, uma ampla reportagem citando casos de suspeita de negligência médica no Hospital Evangélico de Dourados.

A manchete da edição de 22 de outubro de 1993 sobre os corpos de dois adolescentes encontrados no Rio Dourados, sem entrar no mérito da lamentável tragédia, envolveu uma disputa entre Prudêncio Campos, de *O Progresso*, já falecido, e Russo, iniciando naquela época no *Diário do Povo*.

Prudêncio acompanhou os bombeiros no resgate dos corpos e obteve as melhores fotos. Brincou com o Russo: “se você quiser eu posso emprestá-las amanhã”. À noite, por volta das 21 horas, Russo soube que familiares dos adolescentes desaparecidos estavam vindo de Caarapó para o reconhecimento dos cadáveres no IML de Dourados. Um dos corpos foi identificado pela mãe e o outro, pela irmã da vítima.

A foto da mãe olhando horrorizada para o corpo do filho, com Russo levantando o lençol do cadáver, saiu publicada com a manchete: “Corpos encontrados no Rio Dourado reconhecidos por familiares no IML”. Prudêncio noticiou naquele dia: a polícia tinha encontrado os corpos no rio e suspeitava-se que seriam dos adolescentes desaparecidos. Essa é uma das vantagens de se fechar a edição mais tarde.

Esse episódio abriu as portas para Russo trabalhar em *O Progresso*, pelo dobro do salário, segundo ele, para auxiliar o Prudêncio na editoria policial, onde permaneceu até a morte do colega, em 30 de abril de 1998.

A reivindicação para a pavimentação da rodovia entre a BR-463 até Laguna Caarapã, foi notícia em 26 de outubro de 1993. Recentemente, o governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002/2003-2006) esteve em Laguna anunciando o início da obra, quase dez anos depois.

Em 27 de outubro, o jornal tem mais uma coluna social, de Fátima do Sul: “Zumbido da Abelhinha”, assinada por Álvaro Caetano e Cláudia Capilé. Outra coluna social surgiu em 5 de novembro de 1993: “Agitando”, produzida por Juliana e Bianca.

Em 6 de novembro de 1993 a Justiça determinou a saída da “pedra” da Avenida Marcelino Pires.

A edição do dia 9 de novembro mostra que se acirrava a disputa pela indicação, dentro do PMDB, para o candidato ao governo, com o senador Wilson Martins apresentando um abaixo-assinado de 1.400 filiados pedindo prévias e o Shimidt considerando esse documento uma farsa.

O advogado Alaércio Abrahão assinou um artigo criticando os parlamentares da bancada do Estado, de mamando a caducando. O título era: “O povo tem direito de saber tudo sobre todos”. Foi publicado em 9 de novembro de 1993.

O *Diário do Povo* anunciava, na capa, em 16 de novembro de 1993, a circulação nas segundas-feiras a partir da semana seguinte. Um grupo de cardiologistas da cidade, entre os quais Frederico Somaio Neto, montaria um centro de cirurgia cardíaca, o IDC.

No dia 17 de novembro o jornal informava que a Câmara de Fátima do Sul criara uma CPI para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais na administração Samir Chafic Garib.

Moção de Congratulações da Câmara de Caarapó, apresentada pelo vereador José Joaquim Ferreira Lins, destacava a repercussão dos primeiros 40 dias de circulação do *Diário do Povo*, a liderança conquistada na região e a qualidade do serviço. 17 de novembro era o dia da edição.

Com relação à CPI de Fátima, no dia 18, o ex-prefeito dizia estar com a consciência tranqüila. Tetila escrevia: “Para onde estamos indo?”, divagando sobre questões sociais e refletindo sobre a fala do Papa João Paulo II após a queda do Muro de Berlim.

Em 23 de novembro começavam as obras da UEMS em Dourados. O jornal registrava a polêmica envolvendo a construção do Paço Municipal. O prefeito Humberto Teixeira queria construí-la onde está o Parque dos Ipês e o Teatro Municipal. O arquiteto Luiz Carlos Ribeiro contestava escrevendo, e o *Diário do Povo* repercutia o assunto.

O jornalista Ricardo Minella iniciou uma série de entrevistas. A terceira, com o vereador José Carlos Cimatti, teve o título: “Vou disputar a presidência da Câmara”. Publicada em 6 de dezembro de 1993, portanto, demorou quase dez anos para Cimatti (está no quarto mandato seguido) ser presidente.

Na edição de 15 de dezembro o jornal publicou a notícia de que o Procurador Geral de Justiça do Estado, Ovídio Pereira, encaminhara ao TJ/MS pedido de intervenção em Dourados porque não fora garantido o pagamento do

precatório da Construmat pela obra do Terminal Rodoviário. O valor da época era CR\$ 120 milhões.

Em 17 de dezembro de 1993 o jornal informou que o Supremo Tribunal Federal cassou os direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor por oito anos. O Palmeiras venceu o Campeonato Brasileiro de 1993, e os torcedores fizeram festa no centro de Dourados, fato com direito a chamada na capa em 20 de dezembro. Na mesma edição, há uma entrevista de página feita por Elias Ferreira com Rafael Bianchi, o lendário “Faé”, fundador do Ubiratan. O **Diário do Povo** trouxe nesse mesmo dia um caderno especial mostrando o governador Pedro Pedrossian instalando a UEMS e anunciando outras obras na cidade, como a Estação de Tratamento de Esgoto. Falou-se em um momento de prosperidade, maioria cultural e sobre o crescimento regional, mas ninguém imaginou (ou pelo menos não se explorou a questão) que aquilo foi um passo importante rumo ao projeto da Cidade Universitária. Também saiu um segundo especial sobre o aniversário de Dourados.

Em 30 de dezembro de 1993 há uma matéria avisando os políticos de plantão que a aliança entre Valdenir e Humberto duraria até 1996. Foi a dissidência de Valdenir, por não apoiar o candidato a prefeito de Braz Melo, Antônio Nogueira, pelo PMDB, o que influenciou o resultado favorável a Humberto. Manchete da página 4 desse mesmo dia: “Rachid diz que Wilson é *digno*, mas *não serve para governar o MS de hoje*”.

1994 – O Plano Real e as eleições

Existem muitos fatos registrados nos arquivos do **Diário do Povo**. Em 1994, entre os marcantes, o jornal noticiou a prematura morte de Ayrton Senna, em 1º de maio, aos 34 anos, em violento acidente no GP de San Marino. Senna é o segundo maior ídolo dos esportes no Brasil, depois de Pelé.

Esta pesquisa procura delimitar os temas, para facilitar sua interpretação e permitir ao leitor uma melhor associação

dos assuntos, a maioria deles ainda presente no inconsciente coletivo.

Este trecho, com abrangência anual, rememora fatos relevantes na história do País e de Mato Grosso do Sul: o lançamento do Plano Real, em 1º de julho, com o mesmo valor do dólar, e as eleições de Wilson Barbosa Martins e Fernando Henrique Cardoso, ambas no primeiro turno.

O jornalista Caio Túlio Costa, na *Revista Folha da Folha de S. Paulo*, em dezembro de 1994, escreveu que aquele ano foi de perdas e de conquistas para o Brasil. Foram-se Ayrton Senna e Tom Jobim, que morreu em 8 de dezembro, em Nova York, aos 67 anos (noticiado no ***Diário do Povo*** em 9 de dezembro), e o País elegeu um intelectual para Presidente da República e conquistou, com a inesquecível ajuda de Romário de Souza Faria, o tetracampeonato de futebol.

Por várias semanas o ***Diário do Povo*** trouxe, no alto da capa, o valor diário da URV. No dia 9 de junho o jornal publicou a entrevista concedida pelo então senador Fernando Henrique Cardoso ao radialista Amarildo Ricci, na Grande FM. FHC dizia para a população não ter medo do novo plano e se mostrava confiante quanto à vitória nas eleições.

Na edição de 30 de junho, o jornal publicou a Cartilha do Real, fornecida pelo Banco Central, em duas páginas, para o leitor tirar dúvidas e guardá-la para eventuais consultas.

No dia 1º de julho, o pacote econômico toma conta do noticiário, com o jornal mostrando supermercados locais fechando as portas, para fazer a conversão dos preços, e o Banco do Brasil orientando as pessoas a trocarem o Cruzeiro pelo Real.

O ***Diário do Povo*** procurou noticiar as mudanças, publicando artigos do professor de Economia Carlos Alberto Vitoratti, ouvindo autoridades e o setor produtivo. O tratamento jornalístico foi meramente informativo. Os sindicalistas entrevistados mostraram-se reticentes quanto ao êxito do plano.

A campanha dos candidatos ao governo do Estado, Levy Dias (PPR) e Wilson Martins (PMDB), ocupava mais espaço em comparação aos assuntos econômicos. Em 6 de junho a Prefeitura de Dourados passava a ajudar na fiscalização dos preços.

Wilson Barbosa Martins afirmava: Plano Real não era eleitoreiro.

Levy avaliava a campanha e destacava a agregação de forças.

O doutor em economia Antônio Kandir, na época deputado federal pelo PSDB de São Paulo, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* naquele período, escreveu que o Real fez com que uma massa formidável de recursos, mais de US\$ 12 bilhões por ano, deixasse de ser extraída da população com acesso precário ou sem acesso às aplicações financeiras. Com a diminuição drástica do imposto inflacionário, afirmava, os mais pobres passaram a consumir mais, o que se demonstrava pelo crescimento expressivo, desde julho, da demanda por bens não-duráveis e duráveis de consumo popular.

Os candidatos ao Governo do Estado procuraram aproveitar o “boom”, mas o ***Diário do Povo*** deixou de explorar esse aspecto; impossível saber, a partir da pesquisa nos arquivos, qual dos dois principais candidatos aproveitou-se do Real. Wilson se mostrava afinado e oportunista em seus comentários, a ponto de afirmar que o Real tinha consistência, isto em 6 de julho de 1994. Sobre os presidenciáveis, afirmou ser um homem de fidelidade partidária, mas que iria receber todos os candidatos a Presidente que viessem ao Estado, independente de partido.

As finais da Copa do Mundo naquele mesmo período acabaram desviando um pouco o foco em torno do Real.

O supermercado Casa Moreira, que hoje não existe mais em Dourados, fez promoção do pão francês a R\$ 0,06, além de outros 300 itens.

Sem uma linha editorial muito bem definida na época, o ***Diário do Povo*** explorou pouco a mudança econômica e se preocupou mais com o noticiário regional, sua base de circulação. Não há quase informações sobre a movimentação dos presidenciáveis, e o candidato Levy Dias tinha deliberadamente mais espaço do que Wilson Martins, tanto no noticiário político como nos comentários feitos por colunistas. Nenhum editorial foi escrito sobre o Real, e o jornal acabou perdendo a oportunidade para se posicionar naquele momento importante da vida nacional.

Curiosamente, muitos daqueles que na época se colocaram ao lado de Levy e apareciam em diversas fotos, inclusive nos comícios, hoje são aliados do PT no Estado.

Em uma reportagem publicada no dia 12 de julho, o líder do PTB na Câmara Federal, deputado Nelson Trad, insinuava que FHC deveria vir ao Estado quando a população estivesse mais convencida de que FHC era o melhor nome para a Presidência, “como também, que em Mato Grosso do Sul o candidato a governador pela coligação *União e Trabalho* é o melhor para o povo”. Esse candidato era Levy Dias.

O jornal registrou, em 12 de junho, a falta de moedas de Real na cidade. Cícero Faria comentava em sua coluna, naquele mesmo dia: “Mesmo com Wilson Martins desejando apoiar Fernando Henrique Cardoso para presidente, o seu vice, Braz Melo, está fechadinho com Orestes Quércia (...)”.

Na edição de 18 de julho, a manchete foi o tetracampeonato do futebol brasileiro.

O ***Diário do Povo*** divulgou nesse mesmo dia reportagens alertando: por falta de tabelamento, os comerciantes locais estavam praticando os preços que desejavam. Há uma matéria paralela sobre os consumidores acreditando no Real e na necessidade de se pesquisar os melhores preços.

No dia 25 de julho o jornal divulgou uma pesquisa de preços elaborada pela empresa Perfil. O pacote de arroz tipo 1, 5kg, marca “Bepy”, custava em torno de R\$ 3 e o quilo do contrafilé também em torno de R\$ 3. O frango resfriado valia na faixa de R\$ 1.

Em 1º de agosto, Levy destacava o programa social de FHC, “com ênfase a erradicação da miséria, na distribuição justa da renda e na geração de empregos”.

O barulho em torno da sucessão estadual começara em 1993. Depois que João Leite Schimidt não conseguiu firmar a sua candidatura pelo PMDB e chegou a sair do partido, aderindo ao PDT, as pedras do tabuleiro político se mexeram para todos os lados.

O governador Pedro Pedrossian, em nome de um utópico pacto, lançou no dia 15 de março de 1994 o nome do secretário de Fazenda, Valdemar Justus Horn, como seu candidato ao governo.

Antes disso, em 9 de fevereiro, Lúdio Coelho fora apontado como possível candidato a governador pelo PSDB, mas ele acabou saindo candidato ao Senado pelo partido aliado a Wilson Martins.

O ***Diário do Povo*** se limitou à fala dos candidatos aos cargos majoritários e proporcionais, e à divulgação de suas campanhas pelo Estado.

Na tentativa de conquistar votos na Grande Dourados, Levy Dias chegou a registrar uma declaração em Cartório comprometendo-se a pavimentar a MS-156, entre Itaporã e Maracaju, publicada em 26 de setembro, ato presenciado por populares, autoridades políticas e candidatos aos cargos proporcionais. Em junho de 2003, a conhecida “rodovia da promessa” ainda tem um pequeno trecho sem asfalto.

Naquela mesma edição, uma matéria de capa comentava que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicara uma reportagem com o quadro das eleições, prevendo o segundo turno em Mato Grosso do Sul.

Em 1º de agosto, o jornal trouxe o candidato Wilson Barbosa comentando o resultado de uma pesquisa do Datafolha, na qual subira de 49 pontos preferenciais para 53. Levy apareceu nessa mesma pesquisa com uma rejeição subindo de 29 para 32 pontos, superando o próprio índice de aceitação. Nem mesmo as tentativas de se incriminar o candidato a vice de Wilson, Braz Melo, em possíveis irregularidades cometidas quando prefeito (várias reportagens foram publicadas sobre isso no ***Diário do Povo***), não afetaram o candidato do PMDB.

Em 17 de agosto, reportagem informou que as agências bancárias da cidade tiveram queda de 50% no movimento de pessoas, mas o fluxo financeiro continuava o mesmo.

O prefeito Humberto Teixeira fez deliberada campanha em favor de Valdenir Machado (PDT) e Raufi Marques (PTB) para a Assembléia, apoiando também Levy Dias. Para isso, entregou casas populares, anunciou obras, chegando a garantir, na edição de 26 de setembro, asfalto em todas as ruas do Jardim Água Boa, o maior bairro da cidade e que até hoje possui ruas sem pavimentação.

No dia 28 de setembro saiu uma matéria informando que o Ibope também previa o segundo turno em Mato Grosso

do Sul nas eleições de 3 de outubro. Wilson tinha 41% da intenções de voto e Levy, 28%. Pedro Teruel, candidato pelo PT, tinha 7%, e Rita de Cássia, pelo Prona, 2%. A idéia de que haveria o segundo turno foi trabalhada por Levy e sua equipe até o dia das eleições. A Prefeitura de Dourados pagava os servidores enquadrados na 1ª e 2ª etapas (os que ganham menos) no dia 30 de setembro. O secretário de Fazenda na época, Luiz Zarpelon, explicava: “Esse mês estamos pagando antes do 5º dia útil porque o caixa foi suficiente”. Fica aqui o sutil registro.

Ainda no dia 30, o jornal divulgava, com foto, FHC reafirmando apoio a Levy no segundo turno, informando sobre um encontro que os dois tiveram em São Paulo. Não apareceu nenhuma matéria anterior com FHC afirmando apoio a nenhum dos candidatos. A mesma reportagem citou FHC com 52% das intenções de votos e Lula com 19%.

Manchete do *Diário do Povo* de 4 de outubro: “FHC vence eleição presidencial; Wilson volta ao governo do MS”. O jornal informava que a disputa para o Senado estava concorrida, entre Ramez Tebet (PMDB), Ary Rigo (PTB), Lúdio Coelho (PSDB) e Rachid Saldanha Derzi (PP). Elegeram-se Ramez e Lúdio.

Os deputados Londres Machado (PFL) e André Puccinelli (PMDB), este, candidato a deputado federal e aquele à reeleição, voltaram a repetir a façanha de serem os mais bem votados na região de Fátima do Sul. Eles tiveram 18.845 votos e 62.906 votos, respectivamente.

Os deputados estaduais eleitos por Dourados foram Valdenir Machado (PDT), Murilo Zauith (PMDB), José Teixeira (PFL) e Paulo Estevão (PTB), respectivamente com 15.492 votos, 12.163, 13.303 e 13.912. A cidade não elegeu deputado federal.

Uma matéria, de 6 de outubro, comentava que Wilson Barbosa foi reconduzido ao governo por falta de estratégia do grupo de Pedro Pedrossian, citando que primeiro ele tentou emplacar o nome do desconhecido Valdemar Justus, depois recuou, procurou o senador Levy Dias (PPR) e lavou as mãos. Ainda deixou Ary Rigo se desgastar com a mal sucedida candidatura de João Leite Schimidt. O texto, sem assinatura do autor, afirmava que Pedrossian poderia ter transferido a sua

popularidade, “mas ele manteve sua postura de auto-idolatria, sendo até acusado de narcisista (...) Levy Dias foi o único que teve coragem de enfrentar Wilson Barbosa Martins, um *mito* da política (...)”.

No dia 21 de outubro, o jornal noticiava que o Plano Real estava fazendo o comércio local vender mais. O incremento era de 13,73%.

Em novembro de 1994, Junia Nogueira de Sá, jornalista e ocupando a função de ombudsman da *Folha de S. Paulo*, criticou o livro **A História Real – Trama de uma Sucessão**, escrito a quatro mãos pelos jornalistas Gilberto Dimenstein e Josias de Souza, ambos diretores da sucursal de Brasília da *Folha*.

O “livro de oportunidade”, segundo ela, feito às pressas e com texto desigual, não levava o leitor a conhecer a trama que levou FHC ao Palácio do Planalto.

Seria menos grave se não tivessem ficado sem resposta as muitas perguntas que ainda cercam a campanha do presidente eleito e do pretendente derrotado. O próprio livro constata, em seu texto de apresentação, que a corrida rumo ao Palácio do Planalto teve dois candidatos em condições desiguais –o que chegou lá contava com um poderoso esquema, montado no Estado, poder econômico, adesão de meios de comunicação e, principalmente, a administração eleitoral de uma moeda e teve sua campanha ‘alimentada com muito dinheiro’ (págs. 16 e 18). O livro segue em frente: ‘Os documentos de marketing a que tivemos (os autores) acesso indicam que a campanha de Fernando Collor, festejada como o máximo da sofisticação tecnológica, pareceria hoje coisa de amador’ (pág. 18). Em vez de olhar de perto esse arsenal, de ver a tal trama em todo o seu requinte, o que o leitor consegue é apenas passear entre algumas reuniões secretas e outras nem tanto assim, em que se discutia o rumo da sucessão presidencial ou do plano econômico feito por FHC (às vezes, de ambos ao mesmo tempo). O uso flagrante da máquina pública, os métodos de financiamento da campanha, ou mesmo seu episódio mais incrível (a gafe

parabólica do ex-ministro Rubens Ricupero) não receberam mais atenção que a cor das gravatas que o presidente eleito desfilou Brasil afora¹⁰.

A jornalista reclamou do que o livro deixara escapar: “afinal, a moeda foi feita para o candidato ou o candidato foi consequência da nova moeda?”.

No dia da eleição, a *Folha de S. Paulo* publicou uma pequena entrevista com o Senador Wilson Martins, 77 anos, de autoria de Paulo Yafusso, da *Agência Folha* em Campo Grande. Wilson foi candidato pela coligação PMDB-PSDB-PSD-PSB-PV- PL-PC do B. Ele disse que procurou fazer uma campanha de alto nível e educativa, estava confiante na vitória no primeiro turno e iria nomear secretários competentes, ligados ou não a ele. “Vamos fazer um governo sem preguiça”.

1995 – Terremoto no Japão, a Aids, a falta de gás e o suicídio dos Guaranis

Diário do Povo, 19 de janeiro de 1995: a comunidade nipônica de Dourados estava tensa com o terremoto, com saldo de cinco mil mortes, em Kobe (Japão), fato acontecido, no horário do Brasil, na tarde de 17 de janeiro.

O jornal trazia informações limitadas, embora aquela tenha sido a maior tragédia coletiva em todo o mundo naquele ano, afirmando que até aquela data não fora noticiada qualquer morte dos 1000 descendentes de 700 famílias que residiam em Dourados.

Em 6 de fevereiro, em uma nota de capa, noticiava-se que o Banco do Brasil estava arrecadando dinheiro para as vítimas, juntamente com a Colônia Nipônica em todo o Estado.

A *Revista Folha*, da *Folha de S. Paulo*, em 31 de dezembro de 1995, relatava que o terremoto teve duração de 20 segundos; o tremor atingira a marca de 7,2 graus de intensidade na escala Richter (foi o segundo mais forte do Japão), deixando 300 mil pessoas desabrigadas. A terra chegou a se mover 90 centímetros na horizontal e 40 centímetros na vertical, afetando ainda as cidades de Osaka e de Kyoto, e o

porto de Kobe, responsável por 12% das exportações, ficou fechado por mais de dois meses. As perdas foram estimadas em US\$ 10 bilhões. Kobe significa “porta de Deus”.

Do dia 6 em diante, o Diário do Povo não trouxe mais notícias sobre essa tragédia, mesmo com Mato Grosso do Sul, naquele ano, tendo a terceira maior população de descendentes japoneses no País, atrás somente de São Paulo e do Paraná. Eram quase 80 mil pessoas espalhadas pelo Estado. A segunda nota informava que desse total, três mil estavam trabalhando no Japão.

Em 23 de fevereiro, o jornal registrava uma reunião para discutir o problema da Aids. Mato Grosso do Sul era o quarto Estado em incidência de casos no País. O Programa DST/Aids local atendia 120 aidéticos, mas a reportagem alertava que a região poderia ter cinco mil pessoas infectadas.

Em 7 de março divulgaram-se 646 casos confirmados em Mato Grosso do Sul e 350 mortes. Em Dourados, cinco mortes. A Secretaria Municipal de Saúde, naquele mês, ampliava o programa DST/Aids.

Em 20 de março o serviço regional de Fátima do Sul informava 991 notificações, um índice considerado alto, seguido pela ocorrência, também elevada, de casos nas regionais de Nova Andradina e de Aquidauana. A regional de Fátima englobava Vicentina, Jatei, Glória de Dourados e Deodópolis.

O presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Aidéticos, Edvaldo Pontes, alertava, no *Diário do Povo* de 29 de março, que o Calçadão da Rua Nelson de Araújo estava se transformando na “Praça das Agulhas”, como na Suíça, onde a droga é liberada. Ele era portador do vírus e desenvolveu uma campanha de alerta em todo o Estado.

Na seção Saúde da *Folha de S. Paulo*, em dezembro de 1995, o diretor do programa estadual de São Paulo de Aids, Paulo Roberto Teixeira, douradense, disse que a secretaria entraria com pedido de habeas-corpus preventivo para colocar em prática, já em janeiro de 1996, os programas de troca de seringas para dependentes de drogas injetáveis. Pela lei de drogas em vigor, distribuir seringas é o mesmo que traficar.

O Centro de Combate a Aids em Dourados foi criado em setembro, informa a edição de 24 de setembro. A estatística apontou, naquele período, o cadastro de 110 pessoas.

Em 31 de dezembro, a *Revista da Folha* trouxe uma reportagem sobre a nova vacina anti-HIV que estava sendo testada no Brasil, com sucesso em 60% dos casos. Ela foi chamada de Salk HIV-1 e seu criador, Jonas Salk, 80 anos, morreu em 23 de junho daquele ano de parada cardíaca. Em 1954, esse mesmo cientista sintetizou a vacina antipólio, que em quinze anos cortou os casos anuais de pólio nos EUA de 38 mil para apenas 50.

“Acaba o estoque de gás em Dourados”. Manchete do Diário do Povo de 11 de maio, mostrando a corrida da população atrás de um botijão, cuja escassez ocorreu em todo o País, reflexo do Plano Real e da greve dos petroleiros, considerada abusiva pelas fontes do governo. As revendedoras da cidade estavam sem o produto, reduzido ao estoque mínimo.

No dia 23 de março o jornal mostrou as filas, relatando que algumas pessoas ficaram horas esperando por um botijão na frente das revendedoras. A quantidade destinada a Dourados reduziu-se à metade. 24 de março: filas aumentavam e não havia esquema de distribuição eficiente para atender à população apreensiva.

Em 6 de junho o abastecimento começava a se normalizar, com o fim da greve dos petroleiros, mas a procura continuava intensa. Em Maracaju, além do gás, chegou a faltar gasolina.

Em 20 de junho, a noticiava-se sobre o aumento do produto, reajustado de R\$ 6,50 para R\$ 8, mas a oferta continuava 50% menor em Dourados.

Em 21 de junho, a Promotoria de Defesa do Consumidor intimou revendedores para explicarem o aumento de 40%. O índice autorizado pelo governo foi de 25%.

Na *Folha de S. Paulo*, no Painel do Leitor de 10 de novembro de 1995, Sérgio Pereira dos Santos, diretor de imprensa da Federação Única dos Petroleiros (Brasília, DF), denunciava que “as distribuidoras de gás de cozinha e gasolina esconderam seus estoques para especular com o

produto, aproveitando-se da greve dos petroleiros, em maio passado”.

Essa conclusão era atribuída a um estudo do Tribunal de Contas da União, confirmando as denúncias da Federação Única dos Petroleiros, apontou. Segundo esse estudo, a Petrobrás reduziu o repasse de combustíveis em apenas 16,5% durante a paralisação, o que jamais seria suficiente para causar falta significativa de GLP e gasolina nas grandes cidades. O jornalista Fernando Paulino Neto, da *Folha*, respondeu que a menção feita no relatório era vaga e a reportagem tratou das informações mais relevantes. A greve dos petroleiros durou 30 dias.

Um dos fatos memoráveis de 1995, com repercussão nacional e internacional, foi o suicídio em série dos índios Guaranis. Em 19 de janeiro o jornal informava o suicídio de Roberto Duarte, 16 anos, com a matéria, não assinada, questionando até quando aqueles casos continuariam. Roberto usou a própria camisa para se enforcar.

Em 22 de março, mais um caso, desta vez de um garoto de 12 anos. Nesse mesmo dia, as lideranças culpavam as autoridades políticas, policiais e a Funai, alertando para o alto índice de alcoolismo dentro da Reserva, a miséria, os estupros e as constantes brigas.

No dia 24 de março o jornal trouxe uma página sobre o assunto, cujas reportagens são de autoria de Osmar Santos, inclusive as fotos. A matéria principal informava a “Aty-Guassu” (reunião dos índios), no dia anterior, na Aldeia de Caarapó, entre caciques e rezadores, quando se elaborou um documento para o governador Wilson Martins. Informava que nos últimos nove anos, cerca de 170 índios cometeram suicídio.

Os índios, na reunião, como de costume, dançaram, pedindo proteção, e criticaram a Funai. O então capitão da Aldeia Caarapó, Agripino Benitez, alertava para a degradação da raça indígena, a perda da cultura e da identidade, cobrando maior apoio das autoridades para o plantio de roças nas aldeias.

Em 19 de abril, Osmar Santos assinou uma entrevista de página com o saudoso Reverendo Orlando Andrade, que

trabalhou durante 42 anos na Missão Caiuá, ao lado da esposa Loíde Bonfim, falecida dois anos antes. Sobre os suicídios, comentou:

O índio é de uma sensibilidade que ninguém pode imaginar. Por qualquer coisinha perdem muita coisa. Todo mundo pensa que o índio é calmo, mas não é. Ele é sensível. Desde uma conversa atravessada, ou uma resposta errada, machuca muito o índio. Ele fica triste e quando não tem uma base espiritual, termina por praticar os suicídios. Se o índio chegar em casa, por exemplo, e brigar com a mulher, já é um motivo para se suicidar¹.

Em 3 de agosto noticiou-se o Projeto Genipapo, financiado por uma empresa norte-americana, anunciado com a expectativa de render até US\$ 5 mil para o índio no plantio de apenas um hectare de genipapo. Mas esse trabalho parece não ter vingado, pois não se ouviu falar mais nele e permanece ignorado pela imprensa e pela população.

No dia 27 de setembro, os índios ocuparam o recinto da Câmara Municipal de Dourados, para denunciar a miséria nas aldeias – o jornal registrou fotos desse dia. A Reserva de Dourados contava, naquele ano, com 10 mil índios em 3,5 mil hectares. No Legislativo, eles apresentaram a “Dança do Pau” e a “Dança da Chuva”. Disseram que estavam passando fome e bebendo água contaminada. Os líderes pediram poços artesianos, postos de saúde, trator, construção de casas e uma área de lazer.

No dia 10 de novembro o jornal registrava a visita dos deputados federais Nilmário Miranda (MG) e Gilnei Viana (MT), membros das Comissões de Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente do Congresso. Eles vieram ver de perto a situação das aldeias de Dourados, para elaborar um relatório que seria enviado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa visita era consequência das repercussões dos suicídios e foi acompanhada inclusive por uma equipe da CNN.

No dia 13 de novembro, uma equipe da Funai chegava a Dourados. A reportagem chamou a atenção para a falta de terras e levantou a suspeita dos casos premeditados. Informava 48 suicídios naquele ano em todo o Estado, 19 dos quais em Dourados, a maioria entre índios com até 19 anos e a incidência maior entre os Kaiowás, sub-tronco dos Guaranis.

O ***Diário do Povo*** acompanhou, em 12 de dezembro, a visita do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, à Reserva de Dourados. “A situação é preocupante e requer mudanças do quadro”, afirmava Jobim.

A comitiva era formada pelo Procurador da República, Geraldo Brindeiro, os mesmos parlamentares que estiveram em novembro nas aldeias, além do presidente da Funai, José Márcio Santilli, e os deputados federais Sarney Filho e Carlos Ayrton Salomão Cruz. Até aquela data estavam registrados 50 suicídios em Dourados.

A edição seguinte mostrava o ministro, no distrito de Panambizinho, assinando a portaria demarcando e reconhecendo 1.240 hectares como sendo legitimamente dos índios. A portaria foi assinada “à luz de lampião e sob olhares atônitos de lideranças indígenas”.

Somente em 2003 é que houve um acordo, intermediado pelo Ministério Público Federal, segundo o qual os colonos ocupando as terras há meio século (doadas durante a reforma agrária da Colônia Agrícola Nacional de Dourados), comprometeram-se a sair após a indenização. Os índios estão distribuídos, ali, em 60 hectares e essa é uma das únicas aldeias do Brasil a preservar a cerimônia do “fura-lábio”.

A *Folha de S. Paulo* de 13 de dezembro trouxe uma reportagem de Abnor Gondim, enviado especial a Dourados, afirmando que as destilarias eram acusadas de escravizar índio, citando uma operação conjunta entre Receita Federal, Procuradoria Geral do Trabalho e Ministério do Trabalho. Relacionava casos de índios que trabalhavam nas destilarias e se suicidaram. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica, alertava que a “ausência prolongada dos kaiowás desintegra as suas famílias e contribui para o aumento dos suicídios”. De acordo com o mesmo órgão, “nas destilarias o trabalho é degradante, com jornadas de dez diárias e desconto ilegal de todas as despesas”.

Em 19 de dezembro, o antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Mércio Gomes, 44 anos, e o procurador regional da República e professor de Direito das Faculdades Cândido Mendes (RJ), Paulo de Bessa Antunes, 39 anos, assinaram artigo na *Folha de S. Paulo*, na seção Tendências-Debates, comentando a questão dos suicídios. Eles mencionavam a visita do ministro e reconheciam que a situação lhes parecia muito grave e complexa:

A difícil situação atravessada pelas diversas etnias indígenas está sendo agravada por uma pressão explícita contra seus territórios. (...) O que importa ressaltar no presente artigo é que, sem dúvida, a constante invasão de áreas indígenas pelos mais diferentes tipos de aventureiros, a constante diminuição dos territórios indígenas, o massacre étnico e cultural são elementos fundamentais de um caldo de cultura que tem gerado situações patéticas. O caso dos guarani-kaiowas talvez seja o mais gritante, mas lamentavelmente não é o único. (...) Levar a sério a questão dos direitos humanos em relação aos índios é, indiscutivelmente, enfrentar, com vigor e determinação, o desafio da demarcação das terras indígenas que, aliás, nos termos do artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), deveria ter sido totalmente concluída em 5 de outubro de 1993. O ataque aos direitos originários dos indígenas sobre as suas terras é a ameaça mais grave aos direitos humanos desses povos^{1 2}.

1996 - Juros altos, o assassinato de PC Farias e a sucessão municipal

O *Diário do Povo* abriu a edição de 5 de janeiro de 1996 com a manchete: “Empresários querem acionar os bancos”, referindo-se a uma reunião realizada na Associação Comercial e Industrial de Dourados (Acid). O setor mostrava-se apreensivo em virtude de seus débitos bancários. O Serviço

de Proteção ao Crédito (SPC) registrou os bancos locais com uma inadimplência de R\$ 14 milhões, a maior parte dívida dos empresários em 1995. Eles reclamavam que, em muitos casos, o valor principal já fora quitado, mas os juros faziam dobrar o débito.

Eles desejavam formar uma ação em grupo, reivindicando um juro menor. Os bancos praticavam, na época, um juro de 8% ao mês e a securitização das dívidas dos agricultores se dava em um índice de 3%, além de um prazo maior. Os empresários queriam o mesmo tratamento.

No dia 17 de janeiro, em uma nova reunião na Acid, o presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Mato Grosso do Sul (Facims), Wagner Simone Martins, afirmava que “os bancos estão sugando a classe empresarial, com a cobrança de altas taxas de juros”. Eles discutiram propostas que seriam enviadas à Federação Nacional dos Bancos.

Em 6 de março, após o carnaval, não se falava outra coisa em Brasília senão a “folia” dos bancos, “cujas operações desastrosas (fraudulentas) causaram um rombo sem tamanho nos cofres da União (...)”, afirmava o *Diário do Povo*, referindo-se aos casos dos bancos Nacional e Econômico. Mostrava também que o Bemat queria receber uma dívida de 4,5 milhões de correntistas de Mato Grosso do Sul.

Em 9 de dezembro de 1996, o economista e ex-ministro de Planejamento do Governo José Sarney, João Sayad, assinou um artigo na *Folha de S. Paulo*, afirmando que a inflação abaixo de 10% era realmente um excelente resultado, mas isso estava sendo obtido à base do câmbio “mais sobrevalorizado do que o necessário e os juros muitos altos”.

Ao fazer uma análise geral e histórica do quadro, ele citava que o Brasil, a partir de 1945, teve 50 anos de inflação crescente.

Hoje em dia, a visão vencedora acredita que, sem inflação e com taxas de juros altos, os investidores estrangeiros vêm aqui, produzem para exportar e nós podemos nos tornar ‘rentistas’. É a chamada teoria do desenvolvimento dependente¹³.

Passados todos esses anos, em julho de 2003, os juros altos continuam sendo os grandes vilões do setor empresarial e dos consumidores. Os bancos, a exemplo de 1996, continuam ganhando fábulas de dinheiro com esse sistema desigual. O *spread* bancário é absurdamente elevado no Brasil em um momento em que o desemprego bate recorde e a renda não pára de cair.

Um dos crimes com grande repercussão em 1996, foi o assassinado de PC Farias, o famoso tesoureiro de campanha do ex-Presidente da República Fernando Collor de Melo. O ***Diário do Povo*** publicou uma nota na capa da edição de 24 de junho.

O jornal não trouxe mais informações sobre esse episódio nas edições seguintes, apesar do “barulho” feito pela imprensa nacional. Na edição de 2 de julho, o advogado Alberto Fróes, de Ponta Porã, escreveu artigo comentando o caso. Questionava, entre outros aspectos, quem iria administrar os saldos de campanha depositados nos paraísos fiscais. Ele cita uma frase do ex-ministro Nelson Jobim:

não se mata a entidade mantenedora. A principal pergunta que hoje atormenta aqueles que financiaram a campanha de Collor e se beneficiaram de seu (des) governo é a seguinte: com quem vai ficar a chave? Quem, de hoje em diante, herdará os segredos de PC Farias (interrogação...) Isso é o que interessa, o resto é resto, mesmo porque, o mandante do crime, se houve, ninguém chegará¹⁴.

Em 23 de agosto a *Folha de S. Paulo* divulgou um seminário que ela própria promoveu sobre o caso PC Farias, fazendo um balanço do noticiário sobre as investigações. O evento reuniu 62 repórteres, redatores, editores, secretários de Redação e parte da equipe deslocada para Maceió. Nos primeiros 15 dias que se seguiram à morte de PC e de sua

namorada, a *Folha* dedicou ao caso mais espaço editorial que os demais órgãos de imprensa: 60 páginas.

O empresário, 49 anos, e a namorada Suzana Marcolino, 28 anos, foram encontrados mortos na casa de praia de PC, a 8km de Maceió. Os dois foram mortos a tiros e várias versões foram dadas para esse episódio, e até hoje não se sabe exatamente o que aconteceu, se houve suicídio ou se os dois foram assassinados.

A partir de 1º de julho, o *Diário do Povo* inaugurou um novo visual na diagramação, títulos e corpo dos textos, e o editorial começou a ser escrito com maior regularidade, saindo quase todos os dias. A edição de 22 de julho trouxe uma nota na capa informando a mudança da sede da Rua Hilda Bergo Duarte, 334, para a Rua Mato Grosso, 1688. A direção adquiriu uma rotativa, com quatro unidades, da marca “News King”, agilizando o processo de produção e dando maior qualidade à impressão.

A sucessão municipal, em Dourados, rendeu várias surpresas. Aliados se tornaram opositores e opositores se tornaram aliados.

Em 6 de fevereiro o jornal divulgou pesquisa da Perfil: Braz Melo (PMDB) seria eleito facilmente se o seu rival fosse Valdenir Machado (PSDB). Já se falava em um consenso, mas a opinião pública não sabia como se daria esse acordo.

Valdenir foi aliado de Braz em sua primeira administração (1989-1992) e rompeu com o prefeito porque na eleição seguinte, o deputado queria ser candidato, mas Braz Melo investiu em Antônio Nogueira, secretário de Obras.

Valdenir, sentindo-se traído e desprestigiado, “virou a mesa” e apostou no deputado Humberto Teixeira, colocando todo seu prestígio a favor do candidato do PRN.

O ex-prefeito e ex-deputado federal José Elias Moreira, que perdeu para Braz por históricos 40 votos em 1988 (com apoio de Valdenir), quatro anos mais tarde fez campanha para Antônio Nogueira. Os eleitores não concordaram muito com essa repentina mudança.

Em 1996, o reagrupamento inacreditável entre Braz e Valdenir se tornou realidade e gerou certa indignação do eleitorado. José Elias sentiu-se animado com esse descontentamento e achou que seria uma oportunidade para

se eleger novamente prefeito, mesmo estando ao lado de Braz Melo na campanha anterior.

Em 1994, Humberto Teixeira retribuiu o apoio, ajudando a reeleger Valdenir para a Assembléia Legislativa. Na sucessão de Humberto, Braz apareceu com folga nas pesquisas, com a imagem de ter sido um bom prefeito e ser o vice de Wilson Martins, homem de prestígio eleitoral em Dourados.

Foi uma campanha confusa sob o aspecto da ideologia e do compromisso com a palavra em razão dessas mudanças. De março até o final da campanha, em 30 de setembro, foram publicadas dezenas de reportagens sobre o processo sucessório no *Diário do Povo*, a maioria mostrando Braz e Zé Elias.

É interessante acompanhar os arquivos tendo, como leitor, a visão privilegiada sobre o desfecho desses fatos. As declarações dos políticos mostram como eles se comportaram e se comportam, embora alguns deles jamais imaginaram os desdobramentos e o que poderia acontecer nos dias seguintes. Mas as contradições são marcas indeléveis nesse processo, e o jornal dá visibilidade a esse “espetáculo”.

Em 11 de março Zé Elias afirmava ao *Diário do Povo* que poderia desistir da candidatura para apoiar um nome de consenso e, no mesmo dia, o PSDB anunciava a pré-convenção, que deveria confirmar o nome de Valdenir como candidato a prefeito. No dia seguinte, Valdenir, por intermédio de sua assessoria, descartava aliança com Braz Melo. Enquanto isso, em todo o Estado os candidatos se mobilizavam.

Na Capital, em 21 de março, Wilson Martins confirmava a aliança com o PSDB para lançar o nome à sucessão de Juvêncio César da Fonseca. Em Dourados, o acordo deveria ser acertado por Braz Melo, afirmou o governador. Nesse mesmo dia, o jornal divulgava o atentado contra a residência do vereador Laerte Tetila (PT). A casa foi alvejada com muitos estilhaços.

Em 27 de março, veio a notícia segundo a qual o PFL se distanciava do consenso e queria lançar candidatura própria. No dia 28, Braz anunciava a sua candidatura pelo PMDB e defendia a “união das forças políticas” e com isso antecipava a campanha. Em 30 de março, Valdenir se mostrava preocupado com a proposta de coalizão e criticava

Braz Melo. O candidato do PMDB tinha, naquele período, segundo pesquisa publicada no dia 1º de abril, 61,21% das intenções de voto e Valdenir, 25,86%.

Valdenir foi aclamado pelo PSDB, e Braz buscou aproximação com o PTB de Zé Elias. O editorial de 29 de abril comentou não haver mais dúvida sobre o confronto entre Braz e Valdenir, reconhecendo: “Ao eleitor comum parece complicada a fase de negociação eleitoral. E com justa razão, até porque são tantas conversas, encontros, reuniões e nenhuma definição”. Defendia o consenso: “Os grandes projetos das democracias nasceram de governos de coalizão”.

O PFL tentou, no início de maio, formar uma frente suprapartidária com um terceiro candidato, segundo o deputado José Teixeira. A “frente” sugeriu, dias depois, Luiz Zarpelon e Zé Elias, com qualquer um dos dois saindo a prefeito e o outro a vice.

Em 15 de maio, José Teixeira declarava apoio a Valdenir, e Zarpelon demonstrava surpresa. No dia seguinte, o ex-deputado George Takimoto afirmou que o PFL só se definiria em junho. O PT confirmou a candidatura do jornalista Elecir Ribeiro Arce para a Prefeitura, pensando na coligação com o PPS e o PSB, notório pela simpática saudação “meu irmão” e pelo bordão “sem disfarce”.

O quadro começou a se definir a partir de junho. No dia 4, a manchete: “PSDB aceita aliança com o PMDB”, informava sobre uma reunião da cúpula mostrando-se dividida porque a candidatura de Valdenir estava estagnada, admitindo o tucano como vice de Braz.

No dia seguinte, para surpresa geral do eleitorado, foi confirmada a dobradinha entre os dois, cuja aliança tinha sido fechada na manhã do dia anterior em Campo Grande. José Teixeira mudou o discurso e o PFL não ofereceu resistência.

No dia 10 de junho, o jornal trouxe que o PTB admitia lançar Zé Elias. Braz e Valdenir trabalhavam no sentido de acalmar as bases, as insatisfações de caráter político e pessoal.

Valdenir reuniu-se com a Executiva e alegou o alto custo da campanha e dissidências internas para a sua desistência. Até mesmo a base de apoio a Humberto Teixeira apresentou “fissuras”. “Eu não tinha dinheiro para uma campanha cara”, afirmou Valdenir no dia 12.

Em 20 de junho, no *Diário do Povo*, Zé Elias confirmava a candidatura, desistindo do apoio de Pedro Pedrossian. A então vice-prefeita Lori Alice Gressler manteve sua candidatura pelo PPB.

O editorial de 26 de junho observou: “Os eleitores já se acostumaram entender como se move a complicada engrenagem política, num processo em que tudo é possível (...)”.

No dia 28 foi selado definitivamente o acordo entre Braz e Valdenir, com o engajamento de seis partidos: PMDB, PSDB, PFL, PDT, PV, PGT. Zé Elias conquistou o PSD, PMN, PST e PRN. Hélio da UDE saiu pelo PSC.

A edição de 1º de julho informava um quadro preferencial das disputas em 24 cidades de Mato Grosso do Sul. Interessante é ver a foto, lado a lado, de Braz e Valdenir em 2 de setembro.

No mesmo dia o jornal anunciava a parceria com a *Agência Folha*. O editorial enfocou o avanço e anunciou: “Este jornal se prepara, ainda, para oferecer a Dourados um jornal impresso a cores”.

Resultado em Dourados: Braz Melo venceu com dez mil votos de diferença. A relação dos eleitos na região está na edição de 4 de outubro.

1997 – O colorido, a criação do moto-táxi, a agência de pistolagem e a visita do Papa ao Brasil

O *Diário do Povo* surpreendeu seus leitores com o início das edições coloridas em 2 de janeiro de 1997. O período de adaptação foi rápido, mas por alguns dias a impressão ainda saiu em preto e branco. Uma nota publicada em 20 de janeiro explicava que os ajustes estavam sendo feitos e para não deixar os leitores sem o jornal, a direção resolveu imprimi-lo como era antes. Voltaria a circular definitivamente colorido a partir de 17 de fevereiro.

No dia 25 de fevereiro a Redação noticiou a mudança, afirmando que a pauta seria direcionada para Dourados, sem comprometer o trabalho que já vinha sendo feito na região.

Melhorou o *designer* e para permitir a impressão colorida, a empresa, segundo o *designer* Marcelo Piai, chefe do setor de Processamento de Dados, adquiriu uma “Imagger-Setter” para impressão dos novos fotolitos e instalou uma estação colorida na rotativa, ao custo de US\$ 50 mil, além de duas máquinas fotográficas digitais para a Redação. Esses investimentos são modestos e básicos para um jornal grande, mas para a estrutura da época e o porte do **Diário do Povo**, foi um avanço muito importante.

No dia 19 de junho o jornal completou a milésima edição, já com a publicação de um noticiário regular sobre os fatos nacionais e internacionais, fornecido pela *Agência Folha*. O editorial desse dia comentou:

Em sua milésima edição o **Diário do Povo** se sente maduro, capaz o suficiente para iniciar uma etapa importante no processo de desenvolvimento da comunidade. A milésima edição é, portanto, uma vitória de todos, um mérito de seus fundadores e corpo de funcionários. Não se pode negar, pois, a satisfação de Dourados e a região poder contar com um órgão cada vez mais forte e independente, pronto para reproduzir as manifestações e defender as aspirações coletivas¹⁵.

Em 25 de fevereiro o jornal registrava o assassinato, em Dourados, do polêmico ex-vereador Adenilson Azola de Araújo (1993-1997), o folclórico “Azola do Burro”, 27 anos. Até hoje esse crime não foi desvendado. Envolvido em vários processos, chegou a comer mandioca crua no plenário da Câmara, ao defender a cultura do produto e sugeriu a criação do Estado da Grande Dourados. Fez campanha em cima de uma carroça puxada por um burro e usava um megafone para se comunicar com as platéias. Qualquer agrupamento era motivo para um discurso. Centenas de pessoas acompanharam o velório. A polícia atribuiu o crime como sendo praticado por pistoleiro profissional.

O serviço de moto-táxi foi um dos assuntos insistentes da pauta. A primeira reportagem saiu em 17 de fevereiro, informando que a população de baixa renda aprovava a novidade, e os taxistas, bem como as empresas de ônibus, reclamando da concorrência.

A manchete do dia 24 de fevereiro alertava: “Serviços de taximoto não têm amparo”, conforme parecer da Advocacia Geral do Município de Dourados. Mas a atividade continuou se espalhando.

No dia 4 de março o jornal trouxe uma ampla reportagem, assinada por Hélio de Freitas, afirmando que a Câmara começava a discutir a regularização. A maioria dos vereadores se dizia favorável, apesar do juiz da 4ª Vara Cível, Edson Ernesto Portes, ter concedido liminar favorável ao Sindicato dos Taxistas suspendendo o transporte de passageiros em motos. O serviço ganhou a simpatia da população em razão do preço: R\$ 1 para qualquer ponto da cidade.

Em 6 de março os taxistas reagiram e reduziram a tarifa para R\$ 1 por pessoa, cuja notícia foi publicada no dia seguinte, criando o “taxi lotação”, com número mínimo de quatro pessoas.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul cassava a liminar do juiz Edson Portes. Em 12 de março o jornal denunciava que os passageiros não estavam usando capacetes. Uma semana depois, a cidade já contava com 13 empresas explorando esse serviço e foi criada a Associação dos Proprietários das Empresas de Transporte de Passageiros em Motocicletas de Dourados e Região.

As empresas de ônibus informaram uma queda no movimento de 30%, de janeiro até abril, por causa do moto-táxi. Até 23 de maio o projeto não tinha sido aprovado na Câmara, e o número de empresas clandestinas tinha aumentado para 40. Campo Grande e Três Lagoas, nesse período, já haviam regulamentado a atividade.

Em 3 de junho o *Diário do Povo* alertava que as empresas de ônibus reduziriam os itinerários ou os horários para compensar a queda no movimento. O número de passageiros caiu de 14 mil ao dia, para 10 mil ao dia em um período de seis meses e 25% eram estudantes. No 1º de

setembro os moto-taxistas realizaram reuniões e manifestações pela cidade, cobrando a votação do projeto de regulamentação. O número de empresas, segundo informou o jornal em 2 de setembro, era de 29. No dia 4 de setembro saiu a notícia da aprovação do projeto substituto dos serviços de “taximoto” – neologismo impresso - na sessão da terça-feira passada. Isso gerou demissões entre funcionários das empresas de ônibus. 80 foram dispensados.

A redução no número de passageiros, segundo notícia publicada no dia 9 de setembro, com base em uma pesquisa (o texto não informava a fonte), variava de 60% a 70%. O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Dourados alertou para o grande número de acidentes com motos, além do desconforto do passageiro exposto ao sol, às intempéries e falta de higiene nos capacetes.

Empresários de moto-táxi anunciaram investimentos. Em 28 de setembro o prefeito Braz Melo sancionou a lei, dando um prazo de seis meses para o atendimento às normas.

A violência atingira uma escala perigosa. A notícia de 3 de março alertava para seis assassinatos cometidos, em apenas 36 horas, em Dourados. As mortes: Luís Antônio Vieira dos Santos, 24 anos; Jorge Maqueibe da Costa, 19 anos; Leotério Ojeda, 38 anos; José Aldo Dias, 21 anos; Ilson Vieira dos Santos, 24 anos; Luís Carlos da Conceição da Silva, 26 anos.

As autoridades e a sociedade se mobilizaram para criar o Conselho Municipal de Segurança, sob a presidência do juiz João Adolfo Astolfi. Título do editorial do Diário do Povo: “Reage Dourados!”.

Um “arrastão” passou pela cidade, com a promessa de viaturas. O secretário Joaquim D´Assumpção Felipe de Souza reconheceu a falta de efetivo.

“Dourados teve 26 homicídios em 3 meses”: manchete de 3 de abril. Em 14 de abril, número de assassinatos chegou a 29. Em 3 de julho é registrada a terceira morte de travestis. O jornal menciona um possível psicopata como autor dos crimes.

Delegados anunciaram no dia 13 de julho um suspeito: Paulo Sérgio de Oliveira, 22 anos, o “Careca”, até julho de 2003 cumprindo prisão, portador do vírus HIV. Em 19 de agosto a foto desse rapaz algemado sendo entrevistado por

repórteres foi mostrada pelo jornal, com o suspeito assumindo a autoria de seis mortes, três das quais de travestis. O advogado Issac Duarte de Barros Jr. assumiu a defesa, solicitando exame para comprovar se o cliente era insano ou não.

A *Folha de S. Paulo*, segundo registro feito pelo **Diário MS**, mostrou a realidade da violência na faixa de fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai no dia 23 de agosto. Nesse mesmo dia, saiu a notícia do assassinato e enterro do advogado Divino Mandele de Paula, 39 anos.

De janeiro a agosto, um total de 54 homicídios em Dourados. “Careca” admitia o sétimo crime em 4 de setembro.

Na edição de 9 de setembro, o jornal divulgava a versão do delegado Roberto Queiroz, segundo a qual uma agência de pistoleiros estaria agindo em Dourados e região. Mas as provas eram insuficientes.

A notícia chega até a Assembléia Legislativa, cuja reportagem data de 24 de setembro. Em 3 de outubro a manchete informa: “Desmantelada “*agência de pistolagem*”. Foram presas 11 pessoas e decretada a prisão de outras que estavam sendo procuradas pelo Estado, mas a polícia escondeu os nomes. Na mesma edição, a informação de que os pistoleiros seriam responsáveis por mais de 50 assassinatos em Dourados e região.

O comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar de Dourados, tenente-coronel Walmir Guimarães Dias, informava na edição de 8 de outubro que não tinha conhecimento do envolvimento de policiais militares nesses crimes. O **Diário do Povo** insiste no tema e explora-o em edições seguidas.

Uma carta anônima endereçada ao jornal, cuja reportagem saiu em 15 de outubro, apontou o nome de três policiais militares envolvidos e pedia providências do Ministério Público. O nome citado como vítima foi de Manoel Messias, o “Paixão”, carnavalesco bastante conhecido em Dourados.

Membros da Comissão e Direitos Humanos da Câmara Federal estiveram em Dourados na tarde de 20 de outubro, permanecendo apenas oito horas. Representantes dessa Comissão, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e

da Polícia Federal visitaram a “região do crime” em 23 de outubro, para conhecer de perto as investigações e para uma audiência pública, na qual foram ouvidos familiares das vítimas.

O jornal trouxe uma capa “forte” em 24 de outubro, com o título “Varredura pode levar a cemitérios clandestinos” e uma foto de um quarto de página do juiz Abdala Faraj, de Fátima do Sul, responsável pela prisão dos primeiros suspeitos. Mais de 20 pessoas usaram o microfone da Câmara para pedir Justiça pela morte de irmãos, filhos, esposos e parentes próximos. A audiência pública foi marcada por lágrimas e revolta. O jornal dedicou duas páginas para o tema.

Benedito Cândido, o popular “Mineiro”, morador no BNH 4º Plano, pediu providências para o esclarecimento do assassinato de seus dois filhos, Roberlei e Alexandre, seqüestrados no Jardim Água Boa e encontrados mortos em local ermo no distrito de Culturama, Fátima do Sul.

No dia 27 de outubro o jornal publicou uma foto de três colunas na capa, sobre um ato público realizado em Fátima do Sul reunindo sete mil pessoas, pedindo o esclarecimento de 46 assassinatos cometidos naquela cidade.

O jornal registrava em 5 de novembro que os deputados federais pediram ao Ministro da Justiça, Iris Rezende, a intervenção do Exército e da Polícia Federal para se realizar um mapeamento do crime organizado na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai. O pedido partiu da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, solicitando também proteção às testemunhas. O jornal noticiou a prisão de oito pessoas, entre as quais quatro policiais militares, acusados de cometerem crimes por encomenda.

O presidente da Comissão, deputado Pedro Wilson (PT-GO) e a deputada Dalila Figueiredo (PSDB-SP), integrante da Comissão, chegaram a ser ameaçadas por uma pessoa de Dourados para se afastarem do caso. Em um trabalho de investigação do repórter Hélio de Freitas, o jornal informou em 6 de novembro que a ligação, para a Câmara Federal, foi feita a partir de um telefone público existente na Avenida Weimar Gonçalves Torres, em frente ao Iagro. A presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Marçal de Souza”, advogada Gisela Marques Fontoura, também dizia que estava se sentindo

ameaçada. O Centro fez as denúncias chegarem à Comissão federal.

O *Diário do Povo* noticiou a nova visita do Papa João Paulo II, então com 77 anos, ao Brasil, no Rio de Janeiro, na edição de 3 de outubro. Não chegou a beijar o solo brasileiro como fez em 1980 e em 1991. O Papa demonstrava cansaço e dificuldade de locomoção ao desembarcar na Base Aérea do Galeão. Ele deu ênfase, em sua fala de 12 minutos, às desigualdades sociais e à distribuição desigual e injusta das riquezas.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao recepcioná-lo, amparou-o segurando-lhe os dois braços.

FHC disse que as mensagens de amor e de caridade do Papa em visitas anteriores tinham sido uma fonte de inspiração nos esforços que o governo fazia para uma sociedade melhor, mais humana.

Ao lado das cobranças, o Papa elogiou o povo brasileiro pelo seu gênio empreendedor, com lugar na vanguarda entre as maiores potências do mundo.

A repercussão continuou no dia seguinte. Além de publicar reportagens da *Agência Folha*, o jornal dedicou o editorial à visita do Papa, mencionando: “Esta terceira visita do Papa ao Brasil trouxe uma nova esperança no seio da família brasileira”.

A missa campal no Aterro do Flamengo foi acompanhada por dois milhões de pessoas. O Papa comentou que aquela foi uma das maiores missas do seu sacerdócio. Durou três horas. O calor chegou a 28,6 graus à sombra.

Em sua homilia, o Papa retomou a defesa dos valores da família em oposição ao divórcio. Um dos textos afirmava que o cantor e compositor Roberto Carlos se emocionou ao ver o Papa cantarolar a música “Jesus Cristo”, de sua autoria, encerrando a missa.

O fazendeiro Walter Passos, 48 anos naquele ano, do Pará, levou uma cruz de 100 quilos, transportada em ônibus. Ele e o amigo Carlos Amorim arrastaram a grande cruz de três metros de altura, feita de ipê. Pregada à cruz, a imagem de Cristo esculpida em mogno. Passos contou que fez a cruz para pagar uma promessa pela recuperação da mãe, de 82 anos.

Sobre o Rio de Janeiro, o Papa afirmou que era uma das poucas cidades do mundo verdadeiramente multiracial.

1998 – A reeleição de FHC, a vitória de José Orcírio e, a Miss Brasil

Como o ano de 1998 foi de eleições, predominou o noticiário político. Em 6 de fevereiro o governador Wilson Martins apareceu no jornal manifestando apoio à reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de ter sido aprovada, em 1997, pelo Congresso, a proposta permitindo a reeleição do Presidente da República, de governadores e de prefeitos. O PMDB estava afinado com o governo federal e ocupava três ministérios. “(...) qualquer outro caminho que contrarie essa postura representa uma atitude de oportunismo eleitoral”, afirmou Wilson; a posição foi tomada após o ex-Presidente Itamar Franco (PMDB-MG) anunciar sua candidatura à Presidência.

Ciro Gomes (PPS) visitou Dourados em 1º de março. Em entrevista no dia 2 afirmou que FHC deveria colocar um limite às barganhas com o Congresso, argumentando que o PSDB era a maior vítima do fisiologismo e da contradição política do “professor Cardoso”. Giro não gostava de ser comparado a um novo Collor. “Que me examinem, que olhem o meu passado político e vejam a diferença”.

O ex-Presidente Fernando Collor de Melo esteve em Corumbá no dia 16 de maio, para um encontro de vereadores, atendendo a convite de Raufi Marques (PFL), na época presidente da União de Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul. A visita, lógico, deu mídia. Collor disparou o verbo contra FHC, disse ser contra a venda das estatais e estar arrependido pelo confisco da poupança. A dívida externa, em 1990, era de US\$ 60 bilhões e no governo de FHC, alcançou assustadores US\$ 350 bilhões.

Em junho o ex-presidente Itamar Franco (PMDB) criticou a condução do Plano Real: não tinha sido feito para criar recessão e desemprego. “A equipe econômica desnaturou a proposta original”.

No dia 17 de agosto, Lula apostava que iria melhorar o seu índice de aceitação com o início do horário gratuito. Pesquisa do *DataFolha* trazia o petista com 28% das intenções de voto. A estratégia seria mostrar a seca e o desemprego para prejudicar FHC e passar a imagem de que o Presidente estava ao lado dos ricos. FHC também foi vaiado por comparar aposentados com menos de 50 anos a vagabundos.

FHC afirmou, nessa mesma edição, que o processo de privatização continuaria em um eventual segundo governo, negando a venda do Banco do Brasil e da Petrobrás. No mesmo dia, o candidato ao governo de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian (PTB), previu FHC vencendo no primeiro turno e com ampla votação em Mato Grosso Sul.

Em 21 de agosto, o ***Diário do Povo*** mostrava FHC ampliando as medidas para diminuir os efeitos da seca do Nordeste, enquanto a oposição retratava o “Brasil real”, para desfazer os efeitos da propaganda do “outro País mostrado por Fernando Henrique”.

Em 3 de setembro FHC divulgava, em Brasília, o programa de governo “Avança Brasil”. Se reeleito, prometeu retirar 10 milhões de brasileiros da faixa de miséria, priorizar na educação os ensinos médio e profissionalizante e ampliar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Em 4 de setembro o jornal publicou FHC fazendo a campanha com uma das mãos abertas – idéia dúbia e arriscada porque foi parcialmente entendida (e bastante explorada) como preconceituosa em relação à Lula, que não tem o mindinho da mão esquerda - passando a mensagem de cinco grandes objetivos, cada um citado em um dos dedos: consolidar a estabilidade econômica; crescer e gerar emprego e renda; eliminar a fome; combater a pobreza e a exclusão social; aprofundar a democracia e promover os direitos humanos.

Em 1º de outubro, o jornal publicou uma nota informando que o Presidente não iria baixar nenhum pacote econômico pós-eleição. A estabilidade da moeda e o controle da inflação foram apontados como conquistas que deveriam ser mantidas. Em 1998, o Brasil registrou a sua inflação anual mais baixa da história, 1,5%. FHC fez um apelo aos eleitores que desejavam manter esse rumo.

O *Diário do Povo* não dedicou muito espaço ao processo sucessório presidencial, concentrando-se na movimentação dos candidatos ao governo de Mato Grosso do Sul.

O deputado federal Ivan Valente (SP-PT), 56 anos, assinou artigo para a *Folha de S. Paulo*, em 6 de novembro de 1998, comentando: “FHC e aliados seqüestraram da campanha e mesmo do noticiário de boa parte da mídia a informação e o debate sobre a falência do Brasil”.

A “operação reeleição” mantinha o mito da moeda forte e sonegava informações ao povo, denunciando, valente que sob as diretrizes do FMI, o governo antecipou, silenciosamente, pesados cortes de despesas em áreas sensíveis ao desenvolvimento como ciência, tecnologia e educação.

A *Folha de S. Paulo* divulgou em 4 de novembro o gasto da campanha da reeleição: R\$ 46,2 milhões, enquanto a prestação de contas de Lula chegava a R\$ 3,9 milhões. Os bancos patrocinaram FHC com R\$ 11,074 milhões, segundo a *Folha* de 26 de novembro. O grupo “La Fonte”, de Carlos Jereissati, acusado pelo ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros no caso do grampo, doou R\$ 1 milhão.

No Estado, para variar, a sucessão foi conturbada e surpreendente porque pouca gente apostava no deputado José Orcírio, o Zeca do PT.

Em 4 de fevereiro o jornal trouxe a notícia do senador Lúdio Coelho (PSDB) afirmando que concorreria à sucessão de Wilson Martins, garantindo inclusive que teria o apoio do governador. O ex-ministro das Minas e Energias de Itamar Franco, Delcício do Amaral, afirmou na edição de 9 de fevereiro que abriria mão da candidatura em favor de Lúdio.

Em 16 de fevereiro, a manchete: “Lúdio Coelho assume a candidatura”. O editorial desse mesmo dia comentava que o eleitor teria que escolher entre Lúdio, Pedrossian e Zeca do PT. “Interessa à população não a linha doutrinária, se o candidato é de esquerda ou de direita, mas, sobretudo, a postura administrativa”. Afirmava que Pedrossian era um mito e Lúdio seria favorecido pelo alinhamento com FHC.

Em 19 de fevereiro, os tucanos descartavam Lúdio e apoiavam o então secretário de Finanças, Orçamento e Planejamento do Estado, Ricardo Bacha.

Em 9 de março, a candidatura de Bacha empolgava o PSDB, enquanto Lula e Zeca faziam comício em Mundo Novo. O editorial defendia a renovação política, simpático a Bacha e criticando os erros de Pedrossian.

Lúdio teve recepção fria na exposição agropecuária de Ponta Porã e o jornal definiu sua candidatura como não empolgante e hesitante.

Aparecem então os jovens do PSDB a favor de Pedrossian e argumentando que Lúdio estava sendo “queimado”. A divergência no ninho tucano chegou ao ponto de Bacha sair de um encontro, em Campo Grande, sob vaias atribuídas ao mesmo grupo. Registro feito em 16 de março.

PPS fechou acordo para indicar Carmelino Rezende como candidato ao Senado na chapa de Zeca. No dia seguinte, Lúdio oficializava sua desistência. Em 18 de março, durante encontro com o então presidente da Assembléia Legislativa, Londres Machado, Delcídio anunciou que poderia retomar a campanha e Londres afirmava que não existia favoritismo entre tucanos. Dois dias depois, saiu a notícia de Bacha e Delcídio indo para a disputa na convenção.

Londres descartava prévias e defendia o consenso. O candidato a vice de Bacha sairia de Dourados e o nome mais cotado era Humberto Teixeira.

No dia 31 de março o jornal publicava uma pesquisa da revista *IstoÉ* mostrando Pedrossian com 29,1% das intenções; Zeca do PT com 18,6%; Bacha com 4,9%; Delcídio com 2,3%; Carmelino Rezende com 1,5%. 19,5% disseram que não votariam em nenhum deles e 18,4% não sabiam.

Bacha iniciou a campanha em 1º de abril, e o governador pediu para Lúdio subir no palanque. Lúdio mandou recado que queria distância da campanha. Humberto foi confirmado como vice de Bacha.

O ***Diário do Povo*** fez uma entrevista de página com Humberto Teixeira, publicada no dia 4 de maio, na qual ele afirmava que “vamos vencer as eleições” e que aquele seria o momento de Dourados participar efetivamente do governo.

Em 8 de maio o jornal trouxe uma pequena nota de capa, com foto, informando a visita de Zeca do PT a Dourados. No dia 18 de maio a notícia de que Delcídio preparava o anúncio de desistência, alegando o curto tempo para fazer campanha e o fato da maioria de seus correligionários ter assumido a candidatura de Bacha.

No dia 19 de maio, a reviravolta, com Delcídio afirmando que iria enfrentar Bacha na convenção.

O PT referendou Zeca e a coligação das forças progressistas. No dia 22 de maio Wilson afirmava que a chapa de Bacha era irreversível. A charge, de Estasques de Andrade Faria, ilustrava Delcídio e Bacha se enfrentando no ringue, com aquele auxiliado por Lúdio e o último por Wilson.

Manchete de 27 de maio: “Delcídio desiste e apóia Bacha”. Não há, nesse período, quase notícias sobre o candidato petista. Os partidos começavam a preparar as convenções.

O PL decide, no final de junho, apoiar Bacha. Pedrossian escolheu Newley Amarilha como vice e ao PFL foi reservada a vaga ao Senado, disputada por Saulo Queiróz.

Bacha conseguiu unir PSDB-PMDB-PPB-PL-PRP-PSD-PMN-PGT-PTN e PJP.

O jornal mostrou em 3 de agosto Brizola, candidato a vice de Lula, visitando o Estado e fazendo campanha para Zeca do PT.

Zeca pregava o “tostão contra o milhão”, criticando o abuso do poder econômico nas eleições. O *Diário do Povo* ofereceu espaço igual, desse período em diante, aos três candidatos.

No dia 22 de agosto o jornal noticiou pesquisa do Ibope mostrando o segundo turno no Estado. Pedrossian tinha 38% das intenções de voto; Bacha, 21%; Zeca do PT, 18% e Heitor Pereira, do Prona, 1%. No início de setembro Pedrossian resolveu mudar o nome do vice para ganhar votos em Dourados. Os dois cogitados foram os ex-deputados federais George Takimoto e Waldir Guerra, com este sendo escolhido. O vice de Zeca foi Moacir Khol, ex-prefeito de Coxim.

Pesquisa do Ibope publicada em 31 de setembro mostrava a virada na disputa. Bacha aparecia com 33%; Pedrossian com 28% e Zeca com 18%.

O debate transmitido pela TV Sulamérica em 1º de outubro, influenciou o eleitorado, embora o jornal tivesse dito que o encontro não apresentava novidades. No dia 2 de outubro, uma nova pesquisa, da Horus Exata: Bacha com 34,64%; Zeca do PT com 30,94%; Pedrossian com 27,23%.

Resultado parcial das eleições em 5 de outubro, com 48,16% dos votos apurados: Zeca com 181.452 votos (35,78%); Bacha, 173.247 (34,16%); Pedrossian, 146.099 (28,81%); e Heitor com 6.300 (1,24%). O **Diário do Povo** aguardou até às 2h53min para dar a informação aos leitores.

O resultado final, publicado em 6 de outubro: Bacha foi para o segundo turno com 309.330 votos e Zeca do PT com 263.350 votos. Pedrossian teve 220.362 e Heitor, 10.489.

Juvêncio César da Fonseca foi eleito para o Senado com 384.264 votos e Carmelino teve uma votação de 239.050. O deputado federal com maior número de votos foi Ben-Hur, com 79.655, e o estadual mais votado, Londres Machado, com 30.957.

Zeca foi eleito com expressiva votação no segundo turno, no dia 25 de outubro. O jornal não possui, nos arquivos, a edição com o resultado das eleições. No dia 27 apareceu Zeca, já reunido com Wilson Martins, para iniciar a transição, e Bacha agradecendo os mais de 360 mil votos. Na mesma edição, FHC anunciava o ajuste fiscal.

Um fato inédito na história de Dourados foi a eleição da douradense Michella Dauzacker, 19 anos, como Miss Brasil, divulgado em 2 de abril. Mais uma vez o jornal aguardou a madrugada para dar a notícia em primeira mão a seus leitores. O resultado só foi conhecido na madrugada do dia 2 e às 3 horas a Miss foi entrevistada pelo **Diário do Povo**, por telefone.

Ela superou outras 26 candidatas em concurso realizado em São Paulo. Na entrevista, demonstrou felicidade e mostrava para o Brasil que Dourados “tem muito de bom e que somos notícia também sem violência”.

O concurso aconteceu na casa de espetáculos “Tom Brasil”. Michella chorou quando seu nome foi anunciado. Ela

ganhou um carro ok, um guarda-roupa completo e mais R\$ 4 mil. A esposa do prefeito Braz Melo, Anete Silva Melo, a madrinha oficial, acompanhou o concurso.

A bela douradense representou o Brasil no Miss Universo, no dia 12 de maio, em Honolulu (Hawai, Estados Unidos).

No dia 5 de maio ela foi recebida com festa em Dourados, mesmo sob garoa, desfilando em cima de um caminhão do Corpo de Bombeiros, numa carreata que terminou em frente à Associação Comercial e Industrial onde centenas de pessoas aguardavam-na. Na reportagem publicada no dia 6, de página inteira, ela afirmou que Dourados estava em festa por causa dela e era uma honra ser douradense. “Minha faixa de Miss Dourados nunca ficará embaixo das de Miss MS e Miss Brasil”, afirmou.

Na edição de 13 de maio, saiu a notícia de Michella entre as dez mulheres mais bonitas do planeta. No dia 15 de maio o **Diário do Povo** dedicava mais uma página inteira à ilustre representante da beleza. Ela ficou em sexto lugar no Miss Universo, sobressaindo entre 81 candidatas. Posou para fotos, participou de desfiles e recebeu muitos convites, inclusive de um produtor de Hollywood, segundo a matéria do jornal.

O concurso revelando Michella em Dourados foi organizado pelo jornalista José Henrique Marques, que jamais imaginara uma das jovens chegando a tão alto posto. O evento ressurgiu após 13 anos, e a mãe Michella fora Miss Dourados em 1975.

Em 29 de novembro de 1998, na *Revista da Folha*, da *Folha de S. Paulo*, em reportagem de Deborah Gianini, Michella dizia que nunca pensou em conquistar tal título. Ela interrompeu o curso de Direito, mudou-se para Santos (SP) e virou apresentadora do programa “Rodeio”, da Rede Bandeirantes, exibido uma vez por mês.

Caro leitor ou leitora, as medidas da beldade: 59 quilos, 1,80 m, busto 88 cm, cintura 62 cm, quadril 92 cm.

1999 - A mudança do nome do Estado, os 500 anos do Brasil, a Cidade Universitária e o assassinato de Dorcelina Follador

Em julho de 2003 o governador José Orcírio Miranda dos Santos ainda insiste, mas não com o mesmo vigor, na idéia de mudar o nome do Estado.

Em 1999 o assunto rendeu muitos comentários e controvérsias, embora essa proposta já tivesse sido formulada em anos anteriores por deputados, sem a mesma repercussão.

A manchete do dia 14 de abril de 1999 tratava exatamente dessa polêmica. O governador pediu o empenho dos deputados para discutir a proposta de mudar o nome de Mato Grosso do Sul para “Estado do Pantanal”.

O argumento era que as pessoas de outros Estados confundiam Mato Grosso do Sul com Mato Grosso, assim como as autoridades quando visitavam o Estado, afastando o turismo. A maior parte do Pantanal fica em território sul-matogrossense. O governo encomendou estudos de impactos sociais e econômicos, mas uma pesquisa feita pelo IPEMS mostrou dois terços da população reprovando a idéia.

A deputada Celina Jallad (PMDB), filha de Wilson Martins, alertou para os prejuízos em impressos oficiais, convênios, sistemas de comunicação e informática. Afirmou que a competência para decidir o tema era do Congresso, por meio de uma Lei Complementar. O deputado Onevam de Mattos (PMDB) questionou se o governador “não tem nada melhor que fazer”. O editorial do jornal do dia 15 de abril classificou a proposta como personalista, entendendo que o momento não era oportuno, diante de tantos problemas a serem resolvidos. Estasques Andrade de Faria, nas charges, deitou e rolou em cima desse tema.

Em 5 de maio o *Diário do Povo* trouxe um esclarecedor artigo do deputado federal Nelson Trad (PTB), considerando absurda a idéia, com o título: “MS só vai desaparecer quando Deus envelhecer”. Afirmou que essa desfiguração não mudaria a realidade do Estado e quem reclamava dessa discussão era a própria história.

A lógica do dinheiro é o lucro e a lógica do civismo é o respeito às tradições e ao heroísmo, lembrou o deputado. O mesmo texto foi lido na Câmara dos Deputados.

Em 10 de maio o então presidente da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo-MS e membro do Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande, Noslin de

Paula Almeida, defendeu a mudança do nome. “O nome Pantanal deve ser aproveitado pela força de marketing que possui”, afirmou.

Em 5 de julho o jornal publicou um artigo do governador José Orcírio. Reafirmou o contexto turístico, segundo o qual os estrangeiros quando chegavam ao País e queriam conhecer o Pantanal, eram orientados pelas agências a viajarem para Mato Grosso e que o Pantanal, a maior planície inundável do Planeta, ocupava um terço do território de Mato Grosso do Sul. “Meu objetivo é tornar Mato Grosso do Sul conhecido e respeitado por suas potencialidades, recursos naturais e humanos...”.

Na edição de 13 de setembro o governador voltava ao assunto defendendo um plebiscito. “MS já está mais conhecido lá fora como Estado do Pantanal”. Zeca do PT queria em janeiro de 2000, iniciar a discussão sobre os aspectos legais da mudança.

Em 23 de setembro o governador considerou estúpida e medíocre a oposição em relação à desfiguração. Defendeu que a mudança seria importante para afirmar o Estado no contexto da Federação e também internacionalmente. Em maio de 2000 o Estado, afirmou, iria promover um seminário em Nova York, para “vender” o Pantanal.

Eduardo de Godoy Pereira, coordenador-geral de Comunicação do Governo do Estado, e o jornalista Eder Benjamin enviaram uma carta à Redação afirmando que o editorialista cometeu equívocos na edição de 14 de setembro, com o editorial “Pantanal x MS”. Os leitores discordaram do termo patológico, dizendo que isso rebaixava o debate. O editorialista retrucou com uma nota, afirmando que a relação dos favoráveis à mudança tinha afinidade com a cartilha do PT. “(...) o povo não quer mais discursos nem factóides, o povo quer ação”.

A proposta rendeu mais textos. Em 18 de outubro o jornal publicou um artigo do arquiteto e professor da Unigran, Sérgio de Souza Barros, alertando que com a alteração do nome do Estado de Mato Grosso para Mato Grosso do Sul, criou-se uma aberração: “(...) se existe Mato Grosso do Sul, deve o seu antônimo que nada mais é que Mato Grosso do Norte”. O problema se resolveria inserindo “do Norte” no

antigo Mato Grosso. Ele considerou o debate fútil e sua opinião foi um desdobramento do encontro registrado em 22 de abril pelo jornal, quando várias lideranças estudantis lotaram o gabinete do governador para apoiar o Estado do Pantanal.

Em 19 de outubro o jornal noticiou, na manchete, que o governador recebera apoio da Liga Pró-Estado do Pantanal, fundada em 7 de outubro, instituição apolítica e apartidária que buscava a identidade do Estado. Os representantes entregaram um documento com 30 páginas, explicando porque eles apoiavam a mudança. Zeca do PT afirmou, no encontro, que há sete anos, quando era deputado, ouviu na Assembléia um movimento que já manifestava a intenção de alteração.

O escritor douradense Brígido Ibanhes, conhecido por sua irreverência e posições polêmicas, não se conteve e também escreveu um artigo, publicado no *Diário do Povo* de 20 de outubro. Ironizou o desmatamento, lembrando que o Estado deveria se chamar “Mato Ralo” e defendeu a idéia do Pantanal. “O Pantanal é o nosso grande chamariz”, reconheceu. Disse que a humanidade caminhava para frente e sugeriu o uso da sigla “PAN”, sufixo que em Guarani significa “para todos”.

Um novo artigo publicado em 8 de novembro, desta vez assinado pelo publicitário e membro da Liga Pró-Estado do Pantanal, Francisco de Lagos. Civicamente, afirmou que era preciso contribuir para se corrigir equívocos históricos e citou Manoel de Barros. A idéia tomava corpo e encantava a sociedade. O debate, afirmou, fechava de forma democrática o ciclo divisionista.

O *Diário do Povo* dedicou pouco espaço para as comemorações em torno dos 500 anos do descobrimento do Brasil, iniciadas em abril de 1999 em todo o País e previstas para terminarem 22 de abril de 2000. A exemplo da discussão sobre a mudança do nome do Estado, há bons artigos sobre o assunto nos arquivos.

No dia 22 de abril, o jornal divulgou apenas uma nota na capa sobre as atividades da Prefeitura alusivas aos 500 anos. No dia 23 foram mostradas as atrações na Praça Antônio

João, como a dança dos índios, numa programação semelhante ao tradicional desfile de Sete de Setembro.

O prefeito Braz Melo anunciou um parque temático dentro do Parque Antenor Martins, mas essa idéia não foi levada adiante.

O médico e escritor Almir Nunes Carneiro escreveu uma crônica na edição de 5 de julho. Comentava: “que diabos vamos comemorar no quinto centenário da chegada de Cabral ao Brasil?”. Classificou como cretino aquele relógio da Rede Globo avisando os dias que faltavam para o evento e que se alguém tinha motivos para festejar, eram os portugueses glorificando a coragem de seus navegantes. “(...) a propalada festa é dos índios e dos lusitanos (...)”.

O governador José Orcírio escreveu sobre o tema, em artigo que saiu no dia 5 de agosto. Ele disse que era preciso fazer uma cruzada para melhorar a qualidade de vida do povo. “Poucos terão que abrir mão de parte de sua riqueza e de seus lucros. Mas muitos, milhões ganharão com o resgate da cidadania”. Afirmava que nos 500 anos o Brasil precisava de um projeto nacional.

A edição de 28 de setembro mostrava o relógio dos 500 anos instalado na Praça Ary Coelho, em Campo Grande, fazendo a contagem regressiva. O relógio foi incorporado ao patrimônio histórico e isso gerou polêmica, porque ele fazia uma exposição temporária e o projeto de tombamento era ilegal. O vereador e arquiteto Celso Costa, contrário ao projeto, alertou que a Capital faria um papel de ridículo porque o relógio contaria os dias até se chegar aos 500 anos do descobrimento, em 22 de abril de 2000, e não possuía qualidades técnicas para funcionar por cinco ou dez anos. Os vereadores simpáticos à idéia alegaram, por exemplo, que a população poderia contar aos descendentes o significado do monumento criado pelo *designer* global Hans Donner.

O acadêmico de Direito e chefe do Núcleo da Funai em Dourados, Wilson Matos da Silva, aproveitando a discussão, escreveu artigo, publicado em 1º de outubro, convidando o leitor a fazer uma reflexão. “Invadiram nossa privacidade, tomaram por mulher nossas filhas, destruíram nossos rios e acabaram com as nossas matas”. Criticou o fato de os colonizadores colocarem o nome dos habitantes de “índios” e

os ignorantes a ponto de chamar esse povo hoje em dia de “bugres”. Defendeu a integração das tribos para fortalecer o movimento em torno da causa.

O *Diário do Povo* publicou em 21 de dezembro mais um artigo sobre essa questão, do escritor paulista Antônio de Andrade. O autor também convidava o leitor a fazer uma reflexão, mas diferente: “a auto-imagem do povo brasileiro, relacionada a essas comemorações”. Pedia para o povo sentir orgulho de ser brasileiro.

O jornal noticiou em 15 de março que o prefeito Braz Melo recebeu a visita do então reitor da UFMS, João Jorge Chacha, acompanhado pelo diretor do Ceud, Wilson Biasotto, pedindo para a Prefeitura fazer pequenas obras que dariam início à implantação da Cidade Universitária de Dourados.

Em 17 de maio a UFMS e a UEMS informavam sobre a criação de uma comissão para pressionar o governo federal na criação da Cidade Universitária, pedindo apoio, para isso, da bancada federal. O projeto estava orçado em R\$ 40 milhões e em um prazo de dez anos, criaria de 10 a 12 mil vagas. Mas a meta inicial era conseguir pelo menos R\$ 2 milhões, para que os cursos da Federal passassem a funcionar em um prédio anexo à UEMS.

Em 31 de maio o governador afirmou que daria todo o apoio para o projeto.

Em 21 de junho é dada a notícia do reitor da UFMS anunciando os novos cursos para Dourados: Medicina, Direito, Administração e Análise de Sistemas, e já se dizia, com a retomada das obras da Santa Casa de Dourados (hoje Hospital Universitário), que ali seria um hospital-escola.

O governador José Orcírio garantiu, em 28 de setembro, durante a posse da reitora Leocádia Petry Leme na UEMS, a unificação entre as duas universidades.

O jornal denunciava em 4 de outubro um complô armado pelo Conselho Regional de Medicina, Associação Médica e Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul ameaçando a instalação do curso de Medicina. Essas entidades alegaram que a UFMS não possuía recursos financeiros e nem humanos para iniciar o curso em 2000, lembrando ainda que o curso federal, em Campo Grande, sofria “cronicamente das

carências que, de resto, atingem grande parte das faculdades de medicina brasileiras”.

Nesse mesmo dia é publicado um informe publicitário do ex-deputado Roberto Razuk, no qual ele se dizia espantado e indignado com a posição das entidades. Ele relembrou a década de 1970 quando Campo Grande brigou até o último instante contra a instalação do curso de Agronomia em Dourados, cujos argumentos eram praticamente os mesmos.

Na edição seguinte houve uma nota de repúdio na capa do jornal, assinada pela Prefeitura, Câmara, OAB, Acad e CDL, criticando as mesmas entidades que se colocaram contra o curso de Medicina. O editorial do mesmo dia reclamava que essas entidades estavam na contramão e criticava o corporativismo dos médicos.

A Associação Médica da Grande Dourados publicou em 6 de outubro uma nota na capa se dizendo a favor do curso e independente em relação às entidades da Capital. Afirmou que desde o início do movimento pela criação da Cidade Universitária e a implantação do curso de Medicina, a associação “abraçou a idéia”. Um segundo editorial abordava o mesmo tema, afirmando que o tiro havia saído pela culatra e que a postura do CRM foi mal recebida por toda a sociedade douradense.

No dia 8 de outubro o jornal publicou uma entrevista coletiva do diretor do Colégio Objetivo, professor Benê Cantelli, convocando as pessoas para participarem da manifestação pró-implantação do curso, que aconteceu no dia 8, na Praça Antônio João.

Em 21 de dezembro o reitor da UFMS assinou os editais para a realização do vestibular 2000 dos novos cursos de Dourados, entre os quais, o de Medicina.

O assassinato da prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador (PT), 36 anos, em 30 de outubro, teve repercussão nacional. O ***Diário do Povo*** fez uma ampla cobertura sobre esse crime, embora na coleção não constem as edições dos dias 1º e 2 de novembro. O assassinato aconteceu na noite de um sábado, na varanda da casa da prefeita, quando uma pessoa subiu no muro e atirou. Ela levou seis tiros de pistola 380.

Na edição de 3 de novembro, o jornal abriu a edição com a manchete do Presidente FHC exigindo rigor na apuração do caso e que o vice Kleber Correa de Souza assumiria a Prefeitura. No editorial, o ***Diário do Povo*** condenou o crime bárbaro e chocante.

Reportagem assinada pelos jornalistas Edson Luiz e Hugo Marques, na página 5 do Primeiro Caderno, afirmava que Dorcelina tinha denunciado, há três meses, ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), a existência de vários grupos ligados ao tráfico de drogas e prostituição juvenil na faixa de fronteira. O mesmo dossiê foi entregue ao governador José Orcírio e ao Ministério Público.

Na mesma página, em outra reportagem, o jornal afirmava que o crime abalou o meio político e o caso foi considerado “um escândalo nacional”. Lula foi uma das personalidades a comparecer ao velório.

O jornalista Ronney Minella, na mesma edição, registrava o comentário das autoridades, de que o crime teria sido político. O marido da prefeita, Celso Folador, também acreditava nessa hipótese porque Dorcelina vinha denunciando os desmandos administrativos dos antecessores. Ela confirmara ao repórter que recebera telefonemas e bilhetes ameaçadores e ela temia pela integridade dos filhos menores. Nos últimos três meses, as ameaças haviam parado, mas ela não se sentava em público de costas para a rua.

O Ministro da Justiça, José Carlos Dias, chegou a determinar dois agentes federais especialistas em homicídios para acompanhar as investigações.

Na tribuna da Assembléia, o líder do governo, Laerte Tetila, fez um discurso emocionado: “Mas, saibam os covardes, os canalhas, os mandantes deste crime, que não há calibre que possa matar o ideal humanista, tal qual o de Dorcelina”, publicado em 4 de novembro.

Em 8 de novembro é dada a notícia de uma proposta do presidente nacional do Partido Socialista de Integração (PSI), Lázaro Bonifácio da Silva, para se fazer uma consulta popular para mudar o nome de Mundo Novo para “Dorcelina”. O prefeito Kleber Correia de Souza (PMDB) demitiu os petistas ao assumir.

Em 6 de dezembro foi divulgado o nome do secretário de Finanças da Prefeitura de Mundo Novo, Jusmar Martins da Silva, como sendo o mandante do crime, e o PT exigia a renúncia do prefeito Kleber. Jusmar é cunhado do prefeito. A polícia chegou a outras pessoas suspeitas. O crime teria custado R\$ 35 mil.

O PMDB de Mundo Novo expulsou o prefeito do partido e o pedido de cassação foi protocolado na Câmara. A cidade viveu dias de forte tensão. No dia 6, populares e militantes do PT fecharam a Prefeitura impedindo a entrada dos servidores.

No dia 8, o prefeito foi acusado na Assembléia Legislativa de ter se omitido e acobertado o mandante do crime. O PT chegou a veicular, nesse dia, uma nota no jornal relacionando as providências solicitadas. O governo do Estado publicou uma “nota pública” no dia 9 de dezembro, discordando dos petistas douradenses, afirmando que eles estavam prestando um desserviço ao não reconhecerem o esforço do governo para esclarecer os fatos.

Nessa mesma edição, o pistoleiro Getúlio Machado confessou ter cometido o crime. Confirmou que recebeu R\$ 20 mil do despachante Roldão Teixeira de Carvalho e receberia mais R\$ 15 mil em 30 de novembro. O valor total seria pago, segundo ele, por Jusmar.

Consta na reportagem do dia 9 de dezembro que Jusmar ficou decepcionado com a prefeitura porque gastou muito dinheiro na campanha da prefeita, e depois de ter sido nomeado secretário de Agricultura e permanecer 11 meses no cargo, foi exonerado.

Durante a campanha, segundo o texto, Dorcelina descobriu que Roldão estaria distribuindo panfletos com ofensas contra ela e o PT. Ela teria reunido um grupo de companheiros e foi até ao escritório do despachante, onde ele teria sido surrado. Dorcelina apresentava deficiência física em uma das pernas e usava um calçado especial, resistente e, durante a briga, ela, segundo consta, desferiu-lhe um chute que o deixou impotente.

Enfurecido, Roldão resolveu contratar um segundo pistoleiro para Jusmar, já que o primeiro tinha desaparecido. Jusmar contou, segundo os relatos publicados no jornal, ao

prefeito que tinha sido o mandante do crime e mesmo assim foi nomeado secretário de Finanças. Jusmar tramava o assassinato há um ano. O assassino chegou a ensaiar duas vezes o crime, uma quando a prefeita estava em frente à Prefeitura e uma segunda vez, quando ela estava com os filhos.

A *Folha de S. Paulo* fez ampla cobertura, assim como outros jornais de circulação nacional. Em 7 de dezembro, a *Folha* publicou um depoimento do viúvo da prefeita afirmando que até aquela data a polícia só tinha encontrado “peixe pequeno”. No dia 11, divulgava a polícia apresentando, em Campo Grande, seis suspeitos, marcando o fechamento da primeira fase das investigações, em que foram identificados desde o suposto mandante até o matador, mas a polícia não estava satisfeita com a versão de Jusmar. Foram apresentados também quatro homens que teriam tentado matar Dorcelina por duas vezes, há cerca de um ano.

Os envolvidos foram julgados e condenados em 2003, mas diante das suspeitas de envolvimento de Kleber, o Ministério Público pediu novas investigações, e os petistas solicitaram a reabertura do processo.

2000 – A sucessão municipal, o narcotráfico, os genéricos e, o desfile dos excluídos

Todas as eleições municipais, em Dourados, a partir de 1980, foram tensas e tumultuadas, em ambiente de muita disputa. Em 2000, o confronto para a Prefeitura foi entre os deputados estaduais Murilo Zauith (PSDB), Laerte Tetila (PT), o ex-deputado George Takimoto (PDT) e o empresário Mardônio Alencar (PSB).

Em 19 de janeiro Tetila apareceu no jornal “namorando” o apoio do PSDB e do PDT. No dia seguinte, ele negava o desejo de formar aliança com o PSDB. Era o favorito nas pesquisas e pensava em reeditar o Movimento Muda MS, o mesmo que levara Zeca do PT ao governo. Estava, admitia, conversando com os partidos mais afinados com o PT, como o PDT, PPS e PC do B.

O jornal, no dia 20, trouxe uma reportagem com Murilo Zauith afirmando que o próximo prefeito deveria se

articular com as principais necessidades da população, defendendo um projeto responsável e atacando o surrealismo pregado pelo principal adversário. Na mesma edição, Marçal Filho especulava a possibilidade do PMDB ter candidato próprio.

Em 24 de fevereiro a notícia da decisão do governador em intervir no PT para o processo eleitoral, reunindo-se com o conselho político e os dirigentes. Tudo por causa do “barulho” causado pelo presidente do Diretório do partido em Campo Grande, Mariano Cabreira, que procurou o adversário histórico, André Puccinelli (PMDB), para conversar sobre a sucessão na Capital.

“O povo jamais entenderia uma aproximação com o PMDB de André, o que significa descrédito para o Partido dos Trabalhadores”, argumentou Zeca.

Tetila doou o 14º salário da Assembléia, em torno de R\$ 8 mil, para entidades filantrópicas de Dourados, distribuindo entre R\$ 100 a R\$ 250 para cada uma.

O PPS reafirmou no dia 25, a candidatura do deputado Geraldo Resende para prefeito. No dia 28 de janeiro o governador deu um ultimato para o PPS decidir sobre o papel do partido dentro do governo, argumentando não suportar mais as críticas de seus partidários.

Em 4 de fevereiro o *Diário do Povo* trouxe uma nota na capa sobre a internação de Murilo, então com 49 anos, no Instituto Douradense de Cardiologia (IDC). Ele caminhava quando se sentiu mal, teve queda na pressão arterial e dores no peito. Na edição seguinte, de segunda-feira, o jornal trouxe informações mais completas. Murilo já se recuperara de um infarto agudo seguido de duas paradas cardíacas. Passou por angioplastia, cateterismo e ficou 36 horas na UTI.

A causa teria sido o estresse. Os médicos constataram a oclusão total da artéria coronária esquerda, mas não houve necessidade de cirurgia. Murilo Zauith não bebe, não fuma, faz exercícios regulares e tem uma dieta equilibrada.

Na noite da mesma segunda-feira, o ex-deputado Waldir Guerra lançou o deputado José Teixeira candidato a prefeito pelo PFL.

A edição de 11 de fevereiro informava a morte do ex-senador Rachid Saldanha Derzi, no dia anterior, aos 82 anos;

foi velado na Assembléia Legislativa e enterrado no Cemitério Parque das Primaveras, em Campo Grande.

Em 17 de fevereiro o PPS descartava apoio ao PT. O deputado Geraldo Resende afirmava que o PPS estava cansado de servir apenas como coadjuvante.

No início de março, José Teixeira defendeu uma coalizão entre PFL, PPB e PSDB para enfrentar o PT, cujo candidato seria definido a partir de debates com a sociedade. Em 9 de março, o PPS voltava a negar apoio ao PT.

Em 28 de março a notícia segundo a qual Tetila teria caído nas pesquisas encomendadas pelo PMDB, animou os peemedebistas a lançarem candidato próprio. Segundo o texto, o deputado Marçal Filho estaria apenas dois pontos atrás de Tetila.

Em ato político com a presença de lideranças do PSDB do Estado, em 31 de março, Murilo foi lançado candidato a prefeito. Esse encontro, definido como suprapartidário, informou a edição de 3 de abril, reuniu gente do PSDB, PFL, PTB, PSB, PDT, PSD, PMN, Prona, PV, PST e PPB.

Em 18 de abril o prefeito Braz Melo se dizia disposto a disputar a reeleição, e o PT confirmava os candidatos em 14 cidades, incluindo Tetila em Dourados e o deputado federal Ben-Hur em Campo Grande. Tetila afirmava que estava em campanha há mais de dez anos.

No sábado que marcou os 500 anos do descobrimento do Brasil, 22 de abril, os índios realizaram uma manifestação na rodovia que liga Dourados a Itaporã. Eles interditaram a pista das 8 horas às 14 horas e fizeram uma caminhada até a Praça Antônio João, uma distância de quase dez quilômetros. O protesto era contra o governo FHC, por não demarcar as terras consideradas indígenas.

Na cidade, o prefeito Braz Melo plantou 500 mudas de pau-brasil e inaugurou a rotatória lembrando as caravelas portuguesas, no cruzamento da Rua Ediberto Celestino com Avenida Marcelino Pires.

O PMDB, de acordo com notícia publicada em 2 de maio, uma segunda-feira, reuniu a militância na sexta-feira anterior para anunciar um nome a ser escolhido entre uma lista de três: Humberto Teixeira, João Totó Câmara e Marçal Filho. “Ficou só na intenção”, observou o jornal.

No dia 10 de maio Tetila mostrava-se confiante na vitória sobre Murilo, demonstrando tranqüilidade diante de uma possível aliança entre PSDB e PMDB. Achava pouco provável a candidatura do PMDB e colocava como trunfo a liderança nas pesquisas. As conversações com Geraldo Resende para atrair o PPS, afirmou, estavam adiantadas.

Em 28 de maio o PT confirmava Tetila e aprovava possíveis alianças com PPS, PDT, PSB e PC do B ou com outros partidos.

Em 6 de junho o nome de Totó era apontado como possível vice de Murilo.

No dia 9, o jornal informava Totó como certo na vaga de vice e com isso os outros partidos começaram a se definir, tendo Geraldo Resende pelo PPS, Roberto Razuk pelo PSD, o médico Raul Espinosa pelo PST e Mardônio Alencar pelo PSB.

No dia 17, PFL fechou com Murilo.

No dia 20, Tetila orientava seus correligionários a respeitar e ficar atentos com a candidatura de Takimoto pelo PDT, porque “trata-se de um político bom de voto, inclusive a minha eleição deve se polarizar com a dele”.

Manchete de 24 de junho: “Braz não é mais candidato”. Roberto Razuk desistiu para apoiar Takimoto e Délia Razuk, esposa de Razuk, foi confirmada como vice, reunindo PDT, PSB, PL, PV e Prona.

Em 26 de junho, o quadro ficou definido com Murilo reunindo oito partidos e o PPS escolhendo o médico Luiz Carlos Arruda como vice de Tetila. Arruda venceu a prévia disputada com o arquiteto Luiz Carlos Ribeiro. PDT e PMDB mostravam-se rachados.

Em 1º de julho o PSB confirmava Mardônio Alencar e como vice o pesquisador César Mendes, da Embrapa Agropecuária Oeste.

José Teixeira (PFL) apoiou Takimoto e afirmava na edição de 5 de julho que a candidatura do médico “não foi lançada para atrapalhar a candidatura de ninguém”. Criticou a ingerência dos políticos da Capital nesse processo e que gente de expressão em Dourados foi alijada das discussões. Para ele, Totó ficou 20 anos fora da política e veio fixar novamente residência em Dourados a pedido de políticos da Capital, em um projeto para Puccinelli vencer a reeleição, o senador

Ramez Tebet (PMDB) ser reeleito e o senador Juvêncio César disputar a sucessão de José Orcírio.

Um debate entre os candidatos a prefeito, realizado no dia 15 de julho, marcou o início oficial da campanha.

A Justiça Eleitoral indeferiu o registro da candidatura a vereador, pelo PDT, de Francisco Assis Florêndio, o popular “Ceará”, do Jardim Flórida, porque ele era analfabeto. Na edição de 29 de julho ele declarou que iria estudar e participaria da próxima eleição. Foram indeferidos, por diferentes motivos, seis candidaturas a vereador.

Um novo debate entre os candidatos a prefeito aconteceu em 25 de agosto, promovido pela Rádio Clube e os jornais locais, oportunidade em que eles se confrontaram com ataques mútuos.

O jornal *Correio do Estado* publicou uma pesquisa, do Ibrape, no dia 28 de agosto e o ***Diário do Povo*** repercutiu-a na edição seguinte. Murilo estava com 34%; Tetila com 29%; Takimoto com 13% e Mardônio com 4%.

Faltando três dias para as eleições, o jornal encomendava e publicava uma pesquisa do Horus-Exata em que Murilo tinha 36,1% das preferências e Tetila, 31,4%.

Edição de 2 de outubro, manchete: “Tetila vence com 41,69%”, contra 36,23% de Murilo. O jornal trouxe, nesse dia, os eleitos na maioria dos municípios do Estado. Mardônio chegou ao final com 13,67% dos votos e Takimoto, com 8,42%. O resultado para prefeito foi dado pela Justiça Eleitoral às 19 horas e para vereador, às 20 horas. Tetila obteve 36.045 votos e Murilo, 31.328; Alencar, 11.807; e Takimoto, 7.280. No editorial desse dia, o título: “Venceu a democracia”.

O narcotráfico na fronteira chamou a atenção em 2000. Na edição de 1º de fevereiro o jornal anunciava que a CPI do Narcotráfico, formada na Câmara dos Deputados, iria montar uma base em Mato Grosso do Sul. Dourados, segundo o deputado Marçal Filho (PMDB), seria uma das cidades investigadas, ao lado de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

Em depoimento para a Comissão, o traficante Aryzolin Trindade afirmou a existência de um cemitério clandestino às margens do Rio Paraguai e o envolvimento de policiais civis e federais com o esquema. Os deputados ainda queriam

investigar as ramificações de Fernandinho Beira-Mar com policiais de Mato Grosso do Sul e a “lavagem” de dinheiro.

O jornal de 17 de fevereiro informava a vinda da Comissão ao Estado no período de 13 a 15 de março. Na edição de 13 de março, foi anunciado, em Campo Grande, o desembarque dos deputados Magno Malta (PTB-ES), presidente da CPI; Moroni Torgan (PFL-CE), o relator; Lino Rossi (PSDB-MT) e Laura Carneiro (PFL-RJ).

Dentre os intimados para serem ouvidos, apareciam Lucila Morel e Osrael Morel. A Comissão veio ao Estado atendendo pedido de Marçal Filho. O jornal deu seqüência a notícia por quatro edições seguidas.

No dia 14 foram ouvidos traficantes em Dourados, entre os quais Carlos Bonfim. O vereador de Naviraí, José Luiz Faraeli Marcelino, conhecido como “Luiz Espingarda”, também foi intimado, mas não atendeu ao chamado.

Outras quatro pessoas relatadas nos autos pela CPI foram Ilmar de Souza Chaves (Pixoxó), Pedro Oscar Proença, Orlando Guaracy de Barros e Aparecido José Vasconcelos, todos considerados perigosos segundo o juiz federal Odilon Oliveira, responsável pela condenação de 60 traficantes em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul respondia então por 60% de toda a droga apreendida no Brasil. O juiz defendia a criação, por conta dessa quantidade, do número de pessoas envolvidas e das fugas, de uma penitenciária federal no Estado. Foram apreendidas 50 toneladas de drogas de 1988 a 2000, segundo o superintendente da PF, Vantuir Jacini.

No dia 15, a notícia de que a Comissão queria ajuda do Paraguai e até viajou para Assunção. Os deputados ainda ouviram dois outros presos: Carlos Nei e Osório de Lima. O vereador de Naviraí não atendeu à intimação porque se dizia inocente, embora o relator tenha dito possuir documentos que comprovavam a ligação do vereador com traficantes conhecidos nacionalmente, como “Silvio Cantor”, piloto de “Uê”, e “Marcinho VP”, que controlava o tráfico no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. O teor dos depoimentos não foi divulgado.

O relator Moroni Torgan não descartou a participação inclusive de juízes nesses crimes. Disse que possuía nomes de

policiais e de quem traficava drogas, traficava armas, seqüestrava e criava grupos de pistolagem. O trabalho evoluiu depois da passagem da CPI por Dourados e foi confirmada a ligação de gente daqui com esquemas no Rio de Janeiro, Brasília e Goiás.

No dia 16, os membros se reuniram com o governador José Orcírio e foi decidida a formação de um conselho para dar apoio à Comissão. Foram divulgados, na edição de 17 de março, os nomes de três juízes envolvidos: Marco Antônio Sanches (Aquidauana), Carlos Alberto Pedrosa (Campo Grande) e Margarida Elizabeth Weiler (Caarapó).

Os genéricos chegaram em Dourados somente em fevereiro de 2000. O jornal noticiou a venda de pelo menos quatro medicamentos, entre os quais, a Ampicilina e Ranitidina, em 25 de fevereiro. A reportagem comentava que ainda era cedo para as pessoas começarem a procurar esses remédios, apesar da enorme diferença de preços.

O editorial de 19 de junho alertava: estavam faltando genéricos nas farmácias de todo o País e a situação não era diferente em Dourados. Criticava os proprietários de farmácias que não tinham interesse em vender esses produtos e os laboratórios, que não estavam preparados para atender à demanda. Condenava a política de marketing do governo e que o genérico era tratado entre os comerciantes como bonificação. Há décadas o produto vinha sendo entregue nas farmácias na proporção de 4 por 1, ou seja, o proprietário comprava um e ganhava três de bônus.

A *Folha de S. Paulo*, na edição de 22 de setembro de 2000, em reportagem assinada por Juliana Sofia, da Sucursal de Brasília, noticiou que a Polícia Federal concluíra inquérito apontando o boicote dos genéricos por parte de 21 laboratórios farmacêuticos, cujos representantes estiveram reunidos em julho de 1999. A Secretaria de Direito Econômico abriu processo contra os laboratórios.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Farmácias do Distrito Federal, Antônio Barbosa, os laboratórios faziam propagandas enganosas anunciando a venda de medicamentos genéricos enquanto eram apenas similares ou comercializados pelo nome do princípio ativo.

Na época, a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) foi responsabilizada por uma campanha colocando em questão a qualidade dos genéricos.

Na edição de 29 de setembro, na *Folha*, o ministro da Saúde, José Serra, disse que poderia adotar medidas para aumentar o acesso aos genéricos, como obrigar as farmácias a colocarem uma estante com esses remédios. O ministro lançou um lote de 16 medicamentos genéricos importados do Canadá e seis produzidos no Brasil. Ele reconheceu que para as farmácias era mais rentável não vender genéricos e existiam laboratórios que aumentaram os descontos para venderem similares no lugar dos genéricos.

O desfile de Sete de Setembro de 2000 transformou-se em um ato político em Dourados, com manifestantes criticando a política do governo do Estado, aproveitando o protesto, em todo o País, do Grito dos Excluídos, com o lema “Progresso e Vida, Pátria sem Dívida\$”.

O *Diário do Povo* estampou uma foto de capa mostrando uma faixa na qual os manifestantes agradeciam o governador José Orcírio e o deputado Tetila “pelos 500 presos que nos mandou”, referindo-se ao fato do governo ter removido 500 presidiários para a penitenciária “Harry Amorim Costa”.

O jornal citava um número de 20 mil pessoas que assistiram ao desfile. Sindicalistas, indígenas, mulheres e crianças desfilaram com faixas defendendo a soberania nacional, o pagamento dos salários e o cumprimento das promessas de reajuste no Estado. Em Campo Grande houve protesto semelhante, mas como o movimento aconteceu em um momento de disputa eleitoral, os opositores se aproveitaram para explorar ao máximo o protesto.

Uma prova disso foi dada na edição de 18 de setembro, quando o Comitê de Defesa Popular de Dourados publicou uma nota de esclarecimento afirmando que durante seis anos vinha participando dos desfiles, cujo objetivo era mostrar à sociedade as desigualdades sociais.

Neste ano, porém, um grupo isolado se infiltrou no desfile fazendo-se passar por funcionários

públicos, num manifesto dirigido ao Governo do Estado e a um Deputado Estadual. É lamentável, mas temos que esclarecer o seguinte: este grupo não representa o funcionalismo público como foi divulgado na imprensa, muito menos tem participação efetiva no Grito dos Excluídos, mas sim, representa um grupo de ‘exploradores’ que possivelmente por míseros trocados, aceitaram ser usados na propaganda eleitoral de uma Coligação e alguns de seus vereadores que vergonhosamente mostraram imagens falando que se tratava de um manifesto do Grito dos Excluídos¹⁶.

Em 8 de setembro, a *Folha de S. Paulo* registrou a sexta edição do “Grito dos Excluídos” em Aparecida, reunindo 85 mil pessoas, segundo a Basílica Nacional. “Enquanto houver exclusão social, o povo brasileiro não será totalmente independente”, disse o cardeal arcebispo dom Aloísio Lorscheider.

Na oferenda, manifestantes levaram ao altar uma carteira de trabalho e uma urna do plebiscito da dívida externa, além de terra, água, flores e vinho, símbolos das principais reivindicações dos excluídos – trabalho, justiça social, moradia e qualidade de vida¹⁷.

Os presentes ao ato do “Grito dos Excluídos”, após a missa, segundo a *Folha*, foram levados a dizer não ao neoliberalismo, ao pagamento da dívida externa, aos latifúndios e às privatizações. Em Brasília, o evento reuniu 250 pessoas, menos que nos anos anteriores.

REFERÊNCIAS

- ¹ FALCÃO, Paulo. **Entrevista gravada**. Dourados, 7 maio 2003.
- ² CALES, Vitoriano Carbonera. **Entrevista gravada**. Dourados (MS), 5 jun. 2003.
- ³ Ibid.
- ⁴ Ibid.
- ⁵ Ibid.
- ⁶ Ibid.
- ⁷ Ibid.
- ⁸ FARIA, Cícero. Informe C. **Jornal Diário do Povo**, Dourados (MS), 16 set. 1993. p. 7.
- ⁹ TORRACA, João Carlos. JC Torraca. **Jornal Diário do Povo**, Dourados (MS), out. 1993. p. 2.
- ¹⁰ SÁ, Junia Nogueira de. **Ombudman da Folha de S. Paulo**. <http://www.folha.com.br> Acesso em: 22 maio 2003.
- ¹¹ SANTOS, Osmar. Reverendo Orlando: uma história de mais de 40 anos em prol dos índios”. **Jornal Diário do Povo**, Dourados (MS), 19 abr. 1995. p. 6.
- ¹² ANTUNES, Paulo de Bessa; GOMES, Mércio. **O suicídio dos guaranis e os direitos humanos**. <http://www.folha.com.br> Acesso em: 23 maio 2003.
- ¹³ SAYD, João. **Dez por cento**. <http://www.folha.com.br> Acesso em: 23 maio 2003.
- ¹⁴ FROES, Carlos. PC Farias. **Jornal Diário do Povo**, Dourados (MS), 2 de jul. 1996. p. 2.
- ¹⁵ 1000ª edição. **Jornal Diário do Povo**, Dourados (MS), 19 jun. 1997. p. 2.
- ¹⁷ NOTA de esclarecimento do Comitê de Defesa Popular de Dourados. **Jornal Diário do Povo**, Dourados (MS), 18 set. 2000. p. 3.
- ¹⁸ MANIFESTAÇÃO em Aparecida reúne 85 mil. <http://www.folha.com.br> Acesso em: 23 maio 2003.

“Mas deve observar que SANTO AGOSTINHO, sobretudo nas últimas obras, reconhece, junto a este saber fundado na iluminação divina, outro campo do saber, cuja fonte é a experiência” .

Johannes Hessen

*“(...) Alguns verão e julgarão com a alma
Outros verão e julgarão com a alma que
eles não têm
Ouvirão apenas dizer...
Será belo e será ridículo
Haverá quem mude como os ventos (...)”*

Vinicius de Moraes

CAPÍTULO IV

O DIÁRIO MS

A primeira edição do *Diário MS* rodou em 13 de

dezembro de 2000, com dois cadernos coloridos e impressos com papel sulfite. O nome foi alterado porque já existia registrada a marca Diário do Povo, nome de um jornal de Campinas (SP).

As instalações mudaram da Rua Mato Grosso, 1688, para a sede própria, na esquina da Rua Joaquim Teixeira Alves com a Rua Toshinobu Katayama.

A troca do nome coincidiu com a mudança para o novo prédio.

A direção do jornal descobriu a marca registrada quando precisou importar papel em razão da crise do produto naquele período, a ponto de os jornais serem orientados pelas indústrias a diminuir o tamanho das páginas.

Por várias edições, tanto o **Diário do Povo** como o **Diário MS** trouxeram no alto da capa um selo com os dizeres “edição impressa com papel importado”, uma exigência que se fez na época para identificar o origem. Apenas o Jornal da Praça, em Mato Grosso do Sul, circula até julho de 2003 com o tamanho antigo.

O chefe administrativo e do Departamento Pessoal, Sílvio César Correia, 32 anos, reuniu documentos para encaminhar o processo, por intermédio do Sebrae, para o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e solicitou autorização para importar papel junto à Receita, procedimentos exigidos na época para a compra no exterior, quando então constatou a duplicidade do nome.

O papel importado era mais barato, mas alguns meses depois os preços se equilibraram, e a empresa voltou a comprar o produto das empresas nacionais. A partir desse período, a Receita Federal impôs controle no consumo. O **Diário MS** declara a cada trimestre o volume de papel gasto.

Embora isto não tenha sido determinante, a Folha do Povo causou pequena confusão entre os leitores do **Diário do Povo**. Ocorreram situações de reportagens publicadas naquele jornal e o leitor citado, sentindo-se prejudicado, reclamar no **Diário do Povo**.

A direção e a Redação estudaram um novo nome. Entre os nomes sugeridos, como “Diário do Cone-Sul”, “Diário do Sul”, “Diário de Dourados”, o diretor teve a idéia do **Diário MS**, tomando o cuidado de patenteá-lo. A idéia era se ter uma marca abrangente e não limitada a uma determinada região do Estado.

Novamente as mudanças foram marcadas por investimentos. O prédio, mais espaçoso, foi comprado em parcelas; o novo projeto gráfico foi imaginado, amadurecido e concebido internamente; o Centro de Processamento de Dados, recorda Vítor Cales, se esmerou na inovação do designer.

A direção adquiriu mais três unidades mecânicas da rotativa e as quatro existentes passaram por uma reforma

geral. Esses equipamentos, em razão do tempo e do ritmo de trabalho, exigem manutenções constantes.

Em julho de 2003 estão sendo reformadas outras duas unidades da impressora, a serem instaladas até 15 de setembro de 2003. O jornal passará a ter duas rotativas, garantindo a produção na eventualidade de pane de uma das máquinas, além de proporcionar maior agilidade na impressão dos cadernos.

Em julho de 2003, além das adaptações internas no prédio, está sendo instalado um motor estacionário com capacidade para 115 KVA, justamente para a circulação não ser prejudicada na eventualidade de apagões e racionamento de energia elétrica. Essa potência é superior à necessidade de todo o jornal.

A intenção, segundo Vítor Cales, é ter dois equipamentos nas linhas mestras de produção, para não deixar de maneira alguma o leitor sem a edição. Para atingir esse nível de segurança, só falta uma segunda máquina do tipo da “Imagger-Setter”, para fotolitos coloridos, a “misturadora” de cores, similar àquela de US\$ 50 mil comprada em 1997.

Nós nunca estamos satisfeitos. Sempre estamos procurando aprimorar para oferecer um jornal mais bonito, seja buscando uma novidade que surge no mercado, seja vendo as mudanças feitas por outros jornais. Não existe um projeto fixo, sempre estamos tentando mudar para agradar. Para mim, que vim do processo de chumbão, qualquer mudança causa choque, mas precisamos ver sempre o que é melhor. Criamos as janelas nas páginas, depois tiramo-nas do Caderno de Região, atualmente há um espaçamento menor entre as letras porque está crescendo o número de notícias, enfim, hoje o **Diário MS** é o jornal com maior de número de notícias em relação a todos os outros do Estado¹.

O **Diário MS** foi inaugurado em 20 de dezembro de 2000, dia do aniversário da cidade de Dourados.

No discurso de inauguração, diante de ilustres presenças, incluindo o governador do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos, e um público convidado de 300 pessoas, o diretor disse que a Editora Fátima Ltda. contrariava o rumo natural das coisas e mesmo em um momento de recessão, resolvia apostar na notícia. Vinha sendo concretizado o sonho de oferecer um jornal moderno aos leitores e a nova fase resultava da parceria com funcionários, clientes, fornecedores, companheiros e amigos.

Cales homenageou o deputado Londres Machado (PL), presente ao evento, pela parceria e companheirismo e comentou os boatos segundo os quais Londres e Braz Melo seriam sócios do jornal. Havia sim, relatou o diretor, uma amizade de respeito entre eles.

Meu relacionamento pessoal com o deputado Londres Machado e com o prefeito Braz Melo já rendeu muitos comentários, até colocando ambos como sócios dessa empresa. Infelizmente, ainda não tive esse privilégio, mas quem sabe a gente possa conversar e tornar isso uma realidade².

O deputado Londres Machado, em seu discurso, recordou que já chegara a atender telefonemas de prefeitos amigos da região pedindo para ele interceder junto ao Vítor, para não publicar determinada matéria. Pensavam, declarou, que ele seria dono do jornal.

Afirmou que realmente teve vontade de montar um jornal mas desistiu, não teve, sublinhou, a mesma coragem de Vítor Cales:

Falei para ele (Vítor), você vai quebrar (...) A Ilda (esposa do deputado), por outro lado, o aconselhou a entregar seu projeto nas mãos de Deus e seguir seu próprio desafio. O Vítor acreditou mais na Ilda e hoje, com alegria, vejo que o jornal prosperou e o **Diário MS** que já foi Zangão, do Vale e do Povo, está aí, firme, com uma boa estrutura e consolidando-se como um

O governador disse que o **Diário MS** era modelo para o Estado. Os jornais precisam buscar independência e os políticos deveriam respeitar isso, reconheceu. Afirmou que naqueles dois anos procurou manter uma nova relação com a imprensa. Quando viajava para Dourados, naquele dia, comentou a leitura do jornal e o anúncio institucional: “O **Diário do Povo** agora é **Diário MS**, mas continua do Povo”, publicado durante várias edições naquele período de sedimentação da nova marca.

O escritor Breno V. Bôas, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, escreveu um artigo elogioso para o jornal, em 20 de fevereiro de 2001. Ele afirmou que o **Diário do Povo** sempre foi bom e o **Diário MS** ficou melhor ainda, mas cobrou a página 2 sendo dedicada apenas ao editorial e aos artigos políticos e econômicos, e que os de natureza religiosa caberiam melhor em outras páginas. Mostrou-se surpreso ao ver a referida página, certo dia, cercada com artigos religiosos e matérias. A ausência de opinião deixava o “simpático jornal assim como meio sem cérebro (...) De resto, o jornal está impecável”.

Atualmente, a página 2 é dedicada integralmente para a publicação de artigos de opinião.

A obrigação de surpreender o leitor

Durante uma nova reformulação gráfica, em novembro de 2001, já sob a gerência de Alfredo Barbara Neto, o jornal ganhou “janelas” em todas as páginas – pequenas notas, com fotos ou não, colocadas no alto da página – e iniciou-se um trabalho mais ousado no visual das capas. As legendas deixaram de ter um tamanho definido, apresentadas no estilo “elemento vazado”.

O jornalista Paulo Rocaro, de Ponta Porã, autor do livro **A Tempestade** (2002), regularmente escrevendo artigos para o jornal, no dia 7 de novembro comentou sobre o novo visual do **Diário MS**, destacando a valorização do espaço e

que todas as páginas pareciam com a primeira. “Poucos jornais evoluíram tanto desde a sua fundação, como o Diário (...) Isso prova que a mesmice é um mal do qual o Diário nunca vai padecer”, afirmou.

No dia 14 de novembro Alfredo Barbara participou da “Roda de Negócios” da Associação Comercial e Industrial de Dourados (Acid), onde falou aos empresários sobre a reforma e a criação do Cartão do Assinante, que prevê descontos em consultas médicas, exames, farmácias e lojas comerciais. Ele foi convidado pelo presidente da época, Sérgio Braga, para participar da “Roda”.

Desde março de 2002, o *Diário MS* tem um editor de capa, o jornalista Hélio de Freitas, que passou a acumular também a função de chefe de Redação e editor de política.

Só quem trabalha em Redação conhece a importância de cada centímetro da primeira página, afirmou. “A capa tem a missão de chamar a atenção do leitor para as reportagens de maior impacto da edição”.

O editor, explicou, não pode se limitar a escrever pequenos textos com o resumo das reportagens e distribuí-los entre fotos na primeira página. “A capa tem que surpreender o leitor, trazer algo de novo, um produto diferente daquilo divulgado, no dia anterior, nas rádios, televisão e a internet”.

As informações podem até ser as mesmas já divulgadas, mas o produto tem que receber tratamento diferenciado. “Mas o esforço pode ser inútil se não houver reportagem consistente, informação de qualidade e exclusiva”.

O uso de títulos em letras maiores, com palavras mais fortes e às vezes entre aspas, foi outro recurso para prender a atenção do leitor, disse. Esse recurso estimula a leitura da chamada e desperta atenção para a reportagem interna.

O desafio maior, afirmou, é cumprir a regra de que a estética da capa não deve ter padrão. “Tentamos fazer uma diagramação diferente todos os dias. Nem sempre é possível, mas procuramos mudar pelo menos a divisão das fotos”.

A publicação de texto apenas na capa, sem reportagem nas páginas internas, foi abolida, mas há exceções porque nunca se sabe o que pode acontecer a qualquer momento, e o jornal precisa cumprir horários de fechamento.

Um jornal que não tenha pelo menos uma reportagem exclusiva em suas páginas, que não acrescente nada ao que já é de conhecimento público, está condenado à extinção, sublinhou Freitas.

Em jornal não existe agilidade, não temos como concorrer com a internet. Então o que o jornal pode oferecer a seu leitor? Conteúdo, informações exclusivas, checadas e extremamente confiáveis. A perfeição humana, embora perseguida por muitos, jamais será alcançada. No jornalismo impresso, entretanto, essa perfeição não fica tão longe assim. Acho que o jornalista tem a obrigação de arrumar tempo para aperfeiçoar seu texto, corrigir quantas vezes for necessário para garantir exatidão. É o que temos a oferecer aos leitores⁴.

O ***Diário MS*** mantém uma Redação permanentemente ativa. O primeiro repórter e os fotógrafos chegam por volta das 8 horas e o chefe de Redação normalmente encerra o expediente às 22 horas, salvo em situações especiais, quando o horário de fechamento se prolonga até por mais tempo. No horário do almoço sempre fica um repórter e um fotógrafo de plantão, assim como no início da noite, além dos celulares ligados para uma eventualidade.

A pauta da editoria de Cidade e de Política é discutida, como de praxe, no final da tarde e na manhã seguinte, os repórteres já saem com destino certo. Nos finais de semana e feriados, é feito revezamento para a cobertura dos eventos e todos trabalham aos domingos.

Terceiro, a estratégia deve reconhecer que a qualidade do jornalismo está directamente relacionada com a qualidade dos jornalistas. É tempo de reconhecer o que é que isto significa. As soluções do passado quanto ao recrutamento dos jornalistas estão ultrapassadas. Os jornalistas necessitam de preparação especial para uma das mais difíceis profissões, e o jornalismo é uma profissão (que caminha cada vez mais para um

lugar ao lado do médico e do advogado) e não um emprego. Os jornalistas no início do século XXI têm mais em comum com outras profissões liberais que com os elementos mais míticos do proletariado⁵.

2001 – O Rei da Maconha, mercado da carne, racionamento de energia e o ataque terrorista aos EUA

Em 19 de janeiro de 2001, foi noticiada a morte, no dia anterior, do médico e ex-vereador Áureo Garcia Ribeiro (1983-1988 e 1989-1992), aos 67 anos, conhecido por sua oratória brilhante.

Em 22 de janeiro, o *Diário MS* informava o assassinato, no dia anterior, na Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande, de João Morel, 63 anos, conhecido como o “Rei da Maconha” do Brasil. Os dois filhos dele, dias atrás, tinham sido executados em Capitan Bado, na divisa entre Brasil e Paraguai, a mando do traficante Fernandinho Beira-Mar.

O jornal comentou que havia suspeitas da morte de Morel também ter sido encomendada por Beira-Mar. Morel foi assassinado a golpes de chuçó pelo presidiário Odair Moreira da Silva, 24 anos. Consta no texto que ele teria sido morto porque iria contar para a polícia como funcionava o esquema do tráfico na fronteira, onde Beira-Mar tem ramificações.

No dia 23 o *Diário MS* estampava na capa a foto, de Ademir Almeida, do sepultamento de Morel em Juti. A reportagem foi assinada por Paulo Rocaro. O repórter narrou que o clima na fronteira era tenso. Morel teria construído seu império em Capitan Bado através do contrabando e do tráfico. Naquela cidade fronteiriça, mantinha ações sociais para disfarçar a sua ação criminoso, mas era considerado um homem calmo e educado e nos últimos anos trabalhava também como pecuarista.

Ele teria sido assassinado porque, após a morte dos filhos, teria mandado seus homens “caçarem” Beira-Mar. O traficante carioca a partir de então assumiria o comando do tráfico na fronteira, principalmente em Pedro Juan Caballero e

Salto del Guayra, que são os locais onde mais se produz maconha na América do Sul.

Em Juti, onde Morel morava com a família, segundo o repórter, além da tensão, “o medo é visível por causa de uma possível deflagração de guerra entre quadrilhas do narcotráfico”. O cartel controlado pela família Morel era concorrente de Beira-Mar.

A *Folha de S. Paulo* registrou na edição de 22 de janeiro de 2001, o assassinato de João Morel, apontado, conforme a reportagem da Agência Folha em Campo Grande, pela CPI do Narcotráfico como o principal distribuidor de maconha na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ele estava preso desde março de 2000, acusado de ser o dono de um carregamento de cocaína encontrado dentro de um avião que caiu em Eldorado (MS). Havia sido condenado a oito anos de prisão, recorreu, a sentença foi anulada, e ele poderia ser solto por falta de provas.

O repórter Celso Bejarano Jr., da *Folha*, informava no dia 28 de janeiro que Mato Grosso do Sul concentrou, em 2000, 75% das apreensões de maconha do Brasil, um recorde histórico. “Enquanto isso, na fronteira com o Paraguai, desenrola-se uma guerra entre traficantes rivais, com assassinatos, prisões e vinganças”.

A superintendente da Agência Popular de Comunicação do Governo do Estado, Sandra Recalde, anunciou, em publicação que saiu em 8 de fevereiro, a campanha do selo da carne bovina de Mato Grosso do Sul em resposta ao boicote canadense ao produto.

A idéia era mostrar que o gado de Mato Grosso do Sul era alimentado em pastagens, sem aditivos químicos. O governador José Orcírio se comprometeu, em reunião com representantes do setor, a pressionar o governo federal para agilizar a Instrução Normativa que liberava o trânsito de animais de Mato Grosso do Sul para o abate dentro do País e o comércio de carne com osso para outros Estados.

No dia 8 de fevereiro, o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, assinou a portaria suspendendo parcialmente as fronteiras sanitárias impostas ao Estado em razão dos focos de febre aftosa, registrados em dezembro de 1998. Em reportagem de Graciliano Rocha, publicada em 9 de

fevereiro, o jornal informava que a portaria era um passo, mas ainda não era capaz de garantir o volume de negócios da pecuária registrado antes das restrições. Com a medida, o Estado poderia comercializar carne principalmente com os frigoríficos de São Paulo, o principal comprador.

Mato Grosso do Sul chegou a ter prejuízo de R\$ 260 milhões por causa da diferença maior de preço em relação a São Paulo, afirmou o presidente da Acrisul, Laucídio Coelho. O preço da arroba, naquele período, era de R\$ 33, enquanto em São Paulo custava R\$ 39.

O Canadá tinha boicotado a importação da carne brasileira alegando o risco da “vaca louca”. Em 15 de fevereiro é registrada a vinda de uma missão técnica daquele País, do México e dos EUA em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de inspecionar as condições sanitárias do rebanho.

A missão admitia que não via problemas com o gado nascido no Brasil, mas sim com os quatro mil animais importados pelo Brasil da Alemanha e da França após 1990.

No início de maio, o Comando Militar do Oeste mobilizou três mil homens para dar apoio, no Estado, às barreiras sanitárias como parte da Operação “Boiadeiro II”. O objetivo foi impedir a entrada de gado paraguaio e evitar a contaminação do rebanho brasileiro pela febre aftosa, o que comprometeria novamente as exportações. Foram fiscalizados 1,1 mil quilômetros de fronteiras.

Em 5 de maio, o Presidente FHC elogiou as ações do governo do Estado para evitar a entrada da doença pela Argentina e Uruguai. Afirmou que os problemas para a ampliação da área livre da febre aftosa estavam sendo solucionados com rapidez e que a meta para que o rebanho do Brasil estivesse totalmente livre da doença, deveria ser antecipado de 2005 para possivelmente o final de 2002.

Em 10 de maio, FHC veio ao Estado para inaugurar a ponte sobre o Rio Paraguai. Foi a segunda visita dele no segundo mandato.

Em 21 de maio o jornal informou que o governador viajaria naquela semana para a França para acompanhar, em Paris, a reunião do Escritório Internacional de Epizootias (OIE), que iria analisar a concessão de certificado internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação nos

Estados de MS, MT, MG, RJ, ES, BA e TO. O selo abriria as portas para o mercado internacional. A comitiva de Mato Grosso do Sul viajou no dia 25.

O **Diário MS** informava na manchete de 29 de maio que Mato Grosso do Sul tinha recebido o certificado. A carne é o primeiro item nas exportações do Estado, superando a soja. A OIE congrega 160 países. De janeiro a abril de 2001, o volume de exportações chegou a R\$ 87,9 milhões, um crescimento de 459% em relação aos quatro primeiros meses do ano anterior.

O presidente do OIE, Romano Morabelli, esteve em Mato Grosso do Sul em 4 de julho e afirmou que o Estado conquistaria em breve a Europa, em razão da qualidade da carne e do trabalho de vigilância sanitária desenvolvida ao longo dos últimos dois anos.

Em 3 de agosto, o jornal noticiou a vinda, novamente, de FHC ao Estado para o lançamento do Projeto Vitelo Orgânico do Pantanal, que visava garantir a conquista de novos nichos do mercado internacional. A carne de vitelo é do bezerro (macho ou fêmea) desmamado entre sete e doze meses, pesando cerca de 180 quilos; é uma carne macia e muito saborosa. Mato Grosso do Sul detinha, em 2001, o maior rebanho bovino do País, com 23 milhões de cabeças, 43% das exportações de carne.

Em 6 de março, o **Diário MS** noticiou a morte do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), aos 70 anos. Ele foi sepultado em Santos (SP).

No dia 3 de abril, morreu o ex-prefeito de Dourados, José Cerveira, aos 80 anos.

Em 7 de agosto, o **Diário MS** publicou a morte do escritor Jorge Amado, aos 88 anos, em Salvador (BA).

Em 13 de agosto, houve o registro da morte do deputado federal Flávio Derzi (PMDB), aos 50 anos, vítima de câncer, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. Ele foi velado na Assembléia Legislativa, em Campo Grande.

O racionamento de energia elétrica em todo o País foi um assunto que ocupou insistentemente o noticiário durante a maior parte de 2001. Em 18 de abril foi publicada uma reportagem afirmando que a Enersul desencadearia uma

campanha educativa no Estado para evitar o racionamento em 2002.

Em maio, o governo do Estado iniciou o racionamento nos prédios públicos, esperando uma economia de 25%. Conforme notícia publicada em 12 de maio, a redução nos gastos chegaria a R\$ 2 milhões por ano porque o Estado gastava R\$ 8,2 milhões para iluminar 1.196 pontos, um consumo de 3.606.616 megawatts. O expediente nas repartições foi reduzido das 12 horas às 18 horas, válido por 180 dias.

O *Diário MS* publicou várias reportagens sobre esse assunto. No dia 15 de maio o leitor foi informado que Mato Grosso do Sul deveria ser um dos Estados mais prejudicados, porque se o Brasil entrasse em situação de risco, os primeiros Estados a sofrerem apagões seriam os que se encontravam na ponta das linhas de transmissão, com pouca atividade industrial e pequena produção de energia elétrica, entre os quais, Mato Grosso do Sul.

Na mesma edição, FHC anunciava a antecipação do período de racionamento para 18 de abril nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. No dia 14 ele instalou a Câmara de Gestão da Crise de Energia.

Vários setores de Dourados iniciaram o racionamento. A partir de junho a UFMS, a Federação de Futebol e o Sindicato dos Postos de Combustíveis adotaram pacotes antiapagões. O jornal dizia que as medidas estavam sendo mantidas em sigilo.

No dia 25 de maio, foram publicadas as regras para o racionamento em todo o País. O Governo trocou as multas por uma tarifa adicional de até 200% para o consumidor que não cumprisse a meta. A economia evitaria os apagões e existia a expectativa das chuvas para encher os reservatórios até níveis satisfatórios. O prefeito Laerte Tetila, em 19 de maio, culpou FHC por esse problema, argumentando que assim o governo federal tentava camuflar a crise e os escândalos no Congresso e ainda impediria a abertura da CPI da Corrupção.

Em 23 de maio, a população foi surpreendida com a notícia segundo a qual o racionamento seria menor em Mato Grosso do Sul e o índice de exigência foi reduzido de 20%

para 10%. O Estado não se enquadrava entre os grandes consumidores de energia.

Em 26 de maio, a Enersul poderia conseguir R\$ 20 milhões do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para ampliar a rede de distribuição de energia, principalmente na zona rural.

O cardiologista e escritor Luiz Ovando, de Campo Grande, escreveu um artigo para o ***Diário MS*** do dia 30 de maio no qual recordava o apagão de 11 de março de 1999, que deixou metade do País às escuras por quase seis horas. Observou que o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, tinha informado que o blecaute reforçava a necessidade de privatização do setor. Criticava o governo e a postura de FHC ao afirmar em público que não sabia da crise de energia no País. Nove meses antes havia sido lançado um programa para a construção de 49 usinas termoelétricas que gerariam 15 GWh, o equivalente a 25% da geração de energia do País. Chamou o Presidente textualmente de mentiroso.

Em 4 de julho, o jornal produziu uma reportagem sobre o comportamento dos consumidores locais e constatava que as metas tinham sido atingidas. A população desligou os freezers, demorou menos tempo nos banhos, andou por ruas escuras, trocou as lâmpadas e os condomínios desligaram os elevadores.

Mas em 23 de outubro o jornal informava que o apagão penalizaria 100 famílias de Dourados que não atingiram as metas. A Enersul cortou o fornecimento dessas residências e fez a religação após três dias, conforme Resolução do governo federal. Em setembro foram feitos 2.495 cortes no Estado.

Em 3 de dezembro, as Prefeituras de Guia Lopes da Laguna, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Tacuru, Rio Negro, Bataguassu, Miranda, Jaguari, Caarapó, Iguatemi e Juti poderiam ter o fornecimento de energia cortado porque também não cumpriram as metas de racionamento.

Em 12 de setembro, o jornal registrava o terrível ataque terrorista contra o World Trade Center, no coração do distrito financeiro de Nova Iorque, quando jatos comerciais, com passageiros e tripulantes, foram seqüestrados para um ataque suicida contra os prédios com 110 andares, onde estavam 50 mil pessoas.

As torres desabaram sobre a ilha de Manhattan menos de uma hora depois de serem atingidas nos andares superiores por dois aviões. Um terceiro avião atingiu o Pentágono e um quarto foi abatido com passageiros.

As autoridades acreditavam, segundo o jornal, que 20 mil pessoas já haviam chegado aos seus escritórios quando um dos aviões bateu na torre Sul. Acreditava-se que outras 150 mil pessoas transitavam pelos dois prédios que tinham, no subterrâneo, um dos grandes entroncamentos de trens urbanos.

As Forças Armadas dos Estados Unidos entraram no estado mais avançado de prontidão.

Os deputados, na Assembléia Legislativa, interromperam os trabalhos para acompanhar a tragédia que foi transmitida ao vivo pela televisão. O ataque aconteceu por volta das 12 horas, horário local. Os aviões tinham 266 pessoas e na tarde daquele dia, já se falava em dez mil mortes.

O governador José Orcírio comentou que estava perplexo e indignado. O deputado Antônio Braga (PMDB) era um dos mais aflitos porque tinha dois filhos estudando nos Estados Unidos e havia dificuldade de comunicação. Mas os filhos moravam em Dallas.

Na reportagem produzida pela sucursal de Campo Grande, foi ouvida uma pessoa que estava morando no Líbano, trabalhando com escolinhas de futebol, Henrique Lemes Soares. Ele disse que no Sul do Líbano o clima era de festa. “A festa deles lembra a nossa alegria com as vitórias da Seleção numa Copa de Mundo”.

Jane Lacerda, também da Capital e que residia em Nova York há doze anos, disse ao repórter Paulo Nonato que o atentado deixou os Estados Unidos em estado de choque.

O jornal não deu continuidade a essa tragédia. Na edição especial publicada em 14 de setembro sobre o 8º ano do *Diário MS*, a Redação justificava a falha argumentando que era preciso dar maior destaque para o noticiário regional, sem desmerecer o nacional e internacional. O jornal, segundo o texto, não tinha dúvidas de optar entre uma nota de Jateí ou uma de Nova York. O ataque sobre os EUA foi o maior da história daquele país e abalou o mundo ocidental.

2002 – A esquerda chega ao Poder, Madre Paulina é canonizada e o pentacampeonato

O Brasil viveu um ano de eleições presidenciais, e a sucessão em Mato Grosso do Sul foi marcada pelo embate de forças entre os partidos de direita e os progressistas, com as frentes de centro-esquerda se dividindo entre os dois lados. Pela primeira vez na história de Mato Grosso do Sul uma mulher, a deputada federal Marisa Serrano (PSDB), foi candidata ao governo do Estado, surpreendeu em votação e quase derrotando o governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT.

A candidatura de Lula foi ameaçada pelo fenômeno Roseana Sarney (PFL) que inicialmente disparou nas pesquisas, mas depois caiu em descrédito em razão das denúncias contra ela e o marido. A candidatura, segundo o noticiário, teria sido “detonada” por fontes do próprio Palácio do Planalto para favorecer o ex-ministro da Saúde, José Serra.

Surgiram suspeitas pesadas contra a governadora do Maranhão depois da Polícia Federal ter apreendido dinheiro no escritório da empresa Lunus Serviços e Participações, de propriedade dela e do marido Jorge Murad. Foram encontrados R\$ 1,34 milhão que, segundo as denúncias, seriam usados na campanha.

As questões sociais dominaram o debate político e a pobreza que atingia 50 milhões de brasileiros naquele período, ocupou espaço significativo nas campanhas.

O candidato natural ao processo sucessório, o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli (PMDB), principal adversário de José Orcírio, acabou desistindo da candidatura sem dar muitas explicações, sendo a primeira grande surpresa das eleições de 2002. Mas entrou com determinação na campanha de Marisa e ajudou-a a fazer um trabalho brilhante.

O PT teria, segundo as análises, vencido logo no primeiro turno, mas houve um esforço concentrado para se eleger o maior número de deputados e o primeiro senador do partido, o ex-ministro das Minas e Energia do Governo Itamar Franco, Delcídio do Amaral, e por isso a campanha se dividiu, com cada um correndo atrás dos seus próprios votos. No

segundo turno os petistas, o PL e os dissidentes dos outros partidos se agruparam em torno da candidatura de José Orcírio.

O senador Ramez Tebet (PMDB), com a popularidade em alta depois de ter sido o primeiro político de Mato Grosso do Sul a ocupar a presidência da Casa, conseguiu se reeleger.

Marisa Serrano, no segundo turno, uniu três candidatos ao governo, o PDT e até mesmo o PPS de Campo Grande, um partido com profundas raízes esquerdistas porque se originou do lendário PCB. O PPS de Dourados, por coerência, decidiu apoiar o PT.

Lula teve uma apoteótica recepção em Dourados nos momentos finais da campanha, ajudando a alavancar mais votos para José Orcírio no colégio eleitoral cuja prefeitura é administrada pelo PT, mas perdeu por pequena diferença de votos no primeiro turno e ganhou por também pequena margem no segundo.

As eleições dominaram o noticiário a partir de janeiro e o **Diário MS** registrou todos os passos dessa briga política que novamente fez história em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Em 3 de janeiro, o PT tentava impugnar uma possível candidatura de André Puccinelli, sob a acusação de abuso do poder econômico e político, isso porque o PMDB veiculou uma propaganda em cadeia de rádio e teve repercutindo uma pesquisa vantajosa ao candidato do PMDB em uma eventual disputa. O programa chegou a ser retirado do ar por força de uma liminar do desembargador Claudionor Abss Duarte.

Zeca, conforme a edição desse mesmo dia, ainda estudava as estratégias de campanha. O governador disse em 9 de janeiro que só discutiria a campanha a partir de abril, e André argumentou ser inocente no caso da pesquisa.

O PMDB retrucou com uma ação pedindo a suspensão da distribuição de cestas básicas do Programa de Segurança Alimentar, o que poderia induzir o eleitorado.

O ex-governador Pedro Pedrossian (PST) saiu do silêncio em 14 de janeiro e acenou com a possibilidade de apoiar Zeca do PT, aproveitando para criticar André por ter sido imprudente ao antecipar os nomes que apoiaria para o Senado nas eleições de 6 de outubro.

Em 17 de janeiro, o governador defendia um controle rígido para evitar o uso da máquina pública na campanha, e o PSDB antecipava a convenção regional para fevereiro.

No dia 20 de janeiro, em Juquitiba, a 70 km de São Paulo, foi encontrado o corpo do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), seqüestrado na sexta-feira anterior. Foi o segundo prefeito do PT assassinato em pouco mais de quatro meses. O outro foi Toninho do PT, de Campinas.

No dia 23, o **Diário MS** divulgava o governador Zeca do PT reagindo contra uma ameaça de atentado recebida de um telefonema anônimo na noite da segunda-feira anterior. Ele disse que não iria se esconder, mas reforçou a segurança. Nesse mesmo dia foi dada a notícia segundo a qual André poderia convocar entrevista coletiva para anunciar a candidatura, para pôr fim às especulações de que não seria candidato. Ele acabou realmente confirmando que estaria no páreo e renunciaria ao cargo de prefeito em 6 de abril, data limite prevista pela lei.

No dia 24 o jornal noticiou que o prefeito Laerte Tetila, o deputado João Grandão e o ex-secretário de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Egon Krakhecke, também estariam na lista de prováveis vítimas da violência contra militantes e políticos do PT. O próprio Egon disse isso na Redação do **Diário MS**. Tetila tinha divulgado um enorme dossiê, entregue ao Ministério Público em 25 de janeiro, apontando indícios de irregularidades administrativas contra os ex-prefeitos Braz Melo e Humberto Teixeira.

Em 7 de fevereiro, André descartava a inclusão de Pedrossian na chapa majoritária e elogiou os tucanos, principais aliados de seu projeto político.

Em 26 de fevereiro, André dizia que não acreditava em dificuldades na sua campanha, mas estava preparado para enfrentá-las.

O presidente regional do PT, Vander Loubet, que acabou sendo o deputado federal mais votado na história, disse em 27 de fevereiro que Zeca poderia contar com apoio de dois presidentiáveis, além de Lula: Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB).

Em 28 de fevereiro, o jornal informava que o Tribunal Superior Eleitoral pretendia alterar a Constituição. Pela

mudança, os partidos coligados nacionalmente na disputa à Presidência da República não poderiam ter coligações estaduais com outros partidos com candidatos próprios ao Palácio do Planalto, ou seja, estava sendo estabelecido o alinhamento, “implodindo” as coligações discutidas nos Estados e no País.

Em Mato Grosso do Sul, o jornal explicava na edição daquele mesmo dia que Zeca do PT perderia o PPS e o PSB, e André perderia o PSDB, o PFL da candidata Roseana Sarney e o PTB, que sinalizava apoio a Ciro Gomes.

O governador considerou a decisão “sábia do ponto de vista ideológico”, entendendo que toda coligação deveria ter “caráter ideológico”.

O presidente do Congresso, Ramez Tebet, disse que respeitava a medida, mas faria de tudo para derrubá-la.

No dia 6 de março, o TSE aprovou a verticalização e o partido que não tivesse candidato a Presidente da República estaria livre para compor com qualquer outro nos Estados, mas o que tivesse foi obrigado a se coligar nos Estados com os mesmos aliados.

Com as mudanças, o PFL falou em lançar Murilo Zauith para o governo e Marisa Serrano poderia deixar o palanque de André para assumir a candidatura. Diante da novidade, o quadro era visto pelo PT como desfavorável a André porque desmontou a grande aliança que estava sendo criada em torno dele, com a união do PMDB, PSDB, PFL, PTB e PPB.

Na edição de 12 de março o jornal divulgava que a base de apoio a André estava pressionando-o a recuar. O receio era, até junho, quando se encerraria o prazo das convenções, o PMDB lançar candidato à Presidência e inviabilizar a aliança do PMDB com o PSDB no Estado.

Em 21 de março, foi divulgado que José Serra teria o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, do PMDB, como candidato a vice, o que influenciou o partido em Mato Grosso do Sul.

Em 25 de março, o PT nacional homologou a ficha de filiação do então secretário de Infra-Estrutura do Estado, Delcídio do Amaral, e Egon era citado como candidato ao Senado.

Na edição de 1º de abril, o *Diário MS* estampava a manchete: “André deixa PMDB sem candidato”. O prefeito da Capital desistiu da campanha três dias depois de ter conversado, em Brasília, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e foram especulados três nomes para substituí-lo: do senador Juvêncio César da Fonseca (PMDB), Marisa Serrano ou Ramez Tebet.

André liderava todas as pesquisas. Pedrossian ficou mais otimista para disputar o Senado, e Zeca do PT desconversou a questão dizendo que o assunto ficaria para depois da Copa. Se Juvêncio saísse candidato, o empresário Celso Dal Lago, de Dourados, viraria senador, pois ele é o primeiro suplente.

Em pronunciamento na tevê, André explicou, na noite de 1º de abril, que sua decisão atendia à vontade “da maioria da população campo-grandense” e “decidi continuar prefeito e concluir a missão que recebi do povo de Campo Grande”. Argumentou que precisaria renunciar ao cargo de prefeito e uma pesquisa indicava que o povo não queria isso – mas não citou qual a fonte.

O nome do deputado Marçal Filho (PMDB) também foi lembrado para substituir André, e Tebet descartava a candidatura ao governo.

Na disputa para a Prefeitura de Campo Grande em 1996, André ganhou de Zeca por 411 votos.

Em votação simbólica e por maioria ampla, em 3 de abril, o Senado aprovou projeto contra a verticalização, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), derrubando a Resolução que obrigava os partidos a repetirem nos Estados a mesma coligação que fosse feita para a Presidência da República. Mas o projeto teria que passar pela Câmara dos Deputados.

O deputado Londres Machado (PL) dizia em 3 de abril que o quadro que estava se armando em Mato Grosso do Sul era favorável para o governador.

Lula cresceu nas pesquisas depois que Roseana Sarney desistiu da disputa. Em 10 de abril, ele apareceu com 35% em pesquisa do Ibope-Bank of American. José Serra tinha 18%; Garotinho, 17%, e Ciro Gomes, 11%.

Em 19 de abril, o jornal divulgava que o Supremo Tribunal Federal mantinha as regras das coligações, ou seja, a verticalização.

O quadro sucessório se tornou uma “salada” entre os partidos de direita e de centro-esquerda nesse período. Cada dia surgia um fato novo. Em 24 de abril, o **Diário MS** informava que o PMDB e o PSDB iriam lançar Juvêncio para enfrentar Zeca e o deputado estadual Roberto Orro como vice. Enquanto isso, em Brasília, o gabinete do senador Ramez Tebet anunciava que a candidata ao governo seria Marisa. Os partidos menores sinalizam com a possibilidade de candidatura própria.

Em 26 de abril, Marisa anunciava definitivamente a sua candidatura. Ela começou a campanha fazendo ataques ao governador, e a aliança entre PSDB, PMDB e PFL considerava a luta como a história bíblica de David e Golias. O senador Juvêncio divulgava nota oficial mostrando-se magoado, criticando o PMDB e que o partido tinha se comportado de maneira omissa.

No início de maio, o PSDB queria Murilo para vice e o vereador José Carlos Cimatti (PFL) lança o deputado para disputar a Câmara Federal.

Na edição de 21 de maio, o governador afirmava que aceitaria ser candidato à reeleição se o PT tivesse a “generosidade” de repartir os quatro cargos da chapa majoritária com os partidos. Em 23 de maio, foi noticiado que a deputada federal Rita Camatta (PMDB-ES) seria a vice de José Serra.

O campo majoritário do PT decidiu defender o nome de Delcídio como candidato ao Senado, e o governador vinha articulando a criação de três frentes (Popular, Trabalhista e Social) para apoiar a sua reeleição, unindo 15 partidos. Mas o PPS afirmava que o PT não queria reeditar a coligação “Muda MS”, vitoriosa na eleição anterior.

Em 30 de maio, Marisa visitou o **Diário MS** e dizia que procurava um vice de Dourados.

Em programa do PDT veiculado no Estado na noite de 3 de junho, o partido deixou claro que estava decidindo caminhar com as próprias pernas e lançaria o vice-governador, Moacir Kohl, para disputar a sucessão. O presidente estadual

do partido, João Leite Schimidt, demonstrou insatisfação com o encaminhamento político adotado pelo PT.

O ex-secretário de Habitação da Prefeitura de Campo Grande, Carlos Marun, visitou o **Diário MS** e afirmou que o PTB acreditava que somente o lançamento de candidatura própria salvaria a Frente Trabalhista em Mato Grosso do Sul.

O governador decidiu adiar a definição do vice e o deputado estadual Pedro Teruel (PT) buscava apoio para a sua indicação a vice-governador. Em 10 de junho, a notícia dava conta de que Teruel vencera o deputado federal Ben-Hur Ferreira (PT) na escolha como vice.

Em 11 de junho, Murilo descartava sair como vice, confiante na possibilidade de disputar o Senado.

A campanha de Marisa, por sua vez, vinha crescendo em todo o Estado. O **Diário MS** publicou um editorial em 12 de junho defendendo uma vaga de candidato ao Senado a um político de Dourados com reais chances de vencer. Depois de saírem da disputa Geraldo Resende (PPS) e Egon Krakhecke (PT), o único nome que restava com chances era o de Murilo Zauith (PFL).

No dia 13 de junho, a sociedade civil chegou a realizar um ato público na Praça Antônio João exigindo uma vaga como vice. O movimento foi encabelado pelo professor Júlio Ribeiro. Durante o ato foram colhidas assinaturas pró-Senado para serem entregues ao governador e a Marisa Serrano. A classe política local chegou a realizar uma reunião na Câmara para cobrar de Marisa o nome de Murilo.

Quem acabou saindo ao Senado, de Dourados, foi o ex-vereador João Derli (PSB).

O presidente estadual do PFL, Saulo Queiroz, articulava a aliança de Pedrossian (PST) para ser candidato ao Senado na chapa de Marisa, tirando Murilo do páreo.

No dia 25 de junho, pesquisa apontava Lula com 36,1% e Serra com 20,9%, em sondagem feita pelo Instituto Sensus. Naquele mesmo dia, o jornal divulgava que Murilo poderia disputar a Câmara Federal e Marisa dizia que FHC estaria engajado em sua campanha. O ex-deputado federal Waldir Guerra (PFL) estava sendo sondado para ser suplente de Pedrossian.

André Puccinelli entrou no circuito das negociações e queria lançar Marçal Filho como vice de Marisa, e o PTB, PFL, PST e PPB acenavam com a possibilidade de lançar Carlos Marun (PTB) ao governo.

No dia 28 de junho, o jornal informava que Marçal Filho não aceitava ser vice e a escolha deveria ficar entre Mardônio Alencar (já no PSDB) ou Eduardo Marcondes (PMDB).

Mas como a política muda como nuvem, no dia 1º de julho Marçal aceitara ser vice e explicava, no jornal, o motivo da sua decisão: acreditava em uma administração de grandes realizações a partir de janeiro do ano seguinte.

Definido o páreo, Mato Grosso do Sul teve seis candidatos ao Governo: José Orcírio, Marisa, Marun, Khol, o professor Cláudio Freire (PSB), de Dourados, e Cláudio Anache (PTC).

O governador reavaliou a composição e o nome de Egon Krakhecke foi escolhido para ser seu vice, objetivando valorizar Dourados, o “motor de MS”, segundo disse Zeca em entrevista na Associação Comercial e Industrial (Acid) em 4 de julho.

Em julho, a campanha ganhava as ruas de Dourados. Os gastos dos candidatos foram orçados em R\$ 100 milhões, com base nas previsões apresentadas no TRE.

Serra esteve em Dourados em 9 de julho, permanecendo poucas horas na cidade. Mas Rita Camatta ficou no comício que marcou o lançamento de Marçal. Foram apresentados 347 pedidos de registro de candidaturas em todo o Estado no TRE.

Na edição de 26 de julho o *Diário MS* publicava uma pesquisa da Horus Exata na qual Zeca aparecia com 43% e, Marisa com 28,6% dos votos.

O jornal produziu uma série de entrevistas de página com todos os candidatos ao governo. Em 31 de julho, Lula tinha 33%, Ciro, 28% e Serra com 16%, segundo o Datafolha. Dos cerca de 1,4 milhão de eleitores, 548,6 mil tinham apenas o primeiro grau completo.

Em uma outra pesquisa publicada em 29 de agosto, do Ibope, Zeca venceria no primeiro turno. Ele contava com 46%, contra 26% de Marisa Serrano e 8% de Kohl. Marun tinha 1%.

Pesquisa do Ibope em 16 de setembro mostrava Zeca com 50% da preferência, Marisa com 31%, Marun com 2% e Cláudio Freire e Anache com 1%.

Na edição de 19 de setembro o jornal registrava a visita de Lula, juntamente com o governador, a Rio Brilhante. Lula veio à fazenda Santa Inês, gravar cenas para o programa eleitoral, cujo tema era o rastreamento bovino. A propriedade é do pecuarista José Carlos Bunlai. O **Diário MS** foi um dos únicos jornais do Estado a conseguir uma foto de Lula no local.

Zeca conquistou 509.715 votos (48,33%); Marisa obteve 447.237 (42,41%); Kohl, 55.336 (5,25%); Marun, 22.481 (2,13%); Freire, 18.219 (1,73%) e Anache apenas 1.618 (0,15%). A diferença entre Zeca e Marisa foi pequena, de 62.478 votos, levando a deputada para o segundo turno.

Marun, Kohl e Anache apoiaram Marisa no segundo turno e Freire, Zeca. A edição de 8 de outubro contém a relação dos cinco candidatos a deputado federal e estadual mais votados nos 77 municípios sul-mato-grossenses.

A Assembléia Legislativa teve uma renovação de 37% e a grande “zebra” de Dourados foi a eleição do vereador Ari Artuzi (PMN) para a Assembléia, com 6.821 votos, favorecido pela proporcionalidade da legenda, passando na frente de outros bem votados em Dourados, como a vereadora Bela Barros e o ex-deputado Valdenir Machado.

Lula teve 46,37% dos votos e Serra, 23,69%, conforme informava o jornal de 7 de outubro na apuração feita à 1 hora, com 80% dos votos apurados.

No dia 23 de outubro, Lula passou por Dourados e teve uma recepção apoteótica, realizando um grande comício no centro da cidade. Ele veio de Fortaleza (CE) e saiu de Dourados, à noite, para um outro comício em Florianópolis (SC).

O **Diário MS** trouxe uma capa bonita na edição de 28 de outubro, com a manchete: “A esquerda no Poder”. Lula, 57 anos, teve 61% dos votos, e Zeca, 52 anos, foi reeleito com 53%. Marisa Serrano teve 48,2% dos votos. A edição mostrou fotos do povo festejando nas ruas.

O **Diário MS** publicou em 27 de fevereiro, apenas na capa, com texto e foto, o anúncio feito pelo Papa João Paulo II

que a primeira santa do Brasil seria canonizada em 19 de maio de 2002. A notícia foi dada por toda a mídia nacional. Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus iria se tornar, segundo o governo pontifício do Vaticano, um “espírito brasileiro santificado”.

O processo de canonização começou a tramitar, em Roma, em 1965, exigindo que médicos, peritos e representantes do alto escalão do Vaticano confirmassem ao menos dois milagres atribuídos a Madre Paulina.

A canonização era uma das mais antigas reivindicações dos religiosos do Brasil, a maior nação católica do mundo. O País nunca teve um santo reconhecido pelo Vaticano.

Madre Paulina nasceu na Itália, mas veio para o Brasil com dez anos, em 1875. Ela morreu em 1942, aos 77 anos, no bairro do Ipiranga, São Paulo. Durante toda a sua vida, trabalhou em hospitais, cuidando dos doentes, tradição mantida até hoje pelas freiras da congregação. Depois dela ser canonizada, seria instituído 9 de julho como a data de homenagens a ela, referente ao dia de sua morte.

Em 20 de maio novamente o **Diário MS** retomava o assunto, com texto e foto de fiéis brasileiros em Roma mostrando cartazes da Madre Paulina. A foto era de Valter Campanato, da Agência Brasil. Às 10h32min em Roma, do dia 19 de maio, 4h32min no horário de Mato Grosso do Sul, o Papa leu a fórmula de canonização de cinco beatos, entre as quais a de Madre Paulina, imigrante italiana que tinha trabalhado em Santa Catarina e São Paulo. “Inscrevemos esses beatos no catálogo dos santos e determinamos que eles sejam venerados devotamente em toda a Igreja”, disse João Paulo II.

O Papa, conforme a notícia do jornal, leu o texto em latim, falando com voz cansada e dicção confusa. Quando ele acabou a leitura e o coral cantou três vezes “Amem”, a multidão aplaudiu.

Cerca de 20 mil pessoas acompanharam a cerimônia na Praça de São Pedro. FHC e dona Ruth estiveram presentes, além de vários representantes do episcopado brasileiro e aproximadamente 2.500 brasileiros.

A conquista do tetracampeonato está muito viva na memória dos brasileiros. O **Diário MS** fez uma significativa

cobertura e surpreendeu os leitores dando o resultado da partida ocorrida na madrugada e ainda apostando na vitória ao organizar uma edição extra matutina que circulou no dia do último jogo, envolvendo toda a equipe para oferecer o melhor trabalho em informação, agilidade, fotografia e repercussão.

Na edição de 16 de maio de 2002, a 15 dias do início da Copa do Mundo, o jornal estampou uma foto com chamada na capa mostrando os comerciantes se preparando para colocar à venda os artigos com as cores da Bandeira do Brasil.

Roupas, chinelos, presilhas de cabeça, peças íntimas, lenços, bijuterias, cintos, blusas, vestidos, enfim, uma série de itens explorando as cores verde e amarela foi colocado à venda.

No dia 27 de maio, o jornal informava o desembarque da Seleção Brasileira na Coréia do Sul, mostrando uma foto de Ronaldinho esticando os olhos na chegada ao aeroporto, brincando com os coreanos que recepcionaram os brasileiros.

A convocação, às pressas, do “meia” Ricardinho foi noticiada em 3 de junho, em substituição a Emerson, que sofreu uma luxação no ombro direito durante treino de reconhecimento do gramado de Ulsan.

O ***Diário MS*** comentava a “Copamania” no editorial daquele dia, afirmando que os brasileiros tinham amanhecido aquele dia sob a expectativa daquilo que é uma unanimidade: a paixão pelo futebol.

A Seleção venceu o primeiro desafio: ganhou da Turquia por 2 a 1 e o jornal destacava a “malandragem brasileira”. A Redação acompanhou o casal Ademir e Leni Wilhelm, do Parque Alvorada, que abriu as portas da casa às 4h30min para receber os vizinhos para assistirem ao jogo. Dois televisores foram instalados na sala. Cada vizinho levou um prato para o café da manhã e o ambiente foi decorado. Nessa partida, contava o jornal, o Brasil venceu, mas não convenceu.

No dia 13, o Brasil venceu a Costa Rica por 5 a 2 e aquele foi considerado o melhor jogo da Seleção até então, ganhando a primeira colocação no Grupo C. A Seleção criou mais chances de jogo do que nas partidas contra a Turquia. O placar foi aberto pelo Brasil aos 10 minutos.

O jornal e a loja “Camisa 10” promoveram um bolão e mais de 400 pessoas até aquela data já haviam recortado o

cupom dos exemplares. Diante do êxito, os parceiros resolveram ampliar a promoção oferecendo aos acertadores um “kit-torcedor” contendo uma camisa, uma bandeira, dois adesivos, um broche, um boné e uma tiara.

No dia 17 o Brasil despachava a Bélgica por 2 a 0 e ficava a três vitórias do penta. Os torcedores fizeram festa nas ruas, confiantes nos jogadores. O atacante Ronaldinho comentou que o próximo jogo entre o Brasil e a Inglaterra, seria a antecipação da final da Copa. Ele tinha assumido a artilharia com cinco gols, ao lado do alemão Miroslav Klose.

O jogo de 21 de junho aconteceu às 2h30min, horário de Mato Grosso do Sul, considerado o maior desafio. Os especialistas diziam que essa seria a partida mais disputada da Copa Coréia-Japão. O técnico Luiz Felipe Scolari fazia mistério e escondeu a tática e a escalação, abrindo mão inclusive do único coletivo da partida contra a Inglaterra.

O dia 21 teve duas edições. A primeira circulou dentro do horário normal para não atrasar a entrega do jornal para a região, mas a de Dourados foi retida, para dar em primeira mão o resultado do jogo.

A página 8 do Primeiro Caderno, colorida, foi toda dedicada à vitória. A manchete da primeira edição foi: “União investe R\$ 17,5 mi em MS” e da segunda: “Bye Bye, Inglaterra! Brasil na semifinal”. A partida terminou em 2 a 1 e aconteceu em Shizuoca, Japão.

A Redação fez inclusive reportagem em bares onde as pessoas se concentraram, vestidas de verde e amarelo, para assistir ao jogo, e ainda registrou a folia nas ruas durante a madrugada. No Taj Bar, por exemplo, aglomeraram-se cerca de 180 pessoas para assistir ao jogo em um telão. Em outro local, no Bilhar S.A., outro grupo de 80 pessoas. O jogo foi considerado dramático. Os gols foram marcados por Rivaldo e Ronaldinho.

No dia 25, o mundo conheceu o novo corte de Ronaldinho, tipo “asa delta”, mas a sua participação era uma dúvida.

O centro da cidade amanheceu deserto na manhã de quarta-feira por causa do jogo entre o Brasil e a Turquia, cujo único gol foi marcado, de bico, por Ronaldinho.

Após o encerramento da partida, a Avenida Marcelino Pires foi tomada por torcedores, com as pessoas gritando, buzinando, soltando rojões e balançando bandeiras e camisetas com as cores verde e amarela. A comemoração acabou atrasando a abertura das lojas, marcada para às 10 horas.

Até mesmo os índios da Reserva de Dourados assistiram ao jogo através de telão e a cena foi mostrada no Jornal Hoje da TV Globo, em rede nacional. A iniciativa de instalar o telão foi da Prefeitura e o prefeito Laerte Tetila acompanhou o jogo no local.

A edição de 28 de junho, dois dias antes da partida final, trouxe uma tarja verde e amarela no alto da capa chamando os leitores para que se vestissem com as cores do Brasil, estampando a frase: “É penta, Brasil!!!”.

A surpresa para o leitor estava por vir. A Redação trabalhou em ritmo acelerado na sexta-feira e no sábado para produzir uma edição vespertina extra, para circular dando o resultado favorável ou negativo para o Brasil. O resultado é conhecido: o Brasil venceu a Alemanha por 2 a 0 em Yokohama, Japão. Foram 18 gols marcados durante a competição.

A edição extra de 30 de junho teve oito páginas, e a apoteose aconteceu na Praça Antônio João, onde milhares de pessoas se concentraram para festejar o penta. O jornal registrou inclusive a folia dos torcedores e às 12 horas, duas horas depois do apito final, o **Diário MS** estava sendo distribuído entre as pessoas nas ruas.

O especial ouviu as pessoas sobre o futebol, mostrou a colocação dos outros países, contou a história de todas as Copas desde 1930, explorou o significado das cores do Brasil, registrou os religiosos orando no horário do jogo, o Clube de Imprensa realizou o “forró” da Copa e a Redação ainda registrou o comentário das autoridades que foram ouvidas, por telefone, assim que terminou o jogo.

A edição normal, de segunda-feira, 1º de julho, trouxe a foto colorida da Seleção em uma página inteira, para ser recortada e guardada pelos leitores. O caderno extra de domingo foi encartado nessa edição.

Foi registrada, igualmente, a festa dos foliões, inclusive com fotos, nos municípios da região.

Enquanto o clima de euforia dominava as praças, o **Diário MS** também registrou duas notícias tristes na edição de 1º de julho: a morte, por enfarto, aos 54 anos, do proprietário do jornal Gazeta Popular de Dourados, Dorival César Quintana, ocorrida logo depois do jogo; e, na noite do domingo do penta, do médium Chico Xavier, aos 92 anos, em Uberaba (MG).

REFERÊNCIAS

¹ CALES, Vitoriano Carbonera. **Entrevista gravada**. Dourados (MS), 5 jun. 2003.

² Id., Diretor faz discurso emocionado. **Jornal Diário MS**, Dourados (MS), 22 dez. 2000. p. 6.

³ MACHADO, Londres. Jornal diário é grande desafio, diz Londres Machado. **Jornal Diário MS**, Dourados (MS), 22 dez. 2000. p. 6.

⁴ FREITAS, Hélio de. **Entrevista gravada**. Dourados, 17 jun. 2003.

⁵ TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo (RS): Editoria Unisinos, 2001. p. 197.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS



objetivo desta pesquisa é mostrar a história do

Diário MS e esse propósito, até certo ponto, foi alcançado. A trajetória do jornal não se resume a este livro, mas este é o relato mais abrangente já feito sobre a trajetória de uma empresa de comunicação impressa de Mato Grosso do Sul e por isso mesmo, abre a perspectiva para novos estudos em uma área complexa, controvertida e em constante cobrança no aspecto ético, no exercício da palavra, da verdade e do respeito em relação ao leitor, exigente e atento às transformações da mídia regional e da sociedade.

Este trabalho traz a força do regionalismo em sua essência, mas não teria o mesmo êxito e expectativa se não fosse a dedicação, o empenho e o material disponível nos arquivos para consulta e a presença dos protagonistas principais desse sonho.

Eis uma prova de como o sonho é importante e necessário não apenas para os poetas e para os escritores, mas para os empreendedores, lutadores, vencedores e inquietos. O *Diário MS* não chegaria ao porte atual se não fosse um propósito sonhado e perseverado ao longo de uma pequena, mas grandiosa década.

O jornal vive uma fase de orgulho em 2003. Mas não o orgulho decorativo e marcado pela vaidade da estampa. O orgulho em questão é o da contemplação, do exercício do raciocínio, do reconhecimento, da satisfação em ver um produto sendo respeitado e, o mais importante: útil para a sociedade.

Em tempo: duas abordagens ausentes nos capítulos merecem aqui serem mencionadas: a primeira, o fato do **Diário MS**, pelo oitavo ano consecutivo, participar ativamente da Expoagro, um dos maiores eventos do Centro-Oeste e a maior vitrina econômica do Sul de Mato Grosso do Sul, produzindo, durante todos dias da feira, um tablóide diário no próprio local, pioneiro nesse entrosamento comercial e jornalístico. Este trabalho, na parte redacional, tem sido desempenhado desde o início com competência e versatilidade pelo jornalista e folclorista Cláudio Xavier.

A segunda é a evolução do colunismo social, como observa o jornalista Alfredo Barbara Neto, pessoa que tem moldado um estilo profissional nessa área, forçando uma aproximação cada vez maior do jornal com os leitores das classes “A” e “B”. Isso não significa meramente receber os pedidos para se registrar fotos de aniversários, festas e casamentos, mas em acompanhar os eventos na perspectiva jornalística e social. Mostrar, para os olhos do leitor, a sociedade onde o **Diário MS** circula.

É um inocente exercício da vaidade, embora seja curioso perceber como as pessoas gostam e o sucesso que têm tido essas colunas.

A psicologia ajuda a compreender esse comportamento. A pirâmide social fundamenta essa relação em três estágios. Em primeiro lugar, a pessoa precisa ter garantia das suas funções básicas, fisiológicas; em segundo, ela necessita de segurança (casa, trabalho, alimentação, uma vida minimamente digna) e por conseqüência, ela se sente no dever de se relacionar com a sociedade, passar a sensação de vitória, de conquista. A coluna social reflete essa ansiedade, essa vontade inerente a qualquer ser humano. Portanto, essa questão não pode ser analisada unicamente sob a óptica do frenesi, do luxo, do simplesmente “querer aparecer”.

Houve um investimento marcante nestes dez anos: a instalação de uma segunda impressora permitindo maior agilidade na parte industrial. Dois cadernos poderão ser confeccionados ao mesmo tempo e se aguardar algum deles, sem comprometer o horário da distribuição, resultados de jogos à noite e das eleições. Além disso, a segunda máquina é indispensável no caso de pane na primeira.

O *Diário MS* é, seguramente, um jornal que não parou no tempo.